



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**MARTA GORETH MARINHO LIMA**

**MOBILIDADE GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DE  
PESCADORES ARTESANAIS NA AMAZÔNIA: O CASO DE CUBATÃO EM  
ICOARACI, PARÁ**

Belém  
2008

**MARTA GORETH MARINHO LIMA**

**MOBILIDADE GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DE  
PESCADORES ARTESANAIS NA AMAZÔNIA: O CASO DE CUBATÃO EM  
ICOARACI, PARÁ**

Defesa da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO – IFCH – UFPA), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón

Belém  
2008

**MARTA GORETH MARINHO LIMA**

**MOBILIDADE GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DE  
PESCADORES ARTESANAIS NA AMAZÔNIA: O CASO DE CUBATÃO EM  
ICOARACI, PARÁ**

Defesa : Belém (PA), 15 de setembro de 2008

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón  
Orientador, NAEA/PPGEO/UFPA

Profa. Dra. Janete Marília G. C. de Oliveira  
Examinadora, PPGEO/UFPA

Profa. Dra. Wilma Marques Leitão  
Examinadora, IFCH/UFPA

A minha mãe, pelo apoio e incentivo incondicional à realização deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua bondade e amor eterno.

Ao Professor Dr. Luis Eduardo Aragón, pela orientação e estímulo que me encorajou a concluir este trabalho. Sou muito grata pela compreensão, dedicação e valiosas contribuições dispensadas a mim durante as orientações.

A todos os pescadores artesanais e suas famílias, pela gentileza com que me receberam em suas casas para realizar as entrevistas, sem a ajuda dos quais não seria possível concretizar este trabalho.

A minha mãe, D. Valda, grande incentivadora dos meus ideais.

A todos os meus colegas do Mestrado, pelo respeito e companheirismo dedicado a mim ao longo do curso, em especial aos amigos Elvis e José Carlos na realização dos trabalhos das disciplinas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, que contribuíram fundamentalmente para a construção dessa dissertação, em especial a Professora Janete de Oliveira quanto às observações na organização deste trabalho e ao Professor Saint-Clair por ter acreditado nesta pesquisa.

A Leia Maria Costa pelas informações e discussões relevantes a respeito de Icoaraci.

A querida Secretária do Programa de Mestrado em Geografia, Marlene pela solicitude sempre dispensada.

Ao Frank, pelo rigor e cuidado na confecção dos mapas.

Ao Albano, por ter cedido seu espaço de trabalho, por mim apropriado.

A Lael Mesquita, pelo incentivo e carinho.

A minha família pela paciência na conclusão deste trabalho.

A COHAB instituição onde foi fornecido dados necessários à pesquisa, ressaltando o cuidado, a atenção e a gentileza dispensada pelo Engenheiro Civil Antônio Arthur F. de Souza no alcance dessas informações.

A todos meu agradecimento pelas palavras incentivadoras, informações e principalmente por tornar possível essa dissertação.

## RESUMO

A mobilidade espacial é inerente à realização da pesca na Amazônia. Ela se realiza como estratégia de sobrevivência para a reprodução do pescador artesanal enquanto categoria social, como resposta à escassez do peixe, à poluição das águas e aos conflitos entre a pesca artesanal e o setor industrial. Neste estudo, busca-se identificar os diferentes tipos de mobilidade espacial realizada por pescadores artesanais da ocupação de Cubatão, localizada no distrito de Icoaraci. Os pescadores realizam a pesca em várias escalas. Como forma estratégica de manterem-se móveis, e garantir sua reprodução, o pescador utiliza a parceria para participar da composição da tripulação e na distribuição do produto da pesca. Por disporem de tecnologia simples efetivam uma jornada intensa de trabalho para escapar da competitividade com a pesca industrial. Como não conseguem acumular capital, permanecem com baixos níveis socioeconômicos. Se não mudar a condição do setor pesqueiro, a situação do pescador não se modifica, levando-o a realizar repetidas vezes a mobilidade, e mesmo a migração para outras localidades que permitam realizar a pesca, ou mudar de ocupação.

**Palavras-chave:** Estratégias de Sobrevivência. Mobilidade. Pescadores Artesanais.

## ABSTRACT

The spatial mobility is inherent in the conduct of fishing in the Amazon. It takes place as a strategy of survival for the reproduction of the craft as a fisherman social category, in response to the shortage of fish, water pollution and the conflicts between artisanal fisheries and industry. In that study, seeks to identify the different types of mobility space held by artisanal fishermen community of Cubatão, located in the District Icoaraci. Fishermen carry out fishing in various scales. As strategic movable keep up, and ensure their reproduction, the fisherman uses the partnership to join the crew composition and distribution of fishery product. For simple efetivam technology have a day of intense work to escape the competitiveness with the fishing industry. How can not accumulate capital to remain low socio-economic levels. If you do not change the condition of the fisheries sector, the situation does not alter the fisherman, leading him to repeatedly perform the mobility, and even migration to other locations that can deliver the fishing, or change of occupancy.

**Keywords:** Strategies for Survival, mobility, artisanal fishermen.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Mapa 1</b> – Localização do Estuário Amazônico.....	50
<b>Mapa 2</b> - Localização da área da comunidade do Cubatão no Distrito de Icoaraci.....	69
<b>Mapa 3</b> – Rota dos pescadores da frente. ....	76
<b>Mapa 4</b> - Rota de inverno dos pescadores de fora.....	80
<b>Mapa 5</b> - Rota de verão dos pescadores de fora. ....	82

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Aspecto das habitações dos pescadores artesanais da comunidade de Cubatão .	15
<b>Figura 2</b> - Área de expansão urbana do município de Belém .....	64
<b>Figura 3</b> - Bairros de Belém .....	65
<b>Figura 4</b> - Pescadores Artesanais consertando redes malhadeiras em frente às suas casas na Comunidade de Cubatão .....	73
<b>Figura 5</b> - Pescador em uma de suas tarefas diárias, consertando rede no Igarapé Taboquinha com a qual efetivará a próxima pescaria .....	75
<b>Figura 6</b> - Espinhel .....	77
<b>Figura 7</b> - Matapi utilizado para captura do camarão .....	78



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Distribuição da População de Pescadores Artesanais quanto ao local de origem pela faixa etária .....	74
<b>Tabela 2</b> – Valor comercial das espécies-Janeiro a Maio/Setembro a Dez .....	90
<b>Tabela 3</b> – Valor comercial das espécies-Maio a Agosto .....	90
<b>Tabela 4</b> – Frota pesqueira da comunidade de Cubatão .....	94
<b>Tabela 5</b> - Preços do peixe comprado pelo Marreteiro no igarapé Taboquinha .....	96
<b>Tabela 6</b> - Distribuição da população de Pescadores Artesanais da Comunidade do Cubatão de acordo com a faixa etária pela escolaridade .....	106
<b>Tabela 7</b> - Distribuição da população de entrevistados da comunidade de Cubatão de acordo com a atividade atual pela atividade anterior .....	107
<b>Tabela 8</b> - Distribuição da população de Pescadores Artesanais da Comunidade de Cubatão de acordo com a faixa etária pela documentação exigida pelo mercado de trabalho .....	107

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. MOBILIDADE GEOGRÁFICA E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA.....</b>	<b>17</b>
2.1. MOBILIDADE.....	17
2.2. ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA.....	27
<b>3. A IMPORTÂNCIA DA PESCA NA AMAZÔNIA.....</b>	<b>35</b>
3.1. A PESCA E O PESCADOR ARTESANAL DA AMAZÔNIA.....	37
3.2. PERDA DA CONDIÇÃO DE PESCADOR ARTESANAL.....	45
<b>4. MOBILIDADE GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA GEOGRÁFICA DE PESCADORES ARTESANAIS DA AMAZÔNIA.....</b>	<b>48</b>
4.1. NECESSIDADE DA MOBILIDADE .....	48
4.2. TIPOS DE MOBILIDADE .....	51
4.2.1. Chega e Vira .....	52
4.2.2. Pescador de Fora.....	53
4.2.2.1. O pescador amazonista ou do Amazonas.....	53
4.2.2.2. O pescador nortista, do norte ou pelhudo .....	55
<b>5. ICOARACI E A PESCA.....</b>	<b>59</b>
5.1 FORMAÇÃO SOCIO-ESPACIAL DO DISTRITO DE ICOARACI .....	59
5.2. A PESCA .....	66
<b>6. OS PESCADORES ARTESANAIS DA OCUPAÇÃO DE CUBATÃO.....</b>	<b>69</b>
6.1. OCUPAÇÃO DE CUBATÃO.....	69
6.2. MOBILIDADE GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DOS PESCADORES DE CUBATÃO.....	75
6.2.1. Pescador da frente.....	76
6.2.2. Pescador de fora .....	79
6.3. PROCESSO DE TRABALHO.....	91
6.4. A PARCERIA .....	92
6.5. MIGRAÇÃO PARA ICOARACI.....	99
6.5.1. A Saída.....	99
6.5.2. A chegada .....	102
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

Estudos em comunidades pesqueiras realizados por vários pesquisadores como Loureiro (1985), Furtado (1987), e Maneschy (1993), têm demonstrado a importância da mobilidade geográfica, para o pescador artesanal realizar sua atividade, a pesca. O deslocamento geográfico além de possibilitar o pescador encontrar o peixe, faz com que ele entre em contato com a sede municipal, cidades vizinhas e a capital do estado, com maior ou menor frequência, onde pode vendê-lo, fazer compras, entre outras finalidades, tendo assim contato com áreas mais urbanizadas, diferenciadas de suas pequenas localidades. Algumas vezes, este contato pode favorecer a tomada de decisão e estabelecer residência permanente originando a migração (LIMA, 2002).

Há, porém, outros motivos que levam os pescadores a deslocar-se e que estão relacionados por um lado, às dificuldades enfrentadas por eles na atividade pesqueira como, a concorrência do setor industrial pesqueiro, a dificuldade da obtenção de materiais de pesca (barco e rede) e por outro a "melhora de vida" na cidade. Quando o pescador não tem acesso à sofisticação técnica de seus equipamentos de trabalho ele se restringe a uma área de mobilidade, pescando próximo de suas áreas tradicionais de pesca e próximo à sua residência, mas quando há a pressão sobre os recursos de suas localidades, seja pela concorrência industrial e/ou aumento demográfico, não sendo mais a captura suficiente para garantir sua reprodução social, lhe é impressa uma mobilidade numa área maior.

Diante deste quadro, surgiu o interesse em realizarmos o estudo sobre a importância da mobilidade geográfica para os pescadores da ocupação de Cubatão, no distrito de Icoaraci, município de Belém (PA), ou seja, até que ponto a mobilidade geográfica caracteriza-se enquanto estratégia de sobrevivência para estes pescadores artesanais. A esse respeito questiona-se: que tipos de mobilidades realizam quando ela se efetiva sem ser forçadamente? E quando o pescador não podendo vencer a sazonalidade da pesca, ao estabelecer-se uma situação de crise, o que fará sem a possibilidade de tornar-se móvel, como poderá se reproduzir?

Segundo Maneschy (1993), em estudo sobre a comunidade de Ajuruteua, mostra uma comunidade ameaçada por vários fatores, onde o predominante reside na questão tecnológica, pois baseada fundamentalmente em trabalho vivo, sem mecanização ou sofisticação dos instrumentos, condiciona os pescadores aos ritmos da natureza e as variações sazonais não sendo capazes de concorrer com o setor empresarial, dotado de tecnologia industrial, que opera numa escala ampla com mobilidade de longas distâncias, utilizando métodos

predatórios. A tecnologia tradicional fica, portanto, comprometida em termos de futuro. Ainda, segundo a autora, dado o nível histórico de desenvolvimento das forças produtivas na sociedade como um todo, sua reprodução a médio e longo prazo implica que eles tenham acesso a meios mais eficientes de trabalho. Em face às circunstâncias que operam e as políticas que se voltam principalmente para o grande capital, que o conjunto desses produtores, não especificamente os pescadores de Ajuruteua, mas extensivo a todo pescador da Amazônia possa superar essa condição.

Nossa preocupação é, portanto, entender como estão se reproduzindo socialmente, os pescadores residentes na ocupação de Cubatão, no distrito de Icoaraci, no Pará.

A pesca artesanal é uma das atividades extrativas mais importantes da Amazônia. No entanto, a população que dela depende vem enfrentando vários problemas para o seu exercício. Estudos sobre a pesca na região identificaram como principais fatores limitantes à atividade pesqueira: a competição da pesca industrial, uma extensa rede de intermediários, e o abandono da atividade de pesca (LIMA, 2002).

Como reação ao contexto adverso, esta população se vê premiada a adotar estratégias em busca de reprodução social, melhores condições de vida e permanência em suas áreas de moradia. Alguns pescadores optam pelo deslocamento de suas áreas de origem para os centros urbanos regionais. Os que não realizam esta mudança, vão intensificar o esforço de pesca e outros vão diversificar as suas atividades produtivas (extrativismo, atividades turísticas etc.).

Na região Amazônica, há cerca de 300.000 pescadores artesanais, que produzem pescado para o abastecimento dos pequenos, médios e grandes centros urbanos, dos quais 130.000 vivem no Pará (FURTADO, 1994). O pescador artesanal é um segmento social de relevância para a preservação do meio ambiente, por utilizar técnicas seletivas de extração vegetal e animal. Dada a importância desta população para a produção de alimentos e a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, este estudo busca produzir informações sobre a importância da mobilidade geográfica para a reprodução do pescador artesanal enquanto categoria social.

A partir deste saber, espera-se contribuir com pesquisadores e planejadores do desenvolvimento, para que atentem para as reflexões originadas na experiência desta população, a fim de que suas demandas sociais sejam incorporadas e reconhecidas nas gestões de planos, programas e projetos para a Amazônia, considerando as especificidades regionais e o *ethos* destas comunidades.

O estudo sobre mobilidade em comunidades de pesca na Amazônia tem sido pouco explorado, destacando-se os trabalhos de Quaresma (2000), Maués e Maués (1990), Furtado

(1984), Nascimento (1984), os quais abordam o deslocamento de caráter definitivo, enfocando a migração. Estes estudos demonstram que a mudança de pescadores e mulheres jovens para estudar ou se engajar em empregos e subempregos na cidade, enfraquece a produção e desequilibra a pirâmide etária da comunidade, e empobrece as relações sociais. Aqui a migração é também tomada como estratégia de sobrevivência, por alguns pescadores que não vêem mais “futuro na pesca”, melhor dizendo, não tem mais como manter-se na atividade pesqueira.

Como se está interessado em focar, neste trabalho, diversos tipos de deslocamento, a migração, por ser um fenômeno de mobilidade geográfica será aqui destacada, incluso deslocamentos temporários de curta duração, movimentos sazonais, entre outros, em razão da pesca ser uma atividade de intensa mobilidade.

Para análise das estratégias utilizadas pelo pescador nos diversos processos de deslocamento procura-se responder os motivos e fatores que levaram os pescadores a diversas mobilidades, que ações são empregadas nas mesmas? O que os retém ou os leva se fixar em determinado lugar e noutro não? Estas questões concernentes à mobilidade geográfica contribuem para nossa análise. Daí seguirmos os seguintes objetivos:

O objetivo maior deste trabalho consiste em analisar como a mobilidade geográfica atua enquanto estratégia de sobrevivência dos pescadores da comunidade de Cubatão, no distrito de Icoaraci. Considerando a análise dos diferentes tipos de mobilidade que efetuam e análise do trajeto da mobilidade: se o percurso e a distância tomados pelos pescadores se fazem entre áreas pesqueiras ou diretamente para a capital do estado.

Para o início deste estudo, parte-se das seguintes hipóteses. A primeira considera que a mobilidade geográfica atua como estratégia de sobrevivência para a reprodução do pescador artesanal enquanto categoria social, quando esta se encontra ameaçada seja pela escassez do peixe, pela poluição das águas e/ou pelos conflitos que se manifestam nas áreas tradicionais de pesca com o setor industrial. Pesquisas em comunidades pesqueiras (LOUREIRO, 1985; MANESCHY, 1993) demonstram que a mobilidade do pescador se dá por fatores econômicos, técnicos e ambientais, sendo cada vez mais incrementada para garantir a sobrevivência desta categoria em análise.

A segunda hipótese entende que há vários tipos de mobilidade geográfica na pesca artesanal, e quando esta não pode mais se processar, o pescador artesanal não pode mais se reproduzir enquanto categoria social.

Para a eleição da área da pesquisa, optou-se por uma área que apresentasse características da atividade pesqueira. Por isso foi selecionado o distrito de Icoaraci, em

Belém (PA) para estudo. Na área em questão segundo a literatura (MELLO, 1985; BARTHEM, 2004) encontra-se os dois setores da pesca no Pará, o artesanal e o industrial. Na década de 1960, devido os incentivos fiscais do Governo Federal, para favorecer a atração do grande capital multinacional e de grupos empresariais do Sul do país – implanta-se um complexo pesqueiro no Pará, privilegiando sua concentração no referido distrito, com a finalidade de processar e congelar o pescado para atender principalmente ao mercado internacional. Encontra-se ainda em Icoaraci portos públicos que recebem pescado fresco, neles desembarcam principalmente a produção da frota artesanal. Diante destes dados, percebe-se a presença marcante da atividade pesqueira na área em estudo.

Não se trabalha, contudo, todos os pescadores de Icoaraci, mas somente os residentes na ocupação de Cubatão, que aqui é denominada de comunidade. Priorizada também, por já termos contato com a área enquanto bolsista de Programa de Bolsas de Iniciação Científica do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Cubatão, ocupada gradativamente há 21 anos, localiza-se entre a 4ª Rua (15 de Agosto) e 5ª Rua (Coronel Juvêncio Sarmiento), no distrito de Icoaraci, próxima à praia do Cruzeiro. Esta área dispõe de escassos equipamentos urbanos (poste de luz, irregularidade no abastecimento de água, não há coleta de lixo, os moradores ficam expostos à falta de higiene e doenças), e a maioria mora em palafitas (Figura 1). A metodologia foi baseada na observação direta em trabalho de campo. Como técnicas de pesquisa, utilizamos levantamento bibliográfico e entrevistas, no intuito de verificar sua configuração atual e perspectivas futuras quanto a novas mobilidades.

O universo da pesquisa contou com 52 informantes entrevistados e suas respectivas famílias<sup>1</sup>. A família é importante, na medida em que fornece dados para elucidar a mobilidade geográfica dos pescadores.

---

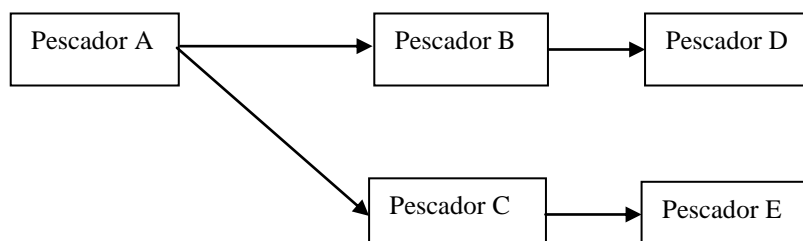
<sup>1</sup> As famílias estudadas são nucleares ou conjugais, pois são constituídas por pai, mãe e filhos. Esta conceituação é a mesma utilizada por AUGÉ (1975, p.49).



**Figura 1: Aspecto das habitações dos pescadores artesanais da comunidade de Cubatão**  
Fonte: Lima (2008)

Para se chegar a este universo, fez-se um levantamento do perfil sócio-econômico de 110 famílias, correspondente a 10% das 1.100 (mil e cem)<sup>2</sup> famílias que residem na área, onde se identificaram alguns pescadores. Os demais foram identificados por meio do sistema de rede de relações, onde um pescador após ser entrevistado identifica outros pescadores. Esta estratégia de seleção de informantes assegura quem é realmente pescador na área de Cubatão, evitando-se pessoas sem relação com a atividade pesqueira. Adotou-se este sistema de indicação por rede de relações por ter sido utilizado com sucesso por Furtado (1993a) na cidade de Óbidos (PA), na segurança da identificação do pescador. Como exemplo, o pescador inicial ao ser entrevistado, indica um ou mais pescadores baseados na vivência conjunta da pesca, se auto-identificando.

#### Sistema de rede de relação



<sup>2</sup> Dados retirados do Relatório da Pesquisa de Amostragem Sócio-Econômica da Comunidade Cubatão – Taboquinha realizada pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), em junho/2007.

Em campo, entre os meses de setembro e agosto de 2007 e maio e julho de 2008 foi possível realizar um levantamento de dados para a visualização de um mapa da mobilidade dos pescadores, questionando-se em que lugares pescam, comercializam o peixe, onde param para descansar.

A dissertação está dividida seis capítulos. Primeiramente se trabalham as categorias de análise que norteiam o estudo.

No segundo faz-se a caracterização da pesca e do pescador artesanal da Amazônia. Esta região revela rico potencial ictiológico, o qual constitui-se base alimentar da população amazônica e recurso de exploração para os pescadores .

O terceiro retrata a mobilidade geográfica como essencial na atividade dos pescadores amazônicos que necessitam deslocar-se a procura do peixe. Mobilidade esta que não é influenciada somente por fatores ambientais, mas também por fatores econômicos e técnicos.

O quarto capítulo descreve a formação socioespacial de Icoaraci, fazendo-se um recorte histórico desde o período de fundação da cidade de Belém até a contemporaneidade. Em relação a pesca, destaca-se a instalação da indústria pesqueira no distrito de Icoaraci que embora tenha recebido subsídios do Estado para desenvolver a pesca na Região Amazônica, teve resultados modestos quanto a produtividade, sendo ainda, a pesca artesanal a responsável por abastecer os mercados de peixe, mas esta não tem merecido o devido destaque no referido distrito.

O quinto capítulo descreve a configuração espacial da comunidade de Cubatão, destacando-se as práticas espaciais dos pescadores para viver no distrito de Icoaraci e realizar diversos tipos de mobilidade como estratégia para sobreviver face à competitividade da pesca industrial. No sexto capítulo, conclui-se que os pescadores por não conseguirem acumular capital na pesca, após a migração para Icoaraci, por estar baseada num sistema desigual de partilha, recria-se as condições anteriores, ou seja, muda-se de lugar, mas não de condição. Portanto o baixo nível socioeconômico leva-os a realizar repetidas vezes a mobilidade.



## 2 MOBILIDADE GEOGRÁFICA E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Este capítulo discute os conceitos-chave utilizados na dissertação: estratégia de sobrevivência, mobilidade geográfica e a relação entre eles para a compreensão da mobilidade como estratégia de sobrevivência dos pescadores da comunidade de Cubatão, distrito de Icoaraci, município de Belém (PA).

### 2.1 MOBILIDADE GEOGRÁFICA

A mobilidade geográfica ou espacial difere de migração. O termo é tomado por Salim (1992), Hogan (1998) e Oliveira (2006), como mais abrangente que "migração", por não estar caracterizado como mudança permanente ou semipermanente de residência, mas relacionado com movimentos pendulares, temporários de curta duração, reemigração e contra-urbanização, os quais ganharam força na transição da sociedade moderna para a pós-modernidade, além de nômades, ciganos, turistas e outras categorias sem residência fixa.

Segundo a definição genérica da Organização das Nações Unidas, "migração é definida como sendo o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para outra (ou deslocamento a uma distância mínima específica), que se realizou durante um intervalo de migração determinado e que implicou uma mudança de residência" (UNITED NATIONS, 1970, apud SALIM, 1992, p. 120).

Esta definição, segundo Renner e Patarra (1991), embora constitua um ponto de referência para o estudo das migrações, "é aplicável somente no caso de populações relativamente estabelecidas no espaço". Migração é definida "como uma forma de mobilidade espacial envolvendo mudança permanente de residência". Tal definição exclui as populações nômades, as migrações sazonais, o movimento de pessoas com mais de uma residência, os deslocamentos de visitantes, turistas e pessoas que viajam regularmente.

Diante destas considerações, Salim (1992) define a migração como um fenômeno de mobilidade espacial. A mobilidade espacial não se restringe à mudança de residência.

As migrações temporárias, ou as diversas formas de mobilidade espacial, embora nem sempre incluídas nas estatísticas censais, são tão importantes quanto as migrações permanentes e podem até ser mais expressivas, sob o aspecto numérico ou socioeconômico. Isso implica dizer que o tempo de permanência deve ser considerado como um critério de identificação e não somente como a finalidade do movimento.

Oliveira (2006) sugere que para entender melhor a migração e a mobilidade no mundo

atual é necessário apreciar todos os tipos de deslocamentos e suas modalidades de duração, periodicidade e seqüências que não impliquem necessariamente em mudança de residência, em razão de que as estratégias dos migrantes terem se alterado, em função da nova realidade, traduzida na flexibilidade produtiva, precariedade do mercado de trabalho e encolhimento/ausência de políticas públicas. Antes os movimentos de médias e longas distâncias correspondiam a mudanças definitivas de residência, hoje as novas estratégias correspondem às novas modalidades do movimento como é o caso da pendularidade, ou seja, quando se reside, por exemplo, numa cidade e se trabalha em outra. Hoje o homem pode realizar deslocamentos, com maior ou menor intensidade; independente de percorrer pequenas ou grandes distâncias.

Nesse sentido e conforme Oliveira (2006), para entender a sobrevivência dos pescadores artesanais é necessário levar em consideração a sazonalidade da pesca, o tempo de duração de paradas realizadas pelos pescadores em determinado lugar, e a finalidade do seu movimento. Uma vez que a atividade do pescador é uma atividade de intensa mobilidade, leva-o a percorrer longas e curtas distâncias, devido ao produto do seu trabalho ser o peixe. Muitas vezes ao trabalhar entre áreas intra-pesqueiras, acaba fixando nelas residência (LIMA, 2002).

Oliveira (2006) chama a atenção para a investigação dos lugares de destino e origem e as diversas etapas da mobilidade geográfica, devido ao caráter limitado dos censos de população e Castro (2005), argumenta que a compreensão da dinâmica populacional ao se apoiar somente em dados quantitativos, como o censo, corre o risco de obscurecer processos fundamentais ao seu entendimento. Daí ser relevante considerar a formação histórica e econômica; a origem, a composição, as identidades e as alteridades dos grupos em análise. Esses fatores constituem certamente motivações fortes nas estratégias de reprodução e nos processos de deslocamento espacial. O conhecimento da população em análise, no caso os pescadores artesanais, permite o reconhecimento de suas demandas e a reformulação de políticas públicas adequadas.

A migração é um fenômeno de deslocamento espacial que não deve ser deixado de lado no estudo da dinâmica populacional. Porém, o conceito é complexo e com determinações múltiplas. Salim (1992) ressalta que inexistente uma unanimidade teórica da migração e, várias são as dificuldades para se delimitar esse processo. Se há um consenso sobre a migração, segundo o autor, é quanto aos fluxos migratórios, os quais se originam do desequilíbrio espacial de natureza econômica produzindo diferenciais de renda e de emprego, por exemplo, entre áreas de origem e destino. Contudo, apesar das controvérsias conceituais e teóricas sobre

migração, ela é um componente demográfico relacionado às condições históricas das mudanças sociais, econômicas, estruturais etc.

A migração constitui importante mecanismo de reprodução ou alteração numérica da sociedade, por alterar as taxas de crescimento; além de possuir tanto um caráter positivo e negativo no que se refere à ocupação humana em determinado território.

Em termos positivos, a migração pode rejuvenescer a população de um país que precisa de pessoas jovens para alavancar a sua economia (LEITÃO; THOMÉ, 2006). Por outro lado, o crescimento populacional pode gerar (junto com as desigualdades sociais) impactos ambientais negativos nas regiões de destino. A migração pode também converter-se numa estratégia para aliviar diversas pressões sobre o ambiente através da e-migração (RIBEIRO; GALIZONI, 2000).

Segundo Ribeiro e Galizoni (2000), as migrações do Vale do Jequitinhonha a nordeste do estado de Minas Gerais, por exemplo, são tão antigas quanto seu povoamento. A migração sazonal ou definitiva está relacionada à terra, ou seja, está associada, principalmente às condições de produção, ao meio ambiente e sua capacidade de suporte da área<sup>3</sup>, a sustentabilidade da exploração, e a reprodução da população. Nesse vale o aumento da população e a partilha de terras, e a não adoção de alternativas tecnologicamente intensivas de produção, que contribuíram para o declínio da fertilidade do solo e esgotamento dos recursos agrícolas e extrativistas. Com a impossibilidade de mudar a forma de exploração, os agricultores do Jequitinhonha construíram alternativas como, a emigração, sazonal ou definitiva, e fortes ajustes no uso do meio ambiente. O zelo pelos recursos naturais, o desenvolvimento de técnicas economizadoras do meio, a normatização do uso da natureza, além da migração de mão-de-obra excedente, para diminuir a pressão sobre o recurso, permitiram a sobrevivência e a reprodução dessa população.

Há, portanto, consciência da importância da migração. Esta é feita com a retaguarda da família para favorecer o seu sucesso, caso contrário o retorno pode ser acionado. Como estratégia as técnicas de lavoura variam de acordo com o cultivo feito (terras de feijão, cana, mandioca ou arroz), no qual cada lavoura demanda manejo, roçada e fogo diferentes. A partilha da terra diferencia-se no caso do herdeiro que ficou e o que partiu (migrante). Mesmo que o migrante fique fora por 50 anos ele pode retornar e ter direito a terra, mas não sem conflito, sendo que a terra a ser restituída é sempre a pior e não a melhor que foi cuidada por quem não migrou. Quem fica na terra tem que cuidar dela e construir um conjunto de normas

---

<sup>3</sup> Capacidade dos recursos de se regenerar para atender às necessidades de subsistência de um dado grupo.

com outros herdeiros de uso ambiental muito rigoroso, para que as terras continuem produtivas para garantir sua reprodução nas mesmas.

A mobilidade geográfica, portanto, utilizada como estratégia de reprodução social, é útil para estudar o caso dos pescadores artesanais na Amazônia que dependem dos recursos haliêuticos e se vêem enfrentando fatores limitantes à atividade pesqueira. A industrialização do setor aumentou a pressão sobre o potencial dos recursos pesqueiros, ao utilizar áreas que até então eram de exclusividade, a falta de crédito, a pauperização, além de enfrentarem no seu cotidiano mais amplos carências no setor educacional e de saneamento básico. Como reação ao contexto adverso, alguns intensificam o esforço de pesca em suas áreas tradicionais de moradia, ou diversificam as suas atividades produtivas (extrativismo, tornam-se caseiros etc.), outros optam pela migração para os centros urbanos regionais Belém-Castanhal (LIMA, 2002).

A análise da mobilidade geográfica e nesse contexto da migração envolve o uso de alguns termos e conceitos com significados específicos, que em boa parte encontram-se carregados de significados da orientação que lhes deu origem; por isso é importante precisá-los (RENNER; PATARRA, 1991).

Segundo Salim (1992), há dificuldade em definir migração, seja enquanto conceito ou teoria. Existem igualmente dificuldades para se definir o que seja migrante, delimitar o que sejam fluxos ou correntes migratórias - nomadismo, movimentos sazonais, áreas de origem e destino, o limite entre o rural e o urbano, e assim por diante. Diversos estudos, por sua vez, tendem privilegiar como objeto de estudo, o indivíduo ou classe social.

A migração pode incidir indiretamente sobre a fecundidade e a mortalidade, ou diretamente sobre as relações de classe que determinam a formação e a composição do mercado de trabalho. No entanto, a compreensão empírica e teórica do real papel da migração no processo de mudança e conformação de uma estrutura social não consegue satisfazer plenamente às diferentes possibilidades da manifestação do fenômeno.

Tratando de compreender o fenômeno migratório de forma abrangente, Salim (1992) adota a expressão "tronco teórico", caracterizando-o como substrato comum de múltiplas subdivisões e significações, levando-o a falar em escolas, correntes e variantes de um mesmo tronco, classificando as diversas correntes teóricas em três principais troncos: o neoclássico, o histórico-estrutural, e, mobilidade da força de trabalho.

O primeiro tronco refere-se a *modelos neoclássicos contemporâneos*, que se preocupam com a economia do espaço e a gestão capitalista da mão-de-obra. Para este tronco teórico, os movimentos populacionais correspondem à mobilidade geográfica dos

trabalhadores, motivada pelos desequilíbrios espaciais dos fatores de produção: terra, capital, recursos naturais e salário. Ou seja, a diferença na distribuição destes fatores, determina retornos diferenciados e influencia a direção e a magnitude dos fluxos migratórios. Assim, a migração é vista como fenômeno positivo, por possibilitar a transferência de excedentes populacionais de um setor para outro, diminuindo diferenças regionais e atuando como fator corretivo dos desequilíbrios socioeconômicos no espaço.

Nessa perspectiva, os estudos migratórios pressupõem que o indivíduo é livre em sua decisão de migrar semelhante à lógica locacional das firmas. A principal crítica a este tronco recai na autonomia dada ao indivíduo. Na realidade a autonomia de movimento dos indivíduos é limitada por diversos fatores pessoais, culturais, sociais e econômicos, e por esses fatores estruturais das áreas de origem e destino. Por outro lado, a migração não implica, necessariamente, na eliminação das desigualdades regionais, econômicas ou sociais. Além do mais, a visão economicista determinante, ou seja, a fatalidade econômica que exclui as relações de classe, e argumenta sobre a tendência à perfeição e ao equilíbrio torna este tronco importante instrumento ideológico para justificar, inclusive políticas de mobilidade forçada.

O tronco determinado *histórico-estrutural* considera a migração não como ato soberano do indivíduo, mas como processo social, onde a análise recai sobre uma classe social ou grupos socioeconômicos. A migração é causada pelas desigualdades regionais. Como resultado e condição da própria estratégia do desenvolvimento do capital, a migração seria também elemento importante de sua concentração espacial. A abordagem histórico-estrutural enfatiza as condições estruturais de tipo social, econômico e político que contextualizam sua dinâmica, tornam possíveis certas escolhas ou mesmo definem a natureza e direção dos fluxos migratórios em espacialidades heterogêneas e contraditórias. A crítica aqui se apresenta pelo seu caráter reducionista da migração à dimensão econômica e a uma concepção teleológica das causas cabais inevitáveis da dinâmica migratória, tendo pouca ou nenhuma relação com outros processos macrossociais, como os de natureza social e cultural, que incidem em graus diversos sobre o fenômeno migratório. Explica-se a migração por suas conseqüências, daí o maior estudo da migração em termos de áreas de destino do que áreas de origem/repulsão.

O tronco referente à *mobilidade da força de trabalho* tem sua análise centrada na relação capital versus trabalho, produção e reprodução ampliada desta relação. A migração é agente de transformação e a dimensão espacial traduzida como conjunto de relações sociais. É retida para possibilitar a análise de formas concretas de mobilidade da força de trabalho. Nesta perspectiva segmentos da população ou contingentes da força de trabalho podem ou não

se deslocar no espaço porque este se estrutura de forma a colocá-los em movimento, o qual está intimamente marcado por fenômenos estruturais. A força de trabalho é concebida como trabalho, e a acumulação de capital como relação que se desenvolve qualitativa e quantitativamente. Esta seria a condição estrutural da qual emerge a mobilidade. A mobilidade se liga à produtividade e à expansão física do capital, apresentando-se como condição e conseqüências do desenvolvimento das forças produtivas.

Em estruturas capitalistas marcadas pela rigidez ou expansão de sua morfologia econômica, as formas de mobilidade do trabalho surgem com fenômenos de submissão e não de liberdade, devido à tendência geral do capitalismo de abranger todas as formas passadas de produção: em busca de valorização, o capital tende a dominar todas as esferas que lhe são estranhas e concorrentes, destruindo-as e/ou incorporando-as ao seu processo geral de criação de mercadorias. É o que ocorre com o trabalho:

Com a mobilidade do trabalho manifesta-se sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista. Toda a estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada (GAUDEMAR, 1977, p.17).

A suposta liberdade de movimento resulta em muitos casos, em perda da própria espacialidade ou mesmo das condições objetivas de existência de determinadas camadas sociais. Neste sentido, a mobilidade forçada é uma estratégia capitalista de mobilização do trabalho. Não existe migração maciça espontânea: as razões estruturais compelem os emigrantes a deslocarem-se, determinando os fluxos e refluxos, assentamento e/ou redistribuição espacial da população, ou especificamente, da força de trabalho "livre". A crítica a este tronco se faz pela migração ser considerada apenas em suas manifestações concretas, reduzidas às evidências empíricas dos próprios movimentos. Como exemplo, a mobilidade espacial é traduzida como migração; e a mobilidade setorial e/ou profissional, geralmente traduzidas como migração profissional. Contudo, é preciso que os fluxos e padrões migratórios, derivados da mobilidade da força de trabalho, sejam historicamente inseridos no âmbito das relações de determinação entre população e economia.

Singer (1980) ressalta que as migrações internas são historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas. Enquanto processo social cuja unidade atuante é o grupo, e não o indivíduo. Este processo obedece a causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento. Mas é importante diferenciar as causas estruturais e os motivos individuais que originam o

movimento. O autor sugere que se determine o fluxo migratório no tempo e no espaço, o que leva a uma revisão dos conceitos de área de origem e área de destino, uma vez que uma mesma área pode ser lugar de destino para um fluxo migratório e um lugar de destino para outro. É preciso dar conta desta abordagem sem a qual não é possível desvendar o movimento global dos fluxos que por ela tramitam. Nessa perspectiva, argumenta Aragón (1983; 1986), qualquer lugar seria sempre lugar de passagem, já que a todo momento está entrando e saindo gente, permanecendo no lugar mais ou menos tempo.

As reflexões teóricas sobre os movimentos migratórios estiveram atreladas aos conceitos de áreas de origem e de destino, bem como às distâncias percorridas entre dois ou mais pontos no percurso migratório. Com o tempo passou-se a buscar os fatores explicativos dos movimentos, surgindo a noção de fatores de repulsão nas áreas de origem e de atração nas áreas de destino (RENNER; PATARRA, 1991). Dessa análise derivou-se o conceito de migração diferencial ou migração seletiva, referindo-se à tendência de algumas pessoas migrarem mais que outras, na medida em que os fatores de repulsão e atração afetavam diferentemente os indivíduos conforme seus atributos pessoais como, idade, gênero, fecundidade, educação ou estado conjugal.

Hogan (1993), por exemplo, ao examinar o papel dos movimentos migratórios na determinação das vítimas da poluição no pólo sídero-petroquímico de Cubatão – São Paulo, mostra que a e-migração seletiva dos mais preparados e economicamente mais aquinhoados, correlacionada à migração pendular, em grande parte, transferiu às camadas mais pobres os ônus da degradação ambiental. Hogan (1993) constata em seu estudo que os melhores empregos destinados aos técnicos, administradores, engenheiros e operários qualificados podiam ser preenchidos sem pagar o preço de viver com a poluição, já que estes trabalhadores podiam sair ao final da jornada para cidades próximas onde o ar era menos tóxico que em Cubatão. Os impactos negativos para a saúde eram, portanto, mais sentidas pela população residente, os trabalhadores com menos qualificação, peões da construção civil, guardas noturnos, entre outros.

Dessa forma, a migração pendular concentrou socialmente o preço da poluição. Por um lado, o capital humano que permitiria a formação e as conquistas de movimentos sociais por melhoria ambiental foi subtraído de Cubatão por conta desta mobilidade, já que a classe média escolarizada, como os operários sindicalizados da refinaria e da siderurgia voltavam toda a noite a Santos ou São Vicente. Exatamente os segmentos com uma história de mobilização política foram menos afetados pela poluição e, como resultado, foram menos motivados a responder a lutar pela melhora da qualidade do ar em Cubatão.

Por outro lado, as condições insalubres de vida, a falta de amenidades urbanas e a poluição ambiental foram fatores que atingiram significativamente a camada mais pobre, e mais despreparada, os residentes de Cubatão.

A esse respeito, Mougeot (1983) argumenta que as pessoas tendem a se deslocar e se assentar onde percebem maiores chances de melhorar seu nível de vida, e que os migrantes tendem a ser mais bem sucedidos, na medida em que seu desempenho corresponda a suas expectativas, as quais dependerão, sobretudo, da informação recebida por eles antes de realizar a migração e a escolha do local a se estabelecer. As pessoas com status profissional elevado tenderão em ser melhor informadas por possuírem um elenco de alternativas mais amplas, tomando decisões mais acertadas que outros, com status socioeconômico inferior. Considerando ainda a ordem do centro receptor na hierarquia funcional e como esta influencia a retenção migratória<sup>4</sup>, cidades com ordens hierárquicas superiores terão maior capacidade em reter seus imigrantes que centros colocados em ordens inferiores. Geralmente os centros que ocupam ordens elevadas na hierarquia funcional atraem migrantes com níveis socioeconômicos mais altos, tomados como seletividade migratória. Ainda segundo o autor a experiência dos países desenvolvidos e da sociedade latino-americana indica que os indivíduos mais capacitados atingem os centros urbanos em ordens superiores da hierarquia, enquanto os menos preparados ficam nas cidades de ordem inferior. Quanto maior for o desenvolvimento de uma região, menor será seu poder de reter os seus imigrantes.

De acordo com Brito e Carvalho (2006), a migração de retorno é um excelente indicador da seletividade no lugar de destino. As dificuldades dos imigrantes em se manter nas áreas que os atraíram, principalmente as regiões metropolitanas, leva-os a retornarem aos seus locais de origem. Não é por acaso que as principais metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte têm nas últimas décadas, saldos migratórios negativos. Mas também é certo que mudanças estruturais têm ocorrido nos lugares de origem dos migrantes levando-os também a retornarem. Os migrantes de retorno assumem importância hoje no mapa das

---

<sup>4</sup> Mougeot (1983) afirma que retenção migratória é o poder que tem uma cidade em reter seus imigrantes por um determinado tempo; que varia de acordo com as características socioeconômicas dos imigrantes, a ordem do centro receptor na hierarquia urbana, e a fase de desenvolvimento apresentada pela região. Este estudo, antes se direcionava somente às metrópoles, deixando de lado, os pequenos centros urbanos e as pequenas cidades de frente de expansão na Amazônia. Em geral, os grandes centros atraem migrantes com maior nível socioeconômico, enquanto os menos preparados ficam em centros inferiores. Em relação à ordem do centro receptor na hierarquia urbana e como esta influencia a retenção migratória, cidades com hierarquia superior retêm mais seus imigrantes em relação as que estão em hierarquia inferior. Quanto à fase de desenvolvimento e como esta influencia a retenção migratória, quanto mais desenvolvida ficar uma região, menor será o poder do centro receptor em reter os seus imigrantes, pois à medida que melhora os sistemas de comunicação e transporte, maior é o acesso ao centro urbano para migrantes com baixos níveis socioeconômicos, que por sua vez, serão mais suscetíveis a não serem retidos e mais propensos à migração repetida.



migrações no Brasil. Se antes na migração clássica os migrantes se deslocavam com fim de mudar de residência, agora os migrantes procuram alternativas para sobreviver no seu próprio lugar de origem, em vez de se alimentar com a ilusão de uma melhora social no lugar de destino.

A distância é outro elemento relevante para o entendimento do processo migratório. Segundo Renner e Patarra (1991), diversos estudos têm verificado a relação inversa entre volume de migrantes e distância, o impacto das condições de transporte e condições de acesso no processo migratório, e a importância que joga a distância social cultural, lingüística, ou religiosa neste processo.

Singer (1980) mostra que pesquisas sobre migrações têm-se ocupado com o problema da absorção do migrante pela economia e sociedade do lugar de destino. E observa que a adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e solidariedade de migrantes antigos. Isto significa que o novo lugar que o migrante irá ocupar na estrutura social já é, em boa medida, predeterminado por sua situação de classe anterior. Conforme esse autor, o estudo das migrações a partir de um ângulo de classe deve permitir uma análise da contribuição de novos segmentos da economia, evitando-se o estereótipo de que os migrantes vêm iludidos à cidade. O autor ressalta a importância de verificar os laços sociais como fator de atração, decorrentes de uma situação de classe comum, entre migrantes antigos e novos.

Finalmente, costuma-se dividir as migrações em dois tipos: migrações internas e migrações internacionais. Até certo ponto, esta divisão é artificial, pois as motivações para migrar, os tipos de pessoas que migram e os efeitos econômicos e sociais de ambos os tipos de migrações são semelhantes. A vantagem da distinção é a de revelar aspectos legais da migração ou as condições sob as quais o migrante viaja, indicando, também suas características culturais.

Com tantas controvérsias sobre o que é migração e seus determinantes, Renner e Patarra (1991), entre outros autores, recomendam definir, em cada estudo, o que se entende por migração, seja tal definição abrangente ou restrita, mas que obedeça as características de cada caso.

Diante deste quadro, adota-se nesta dissertação, o termo mobilidade geográfica por ser mais abrangente que migração, mas sem excluí-la. Entende-se aqui migração somente com um tipo de mobilidade que envolve mudança permanente de residência. Outros tipos de mobilidade geográfica, ou deslocamentos espaciais serão analisados ao longo do trabalho.

A relação entre mobilidade e meio ambiente alcançou os estudos populacionais,

segundo Hogan (1998) com certo atraso. Embora estivesse presente em todos os processos de mobilidade populacional, essa relação era tratada de forma marginal pelos estudiosos que têm examinado e sistematizado ao longo dos anos os estudos populacionais.

Hoje a dimensão ambiental passou a ser considerada um fator importante de atração, expulsão e retenção. O fator ambiental passou a integrar elemento fundamental nos estudos de mudança e estagnação; da seletividade e rotatividade da migração; a segregação residencial e a ocupação de novas terras e do esgotamento das velhas; da migração na agricultura; e dos movimentos pendulares, entre outros. Em síntese, o fator ambiental deixou de ser marginal, passando ao palco central das discussões sobre população.

Por exemplo, para analisar o uso e a preservação dos recursos naturais, a mobilidade populacional representa um dos fatores demográficos mais importantes. Onde a população mora, trabalha e descansa sempre terá impacto sobre a natureza – e vice-versa. Considerando a volatilidade e imprevisibilidade da mobilidade espacial, esta se torna um fator crucial para a sustentabilidade. E os limites ambientais apontam para a necessidade de conciliá-los com a distribuição das atividades humanas no espaço. Daí nasce a necessidade de uma teoria da organização social do espaço que parta da idéia da finitude e da elasticidade limitada dos recursos naturais.

É preciso reconhecer que o fator ambiental assumiu um peso considerável na definição da qualidade de vida das populações contemporâneas. Hogan enfatiza ainda que para maximizar a qualidade de vida para no futuro, a mobilidade espacial da população, terá menos grau de liberdade.

Como o fator ambiental é capaz de interferir no processo de distribuição populacional, aliviando diversas pressões sobre o ambiente, sua importância reside na percepção dos limites dos recursos naturais associados principalmente às condições de reprodução social. No caso da pesca, a mobilidade geográfica está atrelada ao universo das águas, fonte da reprodução do pescador, o que a torna importante estratégia de sobrevivência para reprodução social desta categoria.

## 2.2 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

As chamadas populações tradicionais da Pan-Amazônia<sup>5</sup> (índios, pescadores) têm se mantido graças ao conhecimento sobre o ambiente em que têm vivido e são tomadas como um exemplo de aproveitamento dos recursos florestais e pesqueiros.

Nesta dissertação, não se trata de populações tradicionais sob um ponto de vista estereotipado e homogeneizador, pois se entende que não existe “a população tradicional”, mas sim, populações que por suas características comuns são tidas como “tradicionais”, mesmo que tais características não sejam idênticas. Essas eventuais diferenças justificam-se pelos diversos meios em que cada população vive, especialmente pelo modo de produção e pelo modo de vida que levam, além do grau de interação com outros grupos (CASTRO, 1997).

Tomar as populações tradicionais como algo genérico é problemático, porque não esclarece as especificidades de cada um desses grupos humanos, agravando-se ainda mais quando nos processos de ocupação e afirmação territorial do Estado, esses grupos têm suas territorialidades pouco conhecidas ou reconhecidas (LITTLE, 2002).

Para Diegues (1996 apud PAIOLA; TOMANIK, 2002, p. 14), as populações tradicionais apresentam características que as diferenciam, e muito, das sociedades urbano-industriais. Possuem conhecimento profundo da natureza, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais, os quais são os mantenedores de seu modo particular de vida. As atividades econômicas são fortemente dependentes das relações naturais e, longe de apresentar características predadoras, limitam, graças ao uso de tecnologia relativamente simples, o impacto sobre o ambiente. As atividades econômicas, sociais e culturais têm como base importante a unidade familiar e as relações de parentesco. No decurso dessas atividades ganham relevância os mitos, os rituais e as simbologias. Na divisão técnica e social do trabalho, destacam-se as práticas artesanais, das quais o produtor e sua família dominam todo o processo de trabalho.

As relações econômicas dessas populações com o mercado externo são reduzidas, uma vez que a produção visa a subsistência, tendo como consequência processos limitados de acumulação de capital. Para a garantia da reprodução social do grupo combinam várias

---

<sup>5</sup> Há controvérsias sobre o conceito de Amazônia, referimo-nos ao conceito regional de Pan-Amazônia é o mesmo adotado por Mougeout e Aragon (1983), domínio ecológico sul-americano, caracterizado pela tropicalidade o qual compreende o Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana francesa, Peru, Venezuela e Suriname. Para uma discussão maior sobre o conceito de Amazônia consultar Aragón (2005).

atividades econômicas, como a criação de animais para consumo próprio, os pequenos cultivos e a pesca.

Em geral, as populações tradicionais apresentam baixos padrões de consumo e densidade populacional, e, como não têm outras fontes de renda, é relevante para a sua sobrevivência o uso sustentável dos recursos naturais, de forma a não esgotá-los. Assim, a manutenção de seu modo de vida favorece a preservação dos recursos e da biodiversidade contidos em seus territórios. A noção de território e de espaço construída pelas populações tradicionais traduz-se na forma de reprodução social do grupo e no apego ao local que habitam, com o qual se identificam e pelo qual se distinguem de outros grupos. No entanto, possuem pouco ou nenhum poder político, concentrando-se este em geral nos grupos de poder dos centros urbanos (PAIOLA; TOMANIK, 2002).

Os ecossistemas amazônicos têm garantido uma forma específica de ocupação e uso dos recursos por diversos povos, denominados genericamente “populações tradicionais”, que durante longa data têm estabelecido estreita relação com o meio ambiente, dado o conhecimento integrado de crenças e práticas, adquiridas de geração em geração, que configuram seus modos de vida e suas territorialidades.

Daí ser possível falar da Amazônia dos indígenas, dos caboclos, dos ribeirinhos, dos extrativistas, dos negros remanescentes de quilombos. Dar conta da crítica às visões homogeneizadoras e simplificadoras desses grupos humanos é fundamental, em razão de se mostrarem suas especificidades e suas ações políticas, ações essas que em geral revelam os conflitos com outros atores em relação a suas formas de apropriação da terra e dos recursos provenientes das matas e das águas, base de sua sobrevivência, colocando em questão as suas próprias vidas, por estarem no meio dos processos de mudança mais profundos de nossa contemporaneidade (CASTRO, 1997).

Paul Little (2002, p. 23) repensando o conceito de povos tradicionais, pressupõe a constatação de fatores como a existência de regime de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que refletem pontos comuns de diversos povos e contribuem para a conceituação de populações tradicionais. Como o significado do conceito de população tradicional muda conforme a concepção político-científica que se está analisando, observa-se que no contexto da discussão sobre conflitos na segunda metade do século XX na Amazônia, período em que essa região era caracterizada como uma grande fronteira econômica, uma vez que ali se instalavam as relações de produção capitalista, as populações, que sobreviviam com uma relação quase que orgânica, com a imensa floresta tropical foram tomadas pelo Estado,

inicialmente como “invisíveis” (LOUREIRO, 2001), por não terem nada a acrescentar ao desenvolvimento da Amazônia dado o seu modo simples de vida.

No entendimento do Governo Federal, essas populações ocupavam áreas extensas, desenvolvendo nelas atividades econômicas de baixa produtividade, gerando poucos impostos, o que desperdiçava terras que poderiam ser mais aproveitadas se ocupadas por grandes empresas multinacionais ou nacionais. Mediante essas pressuposições, as populações tradicionais tornaram-se “invisíveis” no conjunto das políticas públicas, por não serem tratadas como atores sociais importantes nesse processo de desenvolvimento e mudança. Esta “invisibilidade” garantiu que os espaços por elas ocupados nos projetos oficialmente financiados apareciam como sendo um “vazio demográfico” passível de ocupação por outros atores externos à região.

Nesse contexto, aumentou a pressão sobre o potencial de recursos naturais existentes na região, desencadeando-se inúmeros conflitos territoriais na Amazônia, que já possuía uma herança fundiária problemática em virtude de suas terras não serem devidamente tituladas, em razão de o extrativismo ter a floresta e não a terra como principal objeto de exploração e apropriação. Nesse período histórico em que se acelera a nova expansão capitalista modernizante, as populações tradicionais foram consideradas “resistentes” às novas formas de apropriação do território, a partir de então baseadas na propriedade privada e não mais nas formas de propriedade comum que caracterizavam os diversos grupos étnicos da Amazônia (GONÇALVES, 2001; LITTLE, 2002).

No contexto ambientalista, o conceito emerge a partir da forma como os preservacionistas entendiam os diferentes tipos sociais existentes nas unidades de conservação de proteção integral, considerados por aqueles como obstáculos para a implantação plena das metas dessas unidades (LITTLE, 2002, p. 23). A concepção de desenvolvimento sustentável é mais um elemento no contexto ambientalista de redefinição do conceito de povos tradicionais, que, nessa perspectiva, são vistos como parceiros, por apresentarem formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais.

O problema destas definições reside no modo de vida das populações que se baseiam em lógicas em desacordo com o conceito oficial do desenvolvimento sustentável, elaborado “explicitamente como uma estratégia para sustentar o ‘desenvolvimento’ e não para dar apoio ao florescimento de uma vida natural e social infinitamente variada” (ESTEVA, 2000, p. 72).

Um desenvolvimento sustentável que leve em consideração a cosmologia<sup>6</sup> dos diferentes povos deve ter “respeito aos padrões de sustentabilidade dos recursos naturais e da sociedade, o que remete à problemática da proteção à biodiversidade e a critérios de equidade no processo de distribuição do excedente produtivo” (SIMONIAN, 2000, p. 14).

Concluindo, as populações tradicionais têm muito a contribuir para o ideal de desenvolvimento. Mas enquanto não se tornarem sociedades autônomas que possam decidir politicamente sobre a gestão de seus próprios territórios, o desenvolvimento gerado não as alcançará. O grande beneficiado continuará sendo o capital, que adentra arbitrariamente nos espaços de trabalho dos povos que historicamente sobrevivem da exploração sustentável da natureza. Nesse processo, o Estado tem financiado direta e indiretamente o capital, levando as populações tradicionais à exclusão e a um empobrecimento sem precedentes.

Nos últimos anos, as populações da Amazônia que em muito dependem dos recursos naturais, como reação a este contexto adverso, vêm-se forçadas a adotar estratégias que garantam a sua reprodução social. Conhecer essas estratégias é uma forma de saber como as mudanças ambientais e econômicas alteram a disponibilidade dos recursos e afetam as vidas dessas populações.

Para Furtado (1994), estratégias de sobrevivência são ações individuais e coletivas, conscientes ou inconscientes, adotadas pelas populações tradicionais amazônicas no sentido de garantir sua subsistência e preservar os recursos para este fim. Noutras palavras, para garantir sua reprodução biológica e social.

Contribuindo para este pensamento, Murrieta, Brondizio e Siqueira (1989) argumentam que as estratégias de subsistência do caboclo amazônico dependem do seu conhecimento e aproveitamento dos vários recursos florestais - o que possibilita a realização de várias atividades de subsistência garantindo sua reprodução social, além de certa auto-suficiência e independência dos mercados externos como ocorreu, por exemplo, na época da economia da borracha. O argumento de Murrieta, Brondizio e Siqueira (1989) ganha atenção, atualmente com a extinção de recursos renováveis pela implantação de grandes projetos - que prejudicam as formas de manejo tradicionais, acarretando seu abandono e a dissolução de padrões de vida tradicionais. Os sistemas extrativistas tradicionais desenvolvidos nas

---

<sup>6</sup> “No pensamento moderno, além disso, a natureza só tem sentido por oposição as obras humanas, qualquer que seja o termo por nós escolhido para denominá-las: cultura, sociedade, ou história, na linguagem da filosofia e das ciências sociais; ou espaço antropizado, mediação técnica ou ecúmeno, em uma terminologia muito especializada. Uma cosmologia em que a maior parte das plantas e dos animais está incluída em uma comunidade de pessoas, que partilham, total ou parcialmente, faculdades, comportamentos, e códigos morais, ordinariamente atribuídos aos homens, não corresponde, de maneira alguma aos critérios de uma tal oposição” (DESCOLA, 1997 p. 247)

comunidades caboclas são variáveis junto às economias de mercado, não havendo alterações radicais no modo de vida ou no equilíbrio ecológico,

Para Haguette apud Oliveira e Ribeiro Neto (1989), estratégias são: “arranjos, truques adaptativos que se realizam no agregado familiar, nos grupos ou comunidades, visando maximizar a renda e consumo, assegurando dessa forma a manutenção da família. Para estas populações a sobrevivência não pode ser assegurada individualmente, mas principalmente, através de um sistema de ajuda recíproca”. Oliveira e Ribeiro Neto (1989), aplicando este conceito às populações de baixa renda no litoral paulista, observaram que o núcleo familiar é levado a traçar estratégias de sobrevivência combinando atividades, combinação possível somente através da formação de uma rede de relações sociais que geralmente não se limita à família.

Os autores mostram ainda que a combinação de renda com mais de um tipo de atividade econômica é uma necessidade e uma característica fundamental de populações que dependem dos recursos naturais. As estratégias de sobrevivência instauram-se através da combinação de atividades condicionadas *pelo acesso dos recursos*. Para garantir a satisfação de suas necessidades básicas é fundamental existir uma série de condições que se podem dar através do acesso à posse da propriedade da terra. No caso de facilidades de acesso a diferentes atividades, os valores culturais exercem um papel importante na definição da estratégia mais promissora para alcançar esse acesso. Para as populações que exploram os recursos vivos, as atividades são cíclicas, embora muitas vezes os ciclos biológicos sejam alterados por fatores naturais (fortes chuvas ou secas etc.), ou por fatores socioculturais (condicionantes sociais, poluição).

De acordo com Ribeiro e Galizoni (2000) a mobilidade populacional é uma estratégia para a preservação dos recursos e a reprodução das populações que dependem dos recursos naturais. A diminuição populacional teria como objetivo aliviar diversas pressões sobre o ambiente, sendo, muitas vezes, acionada estrategicamente para este fim a migração. Como exemplo, a migração sazonal ou definitiva é uma alternativa construída pelos agricultores do Jequitinhonha relacionada à preservação do meio ambiente, a sustentabilidade da exploração da terra e à reprodução da população. Como a migração é um movimento contínuo, ela pode ser acionada várias vezes fazendo com que este deslocamento se torne um escape na luta pela sobrevivência (ARAGON, 1983).

Brasil (2000), em estudo da população ribeirinha da ilha de Marajó analisou as relações entre o contexto familiar desta população na região de mata da ilha e as estratégias que adotam para garantir sua sobrevivência. Os arranjos identificados pela autora e adotados

consciente ou inconscientemente entre a população marajoara são: a própria organização familiar, a complementariedade das atividades extrativistas com outras formas de exploração dos recursos, o sistema de convidado na realização das atividades produtivas, a migração, a divisão de trabalho com ênfase na mão-de-obra infantil e feminina, e o manejo florestal adotado em algumas atividades.

Estas estratégias são influenciadas, porém, por uma série de fatores alheios à vontade das famílias marajoaras, destacando-se o sistema de aviamento e as formas de concessão para exploração dos recursos naturais. Por esta razão nem sempre as estratégias adotadas por essa população se configuram como as mais racionais em termos ambientais, como é o caso da extração da madeira e do palmito. No caso da madeira são as empresas aviadoras que determinam as espécies que devem ser extraídas. Processo que após alguns anos de exploração irá provocar o desequilíbrio na biodiversidade das áreas exploradas. O imediatismo da exploração do palmito também conduz a práticas predatórias que provocam a morte da palmeira, quando se deseja aumentar ou apressar o resultado da produção. Desta forma, as empresas aviadoras acabam forçando a população marajoara a uma exploração pouco sustentável sobre a floresta, interferindo no ecossistema e na reprodução social desta população. Esse tipo de estratégia, além de levar à depredação dos recursos explorados, também impossibilita a sobrevivência das famílias que o adotam. Por outro lado, a prática de atividades que permitem a conservação do ambiente (como é o caso da coleta de açaí e de seringa) possibilita melhores condições de vida para a população.

Pesquisas em comunidades pesqueiras na região do nordeste paraense, estuário e águas interiores da Amazônia revelam também estratégias desenvolvidas pelos pescadores artesanais diante de transformações ocorridas por mudanças ambientais e econômicas na região. Na luta pela sobrevivência surgem estratégias nem sempre consideradas positivas como o uso da zagaia<sup>7</sup>, tipo de pesca predatória encontrada em Bragança. A pesca industrial de camarão com redes camaroneiras causa também alta mortandade de peixes capturados nessas redes. Frequentemente a pesca industrial não respeita o seu limite de atuação, invadindo áreas tradicionais dos pescadores artesanais, fato que, compromete ainda mais a produção e a reprodução social.

---

<sup>7</sup>Maneschy (1990) presenciou a pesca com zagaia e afirma que esse tipo de rede é utilizada principalmente para a captura do camarão branco (*penaeus schmitti*). A zagaia é uma malha muito fina, entre 10 a 20 cm de lado e pode ter mais de 1.000 metros de extensão, sendo colocada em beiras de praias, durante a baixa-mar. Devido ao tamanho da malha, o volume de captura de peixes de tamanho mínimo, mortos e inaproveitáveis é o resultado ao avançarem em direção à praia na preamar é freqüente.



Diferente do que acontece em Bragança, no estuário e baixo Amazonas, o deslocamento dos pescadores artesanais para outras áreas de pesca devido à escassez do peixe, a realização de outras atividades e a proteção dos recursos pesqueiros em lagos manejados com contenção de sua intensa exploração são estratégias utilizadas pelos pescadores artesanais para garantir sua sobrevivência (MANESCHY, 1990; FURTADO, 1993b; MCGRATH, 1993; MOREIRA; ROCHA, 1995).

Nota-se ainda que os pescadores do estuário amazônico enfrentam mudanças socioambientais que vêm afetando diretamente a sua reprodução social como, por exemplo, a diminuição de estoque de peixes, devido à influência da pesca industrial e a construção da barragem da Hidrelétrica de Tucuruí em 1984, no baixo Tocantins, que trouxe como conseqüências na pesca a mortandade de peixes<sup>8</sup> e o desaparecimento de espécies migradoras, diminuindo as capturas (MÉRONA, 1993; MÉRONA; SANTOS, 1996).

Por não disporem de equipamentos de pesca, os pescadores artesanais ficam dependentes de uma rede de intermediários composta por geleiros e camaroeiros, que de certa forma sustenta a atividade pesqueira da maioria dos pescadores estuarinos, pois sem eles, os pescadores não teriam como escoar sua produção ao mercado local, de Icoaraci e Ver-o-Peso. Terminando por ficar com um mínimo de recursos e até endividados. Como forma de alcançar uma maior produção e melhores condições de vida, os pescadores artesanais estão se deslocando mais intensamente para outros locais de pesca dentro do próprio estuário, que além de ser “sacrificante”, também gera conflitos com os pescadores destas áreas que os percebem como intrusos ou “pescadores de fora” por utilizarem seus recursos. Estas situações se generalizam pela região e estratégias têm sido elaboradas para revertê-las.

Os pescadores de Abaetetuba, por exemplo, passaram a desenvolver a piscicultura associada à agricultura e à suinocultura. Em Breves, no rio Ituquara, os pescadores passaram a valer-se de “acordos de pesca” - que são regras de uso dos recursos pesqueiros com o objetivo de não gerar conflitos entre os usuários – respeitados pelos pescadores locais durante todo o ano e estendidos para pescadores de fora nos períodos de safra (SILVA, 2006; MOREIRA; ROCHA, 1995). Na Vigia (litoral do Pará) a migração é utilizada pelo pescador artesanal como estratégia de sobrevivência dirigindo-se em época de escassez da atividade pesqueira para Castanhal, Belém, Icoaraci e outros lugares com o objetivo de vender sua força-de-trabalho, empregando-se como mão-de-obra temporária não especializada em empresas de pesca, de transporte e de construção civil (MAUÉS; MAUÉS, 1990).

---

<sup>8</sup> Mortandade causada pela interrupção total do fluxo nas operações de enchimento do reservatório (MÉRONA; SANTOS, 1996).

Conforme a literatura revisada entende-se por estratégias de sobrevivência nesta dissertação todas as ações realizadas pelos pescadores artesanais na superação de adversidades à manutenção do grupo doméstico, incluindo, entre outras, o aproveitamento e à proteção de recursos naturais destinados ao consumo e geração de renda com fins a reprodução social, o exercício de atividades econômicas com auxílio de relações familiares, de parentesco e de vizinhança e a mobilidade geográfica em busca de novas áreas de pesca ou de atividades alternativas à pesca.

### 3 A IMPORTÂNCIA DA PESCA NA AMAZÔNIA

Segundo Rufino (2004), a pesca como atividade extrativa, está presente desde a pré-história da humanidade e seu produto, o pescado integra a dieta alimentar dos humanos desde tempos ancestrais. A atividade pesqueira revela um saber sobre a apropriação da natureza e o domínio de técnicas específicas desta atividade. A natureza é o objeto de trabalho do pescador e os peixes constituem o universo natural apropriado pela prática pesqueira, sobre a qual o pescador constrói o seu conhecimento.

A pesca é uma das mais antigas formas de organização social e econômica. Esta atividade permeou toda a trajetória da humanidade até os dias de hoje (SHIANOVE, 2003 apud RUFINO, 2004). As sociedades pesqueiras assumem importância histórica na medida em que a pesca e a navegação (elementos indissociáveis quando se trata de pesca marítima), exerceram papéis centrais nos processos de acumulação de capital, na consolidação do capitalismo mercantil nos séculos XV e XVI, e na formação de centros urbanos importante no Mar do Norte e no canal da Mancha (BRETON, 1989 apud RUFINO 2004). No Brasil, os primeiros habitantes já faziam da pesca e da coleta uma atividade essencial para a sua subsistência, como atestam os inúmeros sambaquis, depósitos de conchas, encontrados em sítios arqueológicos ao longo da região litorânea brasileira (PROST, 1997).

A pesca na Amazônia destaca-se em relação às demais regiões brasileiras, tanto costeiras quanto de águas interiores, pela riqueza de espécies exploradas, pela quantidade de pescado capturado e pela dependência da população tradicional dessa atividade (BARTHEM; FABRÉ, 2004). Contudo, a riqueza da ictiofauna da Bacia Amazônica ainda é pouco conhecida, em que pese o seu grande número de espécies neotropicais, que podem alcançar 8.000 (VARI; MALABARBA, 1998 apud BARTHEM; FABRÉ, 2004).

Anterior à colonização portuguesa, a pesca na Amazônia, juntamente com a caça, constituía a principal fonte alimentar das populações nativas da região. E ainda hoje, o peixe representa a principal fonte de proteína na alimentação das populações ribeirinhas e contribui como parte da renda familiar, através da comercialização do pescado nos mercados locais, ou da exportação para outras regiões do Brasil ou mesmo para o exterior (ISAAC; BARTHEM, 1995).

O estado do Pará ocupa o segundo lugar no conjunto das unidades da federação em termos territoriais com 1.248.042 km<sup>2</sup>, correspondendo 15% de toda área do território nacional. Com cerca de mais de 34,5% das águas da bacia Amazônica, é mais reconhecido pelo potencial de riquezas minerais do que pelos recursos hídricos, citados apenas em função

do potencial energético. Porém com seus 562km de litoral marítimo e 20.512km<sup>2</sup> de águas interiores, o estado possui um enorme potencial para as atividades pesqueiras (FURTADO, 1990; SILVA, 1996). Dados do Ibama confirmam esse potencial, ao mostrar que a produção pesqueira extrativista desembarcada nos portos do Pará superou 172.000t em 2002. Tal fato confere ao estado o primeiro lugar da federação em volume de captura.

A pesca no estado é praticada além de lagos e rios, numa extensa área, que abrange a costa dos estados do Amapá, Pará e Maranhão. Esta região é beneficiada pela grande influência do rio Amazonas que através do fornecimento de nutrientes provenientes dos processos de descarga deste rio, favorece significativamente a abundância de peixes e crustáceos na região (ISAAC; BARTHEM, 1995).

Em decorrência da disponibilidade hidrográfica e com uma enorme potencialidade ictiológica, ainda que só parcialmente descoberta em termos científicos, o território paraense oferece disponibilidade para vários tipos de pescaria que de acordo com as suas características socioeconômicas (BARTHEM; ISAAC, 1995), pode ser dividida atualmente em três modalidades como segue:

a) *pesca de subsistência* – atividade tradicional, permanente e complementar a outras atividades econômicas, cuja produção dedica-se quase exclusivamente ao consumo próprio, ou de parentes e amigos, executada com uma canoa e aparelhos de pesca simples

b) *pesca comercial de caráter artesanal* - de características sazonais, esta pesca é praticada por pescadores de dedicação quase ou totalmente exclusiva e cuja produção destina-se, em grande parte, à comercialização nos mercados regionais. Em grande parte da Amazônia é comum haver uma embarcação principal, conhecida como “geleira” que recebe a produção dos pescadores embarcados em pequenas canoas. As geleiras possuem urnas com gelo para conservação do pescado. Os encarregados podem comprar o pescado dos pescadores locais ou mesmo conduzir pescadores de outras regiões, que seriam contratados e suas canoas rebocadas para as áreas de pesca. Esta teria como finalidade garantir uma alta produção para compensar o transporte do pescado para os centros urbanos de melhor comercialização.

c) *Pesca industrial* - relacionada tradicionalmente à captura da piramutaba (*Brachyplastystoma vaillantii*) e camarões (*penaeidade*) e mais recentemente as pescarias do pargo e da lagosta. Esta pesca emprega barcos de grande potência, com casco de ferro e redes de arrasto.

Embora esta dissertação esteja centrada na categoria b, para entender sua problemática, é necessário fazer referência também às outras duas categorias.

### 3.1 A PESCA E O PESCADOR ARTESANAL DA AMAZÔNIA

No Pará, estima-se que há cerca de 78.000 pescadores artesanais (Sudepe 1988 apud MANESCHY, 1990), que respondem pela maior parte do abastecimento de pescado ao mercado interno, realizando pescarias de caráter flúvio-lacustre e costeiro (FURTADO, 1990).

No final do século XIX, no Pará, as pescarias eram divididas em “pequena” e “grande” pesca, feitas as duas em moldes artesanais (VERÍSSIMO, 1895 apud FURTADO, 1990). A “grande pesca” era, mesmo que temporariamente, uma indústria que fazia dos seus produtos objeto de comércio ou de escambo, a nível regional, enquanto que a “pequena pesca” era apenas uma fonte de alimentação individual ou de uma pequena indústria auxiliar ao suprimento local.

As espécies exploradas pela grande pesca no estuário eram a gurijuba (*Arius parkeri*) e algumas espécies de tainha (*Mugil sp*). No interior era o pirarucu (*Arapaima gigas*), o peixe-boi (*Trichechus inunguis*) (mamífero), e outras espécies. Os pescados recebiam beneficiamento quase industrial, como a secagem e a salga, e eram amplamente comercializados por toda a região (BARTHEM, 1990). A exploração da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) era incluída na “pequena pesca” e acontecia principalmente durante a piracema<sup>9</sup>.

Furtado (1990) alerta para que essa classificação não venha confundir-se com as noções atuais de pequena e grande pesca, que correspondem respectivamente, à pesca artesanal e a pesca industrial, que formam o setor pesqueiro do Pará.

A grande pesca hoje é praticada nos moldes empresariais, com alto grau de modernização, em seu processo de captura e beneficiamento, cujas relações de trabalho são de caráter capitalista. Pela portaria 09.03.1983 – Sudepe este setor só podia operar a partir de três milhas da costa paraense, mas pela portaria NR-W-01 de 13.05.1987, passou a operar a partir de 10 milhas, área de alto mar não alcançada pela atual pequena pesca.

---

<sup>9</sup> Piracema é a subida dos peixes até as cabeceiras dos rios para realizarem a desova, e assim se reproduzirem. [www.ondasnet.com.br/ibama/pira.htm](http://www.ondasnet.com.br/ibama/pira.htm).

Na Amazônia e no Pará, os conceitos de pesca industrial e artesanal expressam a dicotomia no setor pesqueiro. Oficialmente, a pesca artesanal é o termo genérico que vem sendo empregado por várias instituições ligadas à pesca, incluindo a Confederação Nacional dos Pescadores, as Federações Estaduais de Pescadores, as Colônias de Pescadores, e a Pastoral da Pesca entre outras, definindo a pesca de pequena escala. Expressa a atividade pesqueira cujo manejo dos recursos naturais é feito através de uma tecnologia simples, reproduzida em instrumentos cuja preparação total ou parcial é feita pelo próprio pescador com recursos locais. Apesar da introdução de instrumentos industrializados como as redes malhadeiras, cabe ao pescador fazer os serviços de entalhamento (colocação de cabos e chumbos para dar estabilidade e operacionalidade necessárias no ato de captura do peixe); extrovamento de anzóis (encordoamento de sustentação dessa peça ao sistema de linhas-de-pesca e/ou de espinhéis); tingimento de velas, de canoa feitas de lonas adquiridas nas praças comerciais. Nessa tecnologia simples, evidenciam-se as influências indígenas e lusitanas que marcaram a formação cultural da Amazônia (FURTADO, 1990).

Segundo Leitão (1995), essa generalização do termo pescadores artesanais resulta da forma como as políticas públicas consideram o setor pesqueiro. Conforme essas ações do governo implantadas, a partir de 1960, advogam pela mudança do cenário da pesca brasileira, incluso na Amazônia, priorizando a pesca industrial por considerá-la como a solução para a exploração “racional” dos recursos e para o crescimento do setor. As propostas dos programas e projetos de desenvolvimento e da legislação em geral, basearam-se em promover a pesca com o uso de uma frota mecanizada e voltada à industrialização e exportação do pescado. Tais políticas pouco ou nada consideram a existência de um contingente de trabalhadores, tratados genericamente como pescadores artesanais, responsáveis pela produção do pescado consumido no mercado interno.

Mello (1985) argumenta que é neste momento que o pescador ver-se-á obrigado a vender sua força de trabalho em consequência da penetração do capital no setor pesqueiro, resultado direto do aumento de investimentos capitalistas na área, sobretudo de grupos multinacionais que passam a interessar-se pela exploração do setor. Interesse este, despertado pelo próprio Estado por meio de literatura oficial e documentos, que preconizam a necessidade de mudança econômico-política urgente na pesca regional com fim último de atrair capital.

Dessa forma, a realidade atual do setor pesqueiro do Pará, não é fruto de mudanças gradativas inerentes a uma dinâmica interna, mas da intervenção externa. Por isso é difícil falar do pescador artesanal da Amazônia atualmente, sem considerar antecedentes históricos

sobre esta categoria (MELLO, 1985). Inicialmente não houve na região uma economia pesqueira propriamente dita onde sobressaísse a figura do pescador, tal como hoje se concebe. Desde as comunidades indígenas não temos uma profissionalização do pescador. O mesmo índio que pesca, caça. Não se tinha uma atividade econômica exclusiva, mas sim complementar.

Com a chegada do colonizador no espaço amazônico, em busca das drogas-do-sertão (século XVII) e pela expansão das atividades extrativas (fins do século XVIII), sobretudo da borracha, que trouxe consigo as práticas agrícolas, surge a figura do pescador-lavrador, isto é, o homem vale-se tanto dos recursos provenientes das águas (rios, lagos, igarapés, mar) quanto da terra, sem ter necessariamente uma atividade exclusiva.

Mello (1985) ressalta que estudos recentes reforçam esta afirmativa demonstrando que esta situação predominava até poucas décadas atrás, inclusive em zonas que hoje apresentam nitidamente o inverso, ou seja, uma especialização da atividade pesqueira. O fato é que muitas comunidades tidas hoje como “pesqueiras” surgiram tendo por base de sua economia a agricultura e não a pesca, como foi o caso de Marapanim, um dos maiores produtores de pescado do estado atualmente. Conforme Furtado (1987, p. 62):

o povoamento do território desse município não deve ser encarado unilateralmente, ou seja, dado apenas pela presença dos jesuítas e, posteriormente do Padre Valle e seus familiares; também se deve tomar, a presença dos posseiros como elementos que contribuíram para a ocupação desse território. De outro lado, demonstra que, inicialmente, a atividade agrícola foi predominante no município, tendo como “lócus” as terras que se situam na porção interior de Marapanim, ou região da Água Doce, pois todas as sesmarias se localizavam nessa área (FURTADO, 1987, p. 62).

Noutro exemplo, Loureiro (1985, p. 22) revela várias circunstâncias que possibilitaram ao homem vigiense, a existência sob a dupla e simultânea condição de agricultor-pescador, e a complementariedade das atividades de pesca e agricultura:

Alternadamente em relação às safras agrícolas e pesqueiras, a força de trabalho da família nucleava-se em torno de uma dessas atividades, sem o abandono da outra. Sobressaíam no conjunto dessas circunstâncias: o caráter artesanal dos meios de produção (que ainda hoje responde pela designação de pescadores artesanais) (LOUREIRO, 1985, p. 22).

Segundo a autora, a maioria dos materiais utilizados na confecção dos meios de produção destinados à atividade pesqueira, encontrava-se disponível e livre na natureza, referindo-se à existência de terras livres e apropriáveis. Esta possibilidade conferia aos

pescadores-lavradores a viabilidade produtiva desta atividade, dispensando quase que totalmente, a aquisição de meios de produção de origem industrial.

No entanto, um conjunto de fatores trouxe mudanças não só no sistema produtivo de Vigia e Marapanim, mas de toda a zona do Salgado e Nordeste Paraense<sup>10</sup>, alterando a configuração do pescador-lavrador, que data da segunda metade do século XX, decorrente da abertura de estradas, que se intensificou a partir dos anos de 1960. O sistema rodoviário veio romper o relativo isolamento em que viviam agrupamentos humanos dessa região facilitando enormemente as transações comerciais. O resultado imediato foi a entrada de produtos industrializados na capital do estado e posteriormente transferidos aos centros de menor porte, levando a estes lugares bens materiais modernos (relógios, rádios de pilha, vestuário), e outros bens sociais característicos do estilo de vida urbana que passam a ser almejados no interior, gerando novas necessidades e exigindo uma produção maior de seus habitantes (LOUREIRO, 1985; FURTADO, 1987).

As novidades da cidade aumentaram a evasão de mão-de-obra jovem para a capital, por um lado, e, por outro, a concorrência estabelecida pela comercialização de produtos de origem local e extra-local desfavoreceu a produção agrícola tradicional. Com a diminuição de braços para o trabalho na policultura dos roçados, pelo sistema tradicional de cultivo, resultou na diminuição das rendas familiares de milhares de pequenos agricultores que, com a venda de seus excedentes faziam convergir para as unidades familiares um mínimo de renda monetária indispensável (LOUREIRO, 1985). Essa desarticulação econômica permitiu a promoção e a consolidação da pesca como principal atividade econômica, agora estimulada pela crescente demanda dos centros urbanos e pela facilitação do deslocamento do pescado. Esse fato levou à ruptura do binômio agricultor-pescador, gerando a figura do pescador efetivo, ou seja, o indivíduo que faz da pesca sua principal e exclusiva atividade (LOUREIRO, 1985).

Furtado (1987) complementa as análises de Loureiro (1985), mostrando que com os baixos preços da produção agrícola, as comunidades mais próximas da costa do município de Marapanim passam a tomar a pesca como recurso alternativo para sua subsistência, até então restrita à produção de peixe salgado e seco, por aqueles que trabalhavam concomitantemente na agricultura, mas sujeitos a um mercado consumidor restrito aos donos das *freteiras*, que por sua vez precisavam adquirir o pescado por um preço que desse margem de lucro, com a revenda. Com a implantação das estradas os pescadores além de exportar o peixe salgado e

---

<sup>10</sup> A zona do Salgado com mais quatro zonas ou micro-regiões homogêneas: a Guajarina, a Bragantina a de Vizeu e Tomé-Açu forma um contexto territorial do Pará, denominado de Nordeste Paraense.



seco, passam a exportar o peixe fresco pela mediatização dos marreteiros (compradores de peixe para a revenda), que vinham das cidades de Castanhal, Belém e de outros centros menores.

Com a oportunidade de melhores ganhos advindos da pesca, esta se tornou um atrativo para muitas famílias que moravam na porção interior do município de Marapanim. Começava-se, como consequência, a se diferenciar dois segmentos sociais: aqueles que permaneciam com suas atividades agrícolas nas áreas mais interiores do município, na região da água doce; e aqueles que passaram a se dedicar à atividade pesqueira, para satisfazer, sua subsistência e as contínuas demandas do mercado.

É importante ressaltar que Loureiro (1985) tem a preocupação de enfatizar que a ruptura do pescador-lavrador entre os habitantes de Vigia é total, mas que a mesma não se completou em localidades do interior vigiense e de municípios vizinhos. Poder-se-ia questionar se a categoria de pescador-lavrador desapareceu na região, ou se atualmente se encontra somente ao longo da costa paraense. Conforme Furtado (1993a), essa categoria de pescadores é encontrada em toda Região Amazônica, chamada por ela pescador polivalente, em contraste com o pescador monovalente, ou àquele que faz da pesca sua atividade principal, seja, em lagos, rios ou costa amazônicos.

O pescador artesanal configura-se a partir da segunda metade do século XX. Resultará da maior penetração de interesses capitalistas no setor, refletida numa comercialização intensiva do pescado. Esta *comercialização intensiva* dentro da região veio possibilitar mudanças profundas no quadro geral da vida das populações do interior do Pará que tinham antes o peixe apenas voltado à subsistência das populações produtoras, onde o peixe pescado tem essencialmente valor de uso; na economia de mercado o pescado é produzido com valor de troca. Segundo Mello (1985) o comércio de peixe sempre existiu, muito embora não tivesse a pesca de modo geral o caráter predominante de produção para a troca.

Dentre os fatores que permitiram uma revolução comercial da pesca denominada por Mello (1985) de *comercialização intensiva*, estão a introdução do motor nas embarcações, a expansão do sistema rodoviário e a urbanização acelerada. A pesca motorizada se iniciou no Pará por volta dos anos de 1940, sofrendo contestação por parte dos portugueses que até então detinham o monopólio das geleiras de vela que transportavam o pescado.

A pesca mecanizada dava-se, sobretudo pelas necessidades de abastecimento de peixe em Belém. As dificuldades de escoamento do produto desde a costa levaram o governo da época a subsidiar anualmente o transporte do produto e a aquisição de vapores especiais que fossem pescar nos mananciais costeiros. Esses vapores dispunham de tambores contendo água

salgada, onde o peixe se conservava vivo até ser vendido em Belém (FURTADO, 1987, p. 47). No entanto, foram os portugueses que iniciaram o transporte e a comercialização do pescado congelado nas suas canoas, passando a ficar conhecidas como *geleiras*.

O barco a motor no Pará teria sido introduzido pela Companhia e Indústria de Pesca do Pará (CIPPA), nos anos de 1940, recolhendo, na época toda a produção que chegava a Belém (no Ver-o-Peso), além de comercializá-la. Após, veio a adaptação de motores às próprias geleiras, aperfeiçoando-se este tipo de embarcação como transporte de pescado utilizando caixas com gelo triturado revestidas de gelo seco – o que era uma inovação e servia à conservação do gelo picado – a exemplo do sistema empregado no Sul do país. Com a motorização, as antigas geleiras e seus trabalhadores foram parando, cedendo lugar a pequenos empresários paraenses que passaram a entrar mais no negócio do comércio pesqueiro mecanizado.

O sistema rodoviário veio também, oferecer uma opção a mais para o transporte do pescado, sobretudo das áreas do litoral paraense, que só tinham acesso à capital por via marítima. A abertura de estradas incrementa a produção de pescado demandada pela capital, e aproxima os centros pesqueiros do mercado consumidor pelo encurtamento do tempo de transporte do produto, que podia ser alocado “in natura” através de caminhões frigoríficos, reduzindo assim a produção de peixe salgado e/ou seco. Ao longo do tempo criaram-se estímulos suficientes à formação de núcleos permanentes de pescadores ao longo da orla marítima, permitindo que se sucedesse a *especialização do homem como pescador*.

Outro fenômeno que vai incorporar-se ao processo global de mudanças das estruturas sociais e econômicas das comunidades pesqueiras é a urbanização acelerada, resultado da expansão do sistema rodoviário e decorrente da transformação de algumas localidades situadas no litoral em estações balneárias de veraneio. O caso de Salinópolis é um exemplo. Essa cidade que fora um dos mais antigos centros pesqueiros do Salgado urbanizou-se, transformando-se profundamente, espacial e socialmente. Pescadores e os filhos destes, que como em qualquer outra comunidade de pescadores seguiam a profissão do pai foram transformados em operários da construção civil, carregando pedra e areia, cimento e tijolos erguendo as novas mansões e hotéis; visto que às exigências do novo modo urbano de viver tornou para muitos, impróprio o “ofício” de pescador (MELLO, 1985).

Mas, a urbanização acelerada e as transformações que traz consigo, é um fenômeno generalizado em toda a Amazônia. Para Mello (1985 apud SMITH, 1979, p. 115):

A penetração da sociedade nacional nas vidas dos caboclos também está diluindo a influência da tradição. Nas áreas rurais, os pescadores escutam frequentemente as estações de rádio de Brasília e do sul do Brasil que transmitem programas sobre partidas de futebol, política, música... Nas áreas urbanas, os pescadores jovens parecem estar mais preocupados com bailes, roupas coloridas e bens materiais, do que com idéias tradicionais em mãe-de-peixe ou onça d'água.

No contexto das ciências sociais, o conceito de pesca artesanal refere-se fundamentalmente às atividades exercidas por produtores autônomos, ocupando quase que totalmente (mas não exclusivamente) seu tempo na atividade de pesca, proprietários dos meios de produção, sem vínculos empregatícios ou de assalariamento, que exercem a pesca desenvolvendo relações de trabalho com base na parceira, com tecnologia de captura seletiva e não mecanizada, cuja produção destina-se à comercialização nos mercados locais. Pescadores artesanais diferenciam-se por isso, dos pescadores ligados a um sistema industrial, cujos barcos pertencem a uma corporação, com administração profissional, onde a atividade é marcada pelo trabalho assalariado, mecanização e beneficiamento centralizado (LEITÃO, 1995).

Furtado (1990) buscando oferecer um perfil das atuais condições da pesca artesanal na Amazônia, sob a perspectiva paraense, apresenta as principais características deste setor:

a) No plano da comercialização o pescador artesanal depende de uma rede de intermediários que liga os centros produtores e consumidores do produto da pesca.

b) Simplicidade tecnológica utilizada pelo pescador, no manejo do ecossistema pesqueiro no qual atua. É dessa simplicidade que advém o adjetivo que qualifica a atividade como artesanal e a caracteriza por desenvolver um diálogo entre o homem e a natureza, mais intenso que outros tipos de pesca mais sofisticados, como a industrial. Porém com a penetração de bens e da facilidade de aquisição de mercadorias industrializadas utilizadas na atividade pesqueira, há inevitavelmente, uma tendência para o abandono de antigas técnicas de pesca por outras mais modernas, como a introdução da rede malhadeira pré-fabricada com fio de plástico; das bóias plásticas e de isopor, e do motor para embarcação. Essas aquisições se dão principalmente pela pressão da própria competição de produzir, mais para atender a demanda comercial. A modernização dos instrumentos de produção corta gradativamente os vínculos mais diretos do pescador artesanal com a natureza e com a técnica tradicional de preparar e manejar com destreza seus instrumentos de trabalho. O pescador ao adotar a malhadeira, por exemplo, ao contrário da pesca com arpão, para a pesca do pirarucu ele abandona a feitura dos instrumentos. Empregar a malhadeira para a pesca do pirarucu,

significa também a perda da lógica de uma economia natural que cede lugar à lógica da economia capitalista que, com urgência de acumulação, oferece métodos de captura “mais eficientes” que permitam uma produção de mercadorias em volume adequado à demanda comercial.

c) A aparência simples das unidades sociais onde habitam os pescadores. Estas se distribuem pelas margens dos rios, igarapés, lagos, paranás e praias, enseadas e baías do litoral paraense. Nem sempre se localizam próximos aos pesqueiros, nos quais o pescador desenvolve sua jornada de trabalho. Em geral moram distantes deles. No litoral o padrão de distribuição habitacional nessas unidades sociais tende à concentração; no baixo Amazonas, à dispersão linear.

A espacialidade desses agrupamentos ou unidades sociais revela formas de organização da produção que caracterizam a sua economia. Por exemplo, há vilas habitadas por pescadores cuja multiplicidade de atividades permite chamá-los de pescadores-lavradores ou polivalentes que combinam diferentes atividades como a agricultura, a pesca, o extrativismo, a coleta que se realiza no baixo Amazonas. Em outras áreas onde a atividade principal é a pesca, os sinais dessa atividade são visivelmente destacados pela exibição de instrumentos que caracterizam o cotidiano do pescador (tendas e redes de vários tipos, remos, espinhéis, cuias, bóias etc.), dispostos pelos compartimentos principais da casa ou mesmo pelo terreiro como acontece nas vilas distribuídas ao longo da costa do Pará.

Essas unidades de produção concentram freqüentemente a mão-de-obra familiar e detêm e controlam os meios de trabalho. A parceria no trabalho da pessoa presente tanto no litoral como no baixo Amazonas, aparece como mecanismo de acesso aos bens de produção, de manutenção como produtores autônomos e de controle do processo de trabalho.

d) Outra característica da pesca artesanal é o baixo impacto causado sobre a natureza na medida em que o pescador utiliza uma tecnologia, cuja base está na herança indígena, legada pelo contato entre brancos e índios, na Amazônia. A economia de sua ação sobre a natureza, sobre os espaços de onde retira sua manutenção, é o próprio mecanismo inibidor de agressão ao ambiente. Mesmo que atualmente, o pescador utilize técnicas mais modernas como, as redes malhadeiras de nylon e de material plástico, a depredação que possa causar à natureza e seus recursos são menores, se comparado com os efeitos causados pela tecnologia industrial do setor pesqueiro.

Nesse quadro geral da pesca artesanal, de acordo com Leitão (1995), é possível encontrar vários “tipos” de pescadores que vão desde aqueles que possuem uma canoa ou uma pequena embarcação, alguns instrumentos e pescam de forma autônoma; àqueles que, apenas

com seu saber empírico e sua força de trabalho compõem com outros as “turmas de pesca”; incluindo os que possuem o “motor” (embarcação de maior porte contendo caixas ou urnas isotérmicas para acondicionamento do pescado no gelo), capital de giro e acesso aos canais de comercialização e que reúnem em torno de si a produção e o trabalho de outros pescadores. Estas “categorias”, no entanto, não são excludentes no processo da produção pesqueira, ao contrário, em algumas vezes são desempenhadas pela mesma pessoa. Sobretudo no que se refere à comercialização, esta pode ser realizada por um pescador aposentado ou um pescador que tenha conseguido investir nos meios de comercialização, por exemplo, barco equipado com urnas ou caixas de gelo. Dentro da lógica pesqueira, há duas ordens de produtores: os diretos, que são aqueles que capturam o pescado; e os produtores indiretos, que são os armadores e os comerciantes de pescado.

Ainda na argumentação de Leitão (1995) esta tipologia deve ser analisada nas pesquisas sobre grupos de pescadores, visto que a definição sobre quem é pescador, torna-se bastante polêmica, sobretudo em momentos de discussão sobre entidades representativas da categoria e sobre financiamentos destinados ao setor.

A questão conceitual sobre a pesca artesanal é, portanto ampla, envolve uma diversidade de modalidades, de técnicas, modos de apropriação dos recursos pesqueiros, formas de organização da produção e distribuição dos rendimentos. Sua definição não deve apenas estar atrelada à organização do instrumental tecnológico empregado nas capturas e sim nas formas de organização social das pescarias (RUFINO, 2004).

### 3.2 PERDA DA CONDIÇÃO DE PESCADOR ARTESANAL

O caso da ilha de Caratateua, mais conhecida como Outeiro, serve como exemplo para analisar a perda da condição de pescador artesanal na Amazônia. Nessa localidade não há um só pescador que detenha barco motorizado com os quatro tipos de instrumentos (rede, espinhel, matapi e puçá), a maioria possui uma canoa a remo e alguns matapis, que se encontram em precário estado de conservação. O elevado custo desses materiais tem sido um dos fatores que caracterizam sua desistência pesqueira (MOREIRA; ROCHA, 1995).

Dois fatores afetam os pescadores de Caratateua, ao igual que todos aqueles que fazem da pesca artesanal o seu meio de vida na Amazônia. O primeiro é o turismo que, enquanto fenômeno de desestruturação da atividade pesqueira, vem se intensificando a partir da década de 1970-1980, seguindo a expansão das estradas que vão atingindo as praias que antes eram

domínios das comunidades pesqueiras e agora se transformam de espaços de trabalho em espaços de lazer (NASCIMENTO, 1995). Ao igual que Outeiro, Salinópolis de antigo centro pesqueiro do Salgado, transformou-se em estação balneária de veraneio da população mais abastada de Belém. As exigências do novo modo urbano levaram ao abandono da atividade pesqueira por muitos pescadores, que passaram a realizar outros trabalhos fora do âmbito da pesca (MELLO, 1985).

O segundo fator é a dificuldade de acumulação do pescador artesanal para a aquisição dos materiais para realizar sua atividade (LOUREIRO, 1985; MANESCHY, 1993). A atividade pesqueira registra altos custos de produção, apesar do uso de tecnologia não mecanizada. Estes custos, junto a um mercado imprevisível, geram dificuldades para os pescadores, que não conseguem controlar esses fatores existentes na esfera da aquisição de insumos (principalmente redes e o gelo) e da comercialização do pescado. Ao mesmo tempo, a pesca exige um investimento inicial, para a aquisição dos instrumentos de produção (barcos e redes), que por sua vez registram alta depreciação e exigem custos elevados para a sua manutenção (LEITÃO, 1995).

Além desse fator econômico, existem outros problemas que ameaçam a reprodução dos pequenos produtores da pesca, como a interferência da pesca industrial em áreas destinadas à pesca artesanal. Os pescadores artesanais não podendo competir com empresas de pesca industrial, dado seu alto grau tecnológico, sofisticação, intenso uso da mecanização e ampla autonomia de mobilidade, ficam cada vez mais próximos à costa do Pará, e por não poderem adquirir sofisticação técnica (motor para embarcação e aumentar sua escala de ação), sentem a escassez do pescado, nessa área. Sem poder produzir através da pesca para o seu sustento leva o pescador a afastar-se do seu meio de trabalho (as águas), passando como alternativa para sobreviver a vender sua força-de-trabalho até mesmo para as empresas de pesca industrial, passando de pequeno produtor a trabalhador assalariado (PENNER, 1984; MELLO; 1985).

O aumento de empresas de pesca na área litorânea restringe a possibilidade de continuidade dos pequenos produtores na pesca. Segundo Maneschy (1990), vários conflitos passaram a ser registrados entre pescadores e barcos das frotas empresariais, decorrentes da superposição de áreas de pesca e da depredação dos estoques pesqueiros. Os prejuízos imputados aos pescadores artesanais assumiram proporções importantes já em 1972. Nessa época Maneschy (1990), referindo-se à degradação ambiental do setor industrial, dá a escala do fenômeno: “Nesse ano (1972) a Câmara Municipal de Vigia (Z-3), encaminhou documento ao Governador do Estado, solicitando providências para que não desapareçam os cardumes de

peixes da costa paraense que vai do Furo da Laura até as proximidades do Igarapé Pacoval, abrangendo toda a área pesqueira que beneficia os municípios de Colares, Vigia, São Caetano de Odivelas, Soure, Salvaterra e povoações vizinhas como Ponta Fina, Cambu, Cajuuna, Maguari etc.”. Esse documento denunciava os prejuízos à fauna acompanhante que, em razão do uso de redes não seletivas, resultava em grande mortandade de peixes jovens, inaproveitáveis comercialmente (MANESCHY, 1990, p. 21).

Há casos em que por velhice ou invalidez um pescador deixa de praticar a pesca artesanal, e manda um *encarregado*, que quase sempre é uma pessoa ligada por laços de parentesco (NASCIMENTO, 1995). No entanto, nesse caso a pesca artesanal continua sendo realizada ainda que de maneira indireta.

## **4 MOBILIDADE GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DE PESCADORES ARTESANAIS DA AMAZÔNIA**

### **4.1 NECESSIDADE DA MOBILIDADE**

Os pescadores artesanais trabalham em um meio arriscado, indivisível e inapropriável juridicamente, cuja relação com a natureza é estruturalmente diferente do agricultor que trabalha a terra, bem divisível que pode se apropriar de maneira legal. Os pescadores trabalham ainda com a imprevisibilidade da produção, devido à natureza móvel e cíclica dos peixes, bem como a perecibilidade do pescado que exige comercialização rápida (MALDONADO, 1986).

Como o pescador não pode controlar a mobilidade do peixe, vale-se estrategicamente de seu conhecimento tradicional do meio, da relação de troca com a natureza para capturá-lo. Este saber abrange o conhecimento do ciclo biológico de diversas espécies capturadas, as correntes marinhas, a identificação de cardumes, os pontos de pesca, à hora de puxar ou deitar uma rede, o saber sobre a influência dos ventos e da chuva nas pescarias, a influência da lua no regime das águas pluviais e fluviais. Conhecimentos que se adquire através da experiência da atividade e da convivência grupal (FURTADO, 1990; 1993a).

Localizar ou descobrir um pesqueiro (ou lugar de muito peixe)<sup>11</sup>, e detectar cardumes depende não só do conhecimento do pescador, mas de esforços cotidianos, bem sucedidos. Como este é um método de erros e acertos, porque os sinais podem acusar simplesmente a passagem dos cardumes naquele lugar em que pensam ter achado o pesqueiro definitivo. Exige-se mobilidade geográfica, tempo e paciência (FURTADO, 1993a). A mobilidade geográfica tornar-se, portanto, essencial na procura do peixe.

De acordo com Maneschy (1990), a mobilidade sazonal das espécies, as variações no teor da salinidade das águas, o conhecimento do pescador em relação à alteração do clima, a mobilidade das espécies e a situação das águas são outros dentre os diversos fatores que condicionam o trabalho do pescador.

Segundo Barthem e Fabré (2004), a pesca na Região Amazônica destaca-se pela riqueza de espécies que apresentam formas diferenciadas de adaptação às mudanças sazonais nos diversos ambientes em que vivem. A dinâmica anual de descarga dos rios é apontada como a chave que caracteriza a sazonalidade da planície e do estuário amazônico, cuja

---

<sup>11</sup> O termo “pesqueiro” é conhecido regionalmente entre os pescadores do litoral paraense, como lugar de muito peixe (LOUREIRO, 1985; FURTADO, 1987).



flutuação do nível d'água dos rios causa alagação das áreas marginais e a ampliação das áreas de água doce do estuário.

A zona do estuário amazônico compreende a parte externa das desembocaduras dos rios Amazonas e Pará e a costa do Brasil, desde a baía de São Marcos, no Maranhão, até a foz do rio Oiapoque, no extremo norte do estado do Amapá como se pode verificar no Mapa 01. Esta área compreende segundo Isaac e Bartheim (1995), quatro regiões pesqueiras distintas: Salgado, foz amazônica, região norte e baía e ilha do Marajó. Nesta última região, ocorre a alteração da salinidade d'água devido à oscilação do nível das águas dos rios e o ciclo das chuvas, o que ocasiona a mudança da ictiofauna.

Durante o período chuvoso aumenta a descarga de água dos rios no oceano afastando a água salgada ou marinha da costa, da baía e ilha de Marajó. Esta época caracteriza o “inverno” e estende-se até o final de junho/julho. Inicia-se, logo após o “verão”, quando ocorre o inverso. Pela diminuição de chuvas, as águas salgadas penetram na baía de Marajó aproximando-se da desembocadura do rio Amazonas, mas sem chegar a penetrar no rio. Estes períodos resultam em duas safras do peixe, no inverno, a do peixe de água doce, e no verão a do peixe de água salgada.

Lima (1998) estudando as estratégias dos pescadores do estuário amazônico identifica em seus depoimentos, o mês de agosto como o mais difícil para se ganhar dinheiro, época em que ocorre a mudança das águas, provocando o desaparecimento do peixe de água doce, a queda da venda e a presença do peixe do mato<sup>12</sup>, que não possui um significativo valor comercial como a piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) e a dourada (*Brachyplatystoma flavicans*)<sup>13</sup>. Como a pesca é a base da economia dos pescadores, uma das estratégias encontradas para se pescar o ano todo e, garantir sua produtividade consiste no deslocamento desta atividade para outras regiões pesqueiras do estuário, como a região do Salgado. Essa mobilidade faz com que estes pescadores superem à alternância da salinidade da água, o desaparecimento temporário do peixe e conseqüentemente a diminuição de sua renda.

---

<sup>12</sup> São espécies sedentárias ou lacustres que desenvolvem principalmente seu ciclo de vida nos lagos ou em sistemas de lagos associados. Ambientes como aningais, cabeceiras dos lagos dentríticos, paranás, entre outros, são habitats importantes para a reprodução e/ou refúgio (BARTHEM; FABRÉ, 2004).

<sup>13</sup> Segundo Barthem e Fabr  (2004), as características do ambiente e o comportamento dos peixes permitem diferenciar três grandes grupos de espécies de peixes: os sedentários, mais relacionadas com os sistemas lacustres; os migradores, que usam tanto os ambientes lacustres como fluviais; e os grandes migradores, relacionados principalmente com o estuário e a calha dos rios como o caso da piramutaba e da dourada, chegando a percorrer mais de 300km para realizar suas migrações tróficas e reprodutivas.



**Mapa 1 – Localização do Estuário amazônico**

Fonte: Lima (1997)

Quando o pescador não pode realizar este deslocamento, fica dependente da próxima safra em sua localidade. Os pequenos produtores dependem do peixe para sua comercialização, e a falta deste compromete a sua subsistência e a de seu grupo familiar. É graças ainda a essa mobilidade geográfica que os pescadores entram em contato com áreas mais urbanizadas, diferenciadas de suas pequenas localidades: como a sede municipal, cidades vizinhas e a capital do estado, com maior ou menor frequência, onde podem encontrar o peixe, vendê-lo, ou fazer compras, entre outras finalidades. Essa mobilidade e contatos levam por outro lado, a uma eventual mudança de residência e de ocupação originando a migração.

## 4.2 TIPOS DE MOBILIDADE

Segundo Furtado (1987), a natureza do material empregado na captura do peixe determina a natureza da atividade pesqueira. Tomando o caso da pesca em Marudá, a autora conclui que a pesca de curral representa uma atividade que se poderia chamar de estática, enquanto a de rede, de dinâmica. A primeira é assim chamada porque o pescador fica à mercê da vinda dos cardumes, porque a armadilha é fixa. A rede, ao contrário, exige movimentação, o pescador ao invés de esperar a vinda dos cardumes, vai à sua procura, nos pontos já conhecidos. Se não os encontra no ponto a que se dirige, desloca-se para outro lugar e assim, sucessivamente. Nessa busca, o pescador percorre determinada área que representa o circuito de sua ação. Esse circuito se dá conforme a movimentação sazonal dos cardumes que acompanham as correntes marinhas. Contudo as influências do ambiente físico por si só não são suficientes para causar a mobilidade do pescador. O fator econômico pressiona os indivíduos a fazer esse deslocamento.

Isso se explica pelo desejo que o pescador tem de transformar o produto de seu trabalho em bens mercantilizáveis, pois se não fosse esse fator não haveria razão para tal deslocamento, uma vez que os estoques que permanecem nas proximidades da área em que habitam, segundo os informantes, são suficientes para proverem suas necessidades de consumo doméstico (FURTADO, 1987, p. 239).

Nesse contexto, a mobilidade geográfica é inerente aos pescadores artesanais que lidam com armadilhas móveis – as redes. A possibilidade de realizá-la se dá, por questões físicas ambientais, econômicas e técnicas. Loureiro (1985), por exemplo, demonstra que o grau tecnológico dos instrumentos de trabalho (principalmente o barco motorizado), requer investimentos e influencia na mobilidade geográfica. Segundo a autora existe uma relação direta entre as distâncias que alcançam os pescadores e o porte de suas embarcações, o que significa maior ou menor incorporação de capital aos meios de produção. A área freqüentada afeta tanto a jornada de trabalho e a duração das viagens, como também reflete no tamanho da tripulação e sua articulação interna.

No caso da Vigia estudado por Loureiro (1985), os pescadores artesanais abarcam as seguintes categorias, conforme sua mobilidade e nível tecnológico:

### 4.2.1 Chega e vira

Corresponde ao pescador artesanal menos equipado tecnologicamente – cujas embarcações a vela e mistas (conjugando vela e motor), vão de duas a quatro toneladas no máximo; daí atuar nas águas próximas ao município da Vigia, realizando pescarias de curta duração, aproveitando-se dos movimentos de marés (enchente e vazante) e retornando diariamente as suas localidades de residência na cidade de Vigia. Esta jornada de trabalho diária se faz com o objetivo da venda do peixe fresco.

O processo de trabalho envolve uma tripulação composta geralmente por três pessoas. A organização das tripulações de chega e vira como das demais categorias de pescadores vigienses põe em destaque a ocupação de encarregado, por ser figura central na composição e articulação das tripulações. O *encarregado*, em outros contextos, denominado de mestre ou piloto tem a seu encargo várias atribuições. Em terra é responsável por escolher a tripulação, no momento da pescaria coordena tarefas e responde pela comercialização da produção, repartição e prestação de contas com o proprietário (caso ele próprio não seja). Dele depende a tomada de decisão, nas várias instâncias, tanto em terra como no mar, estando implicado o momento apropriado para determinadas atividades: decidir o número de viagens, escolher locais de pesca, os aparelhos a utilizar, localizar cardumes, dar rumo à embarcação, entre outras tarefas (MELLO, 1985; NASCIMENTO, 1995).

Os demais tripulantes não possuem função rígida, permitindo o rodízio entre estes mesmos, e entre o encarregado e tripulação, que trabalha em conformidade com a instrução do primeiro pela função central do encarregado na tripulação. Cada posição física dentro da canoa corresponde uma função ocupacional. O proeiro é o tripulante que vigia a proa da embarcação, dando-lhe rumo e emitindo ordens aos demais tripulantes, é ocupada pelo encarregado. Ao centro a canoa está o meeiro, cuja função é retirar água que as ondas lançam no interior da embarcação, prepara alimento para os demais e faz lastro<sup>14</sup>. O piloto maneja a embarcação e segue as ordens de comando emitidas pelo proeiro.

Nos casos em que a embarcação é um pouco maior (de todas as formas sem ultrapassar 4 t), a tripulação se vê acrescida de um companheiro temporário para auxiliar o responsável pelo manejo das velas durante os fortes ventos do verão, mas logo é reduzida ao contingente original, tão logo a situação se normalize .

---

<sup>14</sup> Lastro – Todo e qualquer tipo de peso que se coloca na embarcação com vistas a lhe conferir estabilidade (LOUREIRO, 1985).

A permanência dos chega e vira no mar não é habitual, por implicar na deterioração completa ou parcial da produção pescada. Só ocorre nos casos em que, após trabalhar todo ou parte considerável do primeiro dia os pescadores não conseguiram produção suficiente, e podem consumi-la durante a própria jornada de trabalho para evitar desperdícios. Muitos pescadores transportam consigo certa quantidade de sal, com a qual podem salgar esta produção pequena do primeiro dia e assim regressar no dia seguinte com o peixe fresco para a venda. Noutras ocasiões vendem o pescado às geleiras com as quais deparam no mar ficando desobrigados a regressar à cidade para vender o peixe fresco, podendo permanecer no mar mais um dia ou parte dele.

O que determina o regresso diário dos chega e vira é o não processamento do pescado, o que reflete o porte restrito do capital incorporado pelos proprietários em suas pequenas embarcações que na maioria não contêm para o transporte de caixas zincadas para conservação do peixe gelado, ou mesmo condições de adquirir o gelo triturado, nem podem valer-se da salga para conservação do pescado, pois não dispõem de espaço para seu processamento. O porte da embarcação limita, sob vários ângulos, a zona de pesca possível de ser trabalhada pelo chega e vira, cujo raio de ação fica circunscrito a uma distância que torne possível o regresso diário à cidade.

#### **4.2.2 Pescador de fora**

Essa categoria inclui duas sub-categorias: o pescador amazonista ou do Amazonas e o pescador nortista, do norte ou pelhudo.

##### *4.2.2.1 O pescador amazonista ou do Amazonas*

Esses pescadores transitam na zona estuarina e oceânica que tem como pontos extremos as águas do município de Salinópolis, na região do Salgado e Ponta Grossa, próxima ao Território do Amapá, penetrando na região das Ilhas, às proximidades dos municípios de Afuá e Chaves. Predominam os pescadores redeiros (trabalham com rede), sendo reduzido o número dos que pescam com linha (espinhel). Suas tripulações são compostas por três a seis membros, sendo raro chegar a sete não expressando o efetivo normal.

A duração média das viagens das diversas tripulações varia entre quatro/cinco dias (geralmente os que trabalham com peixe fresco) e 12/15 dias, sendo a maior frequência entre

08 e 15 dias. Entre os amazonistas há os que trabalham com o peixe no sal; um grupo menor vende-o fresco, mais a maioria usa o gelo. Este último contingente (o de geladores) vem inclusive aumentando nos últimos anos. Ser geleiro constitui-se a meta desejada por grande parte dessa sub-categoria de pescadores.

As pescarias dos amazonistas que conservam o peixe em sal duram entre 8 e 15 dias. A capacidade física da embarcação varia em função da capacidade de carga, em termos de espaço utilizável na salga. Com tripulações entre três e seis membros, freqüentam as mesmas águas que os amazonistas geladores. Os salgadores geralmente regressam à Vigia para a comercialização do pescado consumido principalmente nas vilas, povoados e colônias agrícolas das zonas de estradas não abastecidas por peixe fresco. Os geleiros preferem vendê-lo em Belém, Vigia ou em alto mar, onde se abastecem de gelo triturado ao final de cada viagem para empreenderem a viagem seguinte. Aqueles que operam com o peixe fresco mantêm-se mais próximos do Cabo Maguari. Impossibilitados de adotarem a salga ou o gelo para conservação do pescado, dada as dimensões reduzidas de suas embarcações, vendem-no às canoas que os aguardam em pontos estratégicos do estuário. Os amazonistas que operam com o peixe fresco, têm as tripulações menores (3 a 4 membros), sua estrutura é simples, e suas embarcações são pequenas, pouco superiores às dos chega e vira e inferiores às dos demais amazonistas.

O necessário investimento do capital aplicado nas embarcações de maior porte dos amazonistas em geral deixa de fora da área física que freqüenta essa categoria de pescadores, grande parte dos pescadores vigienses, que se limitam a atuar como chega e vira, numa zona relativamente saturada e de baixa produtividade.

Os pescadores amazonistas que trabalham com pescado fresco, mesmo com a dimensão reduzida de suas embarcações (que impossibilita a salga do peixe), e a baixa incorporação de capital para aquisição de caixas zincadas ou adquirir gelo triturado em Belém. Esses pescadores rompem a barreira imposta pela baixa incorporação de capital (que em tese deveria restringi-los à categoria dos chega e vira), passando a atuar nas mesmas águas que os demais amazonistas, recorrendo a tripulações menores e a venda do peixe fresco em alto mar, evitando regressarem a Vigia para venda ou arcar com os custos da salga ou do gelo como os demais amazonistas. Estratégia útil para se manterem nesta categoria, embora revele certa fragilidade pelo diminuto volume de investimentos.

Os amazonistas geleiros têm aumentado com os anos, dotando suas canoas de urnas zincadas que recebem o gelo triturado onde é acondicionado o pescado até o ponto de venda. A capacidade total (gelo e peixe) das embarcações varia entre 500 e 5.000 kg (até 5 t). Um

investimento muito alto para a maior parte dos pescadores, o que retrai sua expansão. Além do mais, a conservação do pescado no gelo está limitada à capacidade de carga da embarcação. As urnas de gelo possibilitam aos pescadores a permanência de 8 a 15 dias pescando sem retornar e de venderem o peixe na Vigia ou em Belém, onde o preço é maior, evitando assim a intermediação de compradores em alto mar. Contudo, a conservação do pescado no gelo requer: (1) aumentar a tripulação (que deve comportar um “gelador”); (2) prolongar o itinerário de regresso até Belém, que passa a ser o destino final, localidade onde os barcos adquirem gelo triturado; (3) modificar a forma de comercialização; (4) e elevar os custos de manutenção da unidade produtiva, tanto em decorrência do aumento do rancho, com do consumo de óleo combustível.

A tripulação é composta de quatro a sete pescadores, os quais se responsabilizam por funções específicas durante a pescaria, assim o encarregado é o piloto que conduz a embarcação por itinerário acidentado e de difícil navegação, gelador que atua na hora de lançar e puxar a rede, e de armazenar adequadamente o gelo e o peixe nas urnas de forma que não sejam desperdiçados; o motorista, que é o responsável por manter o motor em bom estado de funcionamento; o cozinheiro que prepara as refeições e mantém o rancho até o final da pescaria e o resto são pescadores que ajudam nas atividades necessárias ao bom andamento das pescarias.

#### 4.2.2.2 *O pescador nortista, do norte ou pelhudo*

Esses pescadores atuam no litoral do extremo norte do Brasil, mas propriamente nas águas marinhas situadas entre Ponta Grossa e o Cabo Orange, ou foz do Oiapoque nas fronteiras com a Guiana Francesa. Também são conhecidos como *pelhudos*, por trabalharem com peixes de pele grossa, principalmente a gurijuba, espécie de bagre, que quando adulto mede entre 0,80 m a 1,20 e pesa até 15 kg.

Suas tripulações são numerosas entre cinco e nove membros. Suas embarcações também são as maiores entre os pescadores vigienses, comportando entre 8 a 18 toneladas de capacidade total e empregam como aparelhos nas pescarias a rede ou espinhel. A tripulação conta com o encarregado, e o práctico que orienta as difíceis rotas do norte. Conservam o pescado no gelo ou no sal. Os geladores são geralmente redeiros e nestes casos, embora suas tripulações sejam quase sempre maiores que a dos amazonistas, o processo de trabalho é idêntico ao deles. As pescarias, contudo se prolongam até por 18 dias.

Outros nortistas são salgadores; empregam tanto a rede quanto o espinhel, mas suas pescarias abrangem no mínimo 30 dias e no máximo cinco meses, sendo a maioria de três meses.

Maneschy (1995), estudando uma comunidade ameaçada na ilha de Ajuruteua, uma vila de pescadores do município de Bragança, complementa os estudos sobre mobilidade geográfica dos pescadores de Vigia, feitos por Loureiro (1985). No caso estudado por Maneschy há vários fatores que afetam a mudança da condição de pescador artesanal que não derivam das condições naturais. É a questão tecnológica que mais compromete a reprodução social dessa comunidade. Sem a sofisticação dos instrumentos de pesca (rede sintética/urnas/motor) sua mobilidade fica restrita à área próxima da comunidade, o que os condiciona aos ritmos da natureza e às variações sazonais que influenciam a fertilidade das águas. São incapazes de competir com empresas de pesca, dotadas de tecnologia industrial mecanizada e sofisticada, que operam em longas distâncias do litoral.

Pesquisas quanto à inserção do capital na pesca, como as de Penner (1984), Mello (1985), Loureiro (1985), Maneschy (1990), e Furtado (1990) ressaltam o saldo negativo da atuação da frota industrial em relação aos pescadores artesanais: notícias de conflito entre áreas de atuação entre os dois setores de pesca no Pará, destruição dos apetrechos de pesca artesanais, desperdício e diminuição dos recursos pesqueiros, e comprometimento da reprodução do pequeno produtor de pesca.

Em análise do capital no mar, Maneschy (1995) afirma que a apropriação privada no sentido restrito não é possível. Em princípio, os pescadores têm livre acesso ao mar. Mas é notório que sua relação sofre mudanças, na medida em que passa a ser mediada por uma tecnologia que está acima da capacidade econômica dos pequenos pescadores do nordeste do Pará.

A crescente demanda pelo pescado de Ajuruteua incentivou o uso de tecnologias que permitissem ampliar o ritmo da produção, visando o comércio. A rede malhadeira tornou obsoleto o fio de algodão e as pescarias de lance e de cercar igarapé. Os pescadores que passam a adquirir barcos motorizados atuam em condições mais vantajosas, face à escala, a maior autonomia em tempo de permanência no mar, e maior capacidade de deslocamento no litoral, que lhes permite trazer diretamente seu pescado a Bragança para vender, onde os preços são mais altos que na praia. Os demais, que permaneceram pescando em canoas a vela ou a remo, contavam com a presença mais regular de marreteiros na praia.

Para muitos pescadores locais, o traço de modernização tecnológica na produção, restringiu-se ao uso de redes sintéticas, havendo apenas redefinição de sua posição de



pequenos produtores em termos de subordinação nas relações de troca. Sem acesso ao desenvolvimento das forças produtivas na pesca regional, isto contribuiu para o seu relativo empobrecimento.

A presença de embarcações motorizadas na praia dificulta a pequena produção canoeira, acentuando suas limitações como meio de garantir a sobrevivência. A pressão exercida pela pesca industrial de camarão, realizada ao longo da costa norte do país, ameaça a permanência das diferentes categorias de pescadores artesanais do litoral como um todo.

A atividade das empresas de pesca está voltada principalmente para a captura do camarão para exportação. Os barcos são equipados com sondas para detectar cardumes e praticam a pesca com redes de arrasto, manipuladas mecanicamente. Essa pesca tem-se mostrado altamente predatória. Embora tradicionalmente de alto mar, há alguns anos essas pescarias têm sido realizadas mais próximas à costa, resultando nas freqüentes quedas de produtividade.

O aspecto predatório da atividade também sobressai pela tecnologia empregada. As redes camaroneiras não são seletivas, apanham tudo o mais que acompanha os cardumes de camarão. Como é apenas este que interessa às empresas, os peixes capturados são devolvidos ao mar, em sua maioria, mortos.

Essa forma de atuação prejudica diretamente os pescadores do litoral, atingindo os pescadores de Ajuruteua pela escassez do pescado. Maneschy (1995) alerta para a intensidade da pesca na área, a qual provoca diminuição da fertilidade das águas, o que implica dizer que os pescadores precisam dispor de condições de diversificar suas áreas de atuação e modalidade de pesca. No caso dos pescadores de canoa, que pescam numa área mais limitada, vêm deteriorar suas condições de vida. Sem acesso a tecnologias mais produtivas, alijados das reduzidas políticas de apoio a pequenos produtores da pesca, estão mais sujeitos aos impactos da pesca predatória em grande escala.

Assim, a pesca industrial contraria as perspectivas de sobrevivência na pesca, para os pequenos produtores de Ajuruteua, que despossuídos de embarcações motorizadas não podem deslocar-se para outras áreas de pesca mais produtivas. O acesso ao mar, na realidade, restringe-se àqueles que atuam acima de um determinado grau tecnológico.

A pesca industrial é encontrada em todo o estuário amazônico e devido a sua atuação predatória tem feito os pescadores artesanais se distanciarem cada vez mais de suas áreas originais de atuação para a captura do peixe, exigindo um maior esforço de pesca e gerando conflitos entre pescadores pela competição dos recursos. Dessa forma, as questões

econômicas, técnicas e ambientais se inter cruzam e a mobilidade é cada vez mais forçada para garantir a sobrevivência do pescador.

## 5 ICOARACI E A PESCA

### 5.1 FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO DISTRITO DE ICOARACI

O distrito de Icoaraci é uma zona urbana, localizada na região Norte do Brasil, no estado do Pará e, administrativamente, integra à área da Região Metropolitana de Belém. É banhado pela baía de Guajará e os rios Maguari e Maracacuera. Com uma população de 133.150 hab (IBGE, 2000), dista em linha reta do centro urbano de Belém, cerca de 15km. O acesso pode ser feito através de transporte rodoviário por duas vias: pela Avenida Augusto Montenegro (20km), sendo a mais rápida, iniciando na avenida Almirante Barroso, ou pela rodovia Arthur Bernardes (14km), passando próximo à base aérea de Belém, durando o percurso de 45 a 60 minutos. A superfície do distrito é de 33.193 km<sup>2</sup> distribuídos em 04 micro regiões e 09 bairros: Agulha, Paracuri, Ponta Grossa (Micro I), Campina de Icoaraci, Cruzeiro (Micro II), Parque Guajará, Tenoné (Micro III); Águas Negras, Maracacuera (Micro IV).

Em linhas gerais, Costa (2007) descreve como ocorreu o processo de formação socioespacial do distrito de Icoaraci, utilizando como referencial de análise a conceituação da categoria formação socioespacial<sup>15</sup>. Considerando que há uma inter-relação entre a formação socioespacial e a formação territorial dos diversos lugares, a autora explica o imbricamento desses processos na formação do distrito de Icoaraci.

De acordo com a autora, o processo de constituição espacial e territorial deste distrito pode ser analisado, tendo como corte histórico o período de fundação da cidade de Belém e conseqüente início da colonização lusitana na Amazônia, no limiar do século XVII. Foi no contexto da fundação desta cidade que foram feitas incursões sobre o território hoje denominado de Icoaraci e iniciada a ocupação do mesmo por parte dos lusitanos.

Mediante o exposto, Guimarães (1996) esclarece que o surgimento de Icoaraci, inicia-se em 1650 quando navegantes portugueses desembarcaram, onde hoje é o Pontão do Cruzeiro<sup>16</sup>, a procura de um novo local seguro para instalar a cidade de Belém, desistindo desta empreitada para não serem atacados por piratas franceses e holandeses que circulavam pela região.

---

<sup>15</sup> Segundo Costa (2007), esta categoria elaborada por Santos (1979; 1990), aparece com o nome de formação econômica e social ou formação social e ela é utilizada para a compreensão da forma como a sociedade constrói o seu espaço.

<sup>16</sup> Antes chamado de Ponta do Mel por encontra-se no local, grandes quantidades de colméias.

A primeira delimitação oficial deste território data do início do século XVIII, quando, através de Carta de Data e Sesmaria, os terrenos compreendidos entre o igarapé Paracuri e a Ponta do Mel<sup>17</sup> foram concedidos ao Sr. Sebastião Gomes de Souza, sendo posteriormente repassados à ordem dos frades carmelitas em 1824, que neles organizaram duas fazendas – Livramento e Pinheiro. Após a compra destas fazendas pelo governo provincial do Pará, em 08 de outubro de 1869, o lugarejo foi reconhecido como povoado passando a receber o nome de Santa Izabel do Pinheiro e, posteriormente, de São João Batista.

No ano de 1895, o povoado é elevado à categoria de vila, passando a receber o nome de São João do Pinheiro, ou meramente Pinheiro. A vila Pinheiro, a partir de então, foi gradativamente desenvolvendo uma dinâmica socioespacial diversificada do contexto urbano da capital, decorrente em parte do relativo isolamento que este núcleo urbano possuía em relação à capital do Estado, da qual era territorialmente pertencente, dado a uma escassez de vias de circulação terrestre entre esses dois espaços. Segundo a análise de Costa (2007), a primeira interligação entre esses dois lugares ocorreu em 1906 com a inauguração do ramal da estrada de ferro Belém-Bragança, ou ramal do Pinheiro, permitindo ainda a ligação de outros pequenos povoados<sup>18</sup> com a capital do estado.

Uma nova configuração territorial é atribuída a Icoaraci, com a legislação do ano de 1943, que versava sobre a divisão territorial do estado do Pará. Altera-se a denominação da Vila Pinheiro para Vila de Icoaraci<sup>19</sup> e se reiteram os seus limites, bem como dos demais distritos que compunham o município de Belém.

A formação territorial de Icoaraci se consolidou até a primeira metade do século XX. Esta formação territorial foi marcada pelo desenvolvimento de uma dinâmica administrativa e espacial que o diferenciaram no arranjo municipal de Belém, propiciada, entre outros fatores, pelo relativo isolamento que este núcleo urbano possuía em relação à capital do Estado (COSTA, 2007).

Neste sentido, até o início do século XX, Icoaraci, à semelhança dos demais povoados regionais, estava inserido na dinâmica socioespacial ribeirinha amazônica, desenvolvendo comercialização de produtos com povoados e ilhas próximas e se caracterizava como um

---

<sup>17</sup> Faixa de terra localizada na confluência do furo do Maguari (ou rio Maguari) com a baía do Guajará, hoje denominada Pontão do Cruzeiro.

<sup>18</sup> Águas Negras, Agulha, Brasília, Vila dos Inocentes e Tapanã.

<sup>19</sup> Segundo Costa (2007), em 1938, o município de Belém era formado pelos seguintes distritos: Belém, Ananindeua, Aicará, Barcarena, Benfica, Conde, Engenho Araci, Mosqueiro, Val-de-Cães e Pinheiro. Desta forma, a Vila Pinheiro era sede do distrito de mesma denominação. A legislação de 1943, portanto, não criou o distrito de Icoaraci, como correntemente se afirma, apenas referendou sua existência, reafirmando seus limites e alterando sua denominação (PARÁ – Decretos Lei N° 3.131/38 e 4.505/43)

pequeno núcleo com peculiaridades urbanas, que detinha no sistema fluvial sua principal via de produção, circulação e comunicação.

Na década de 1940 houve um incremento da rede de circulação que interligava Icoaraci e Belém, com a abertura da rodovia SNAPP<sup>20</sup> – atual Arthur Bernardes. Esta rodovia e o ramal ferroviário do Pinheiro passaram a se constituir nos dois vetores de integração entre esses espaços. Desta forma, em meados do século XX Icoaraci passou a apresentar novas características de organização e estruturação de seu espaço geográfico, estando este cada vez mais integrado à dinâmica urbana de Belém.

Em meados do século XX Icoaraci já se caracterizava como um espaço periférico da cidade de Belém, destinando-se a atividades de subsistência (pesca artesanal e culturas de fundo de quintal) e a atividades de lazer; havendo também uma significativa produção oleira, advinda do período colonial, e uma reduzida atividade industrial (beneficiamento de madeiras, aniagem, cortume, matadouro etc.), dispersa em sua área central e ao longo do eixo da antiga rodovia SNAPP, atual Arthur Bernardes (DIAS, 1996; COSTA, 2007).

A partir de então, a diversificação do espaço da produção e da circulação passou a ser determinada pelo desenvolvimento de estratégias e ações espaciais, advindas do poder central, que visaram a crescente integração e incorporação deste distrito ao domínio territorial de Belém. No conjunto dessas estratégias e ações surgiram o fornecimento contínuo de energia elétrica – gerada a partir de Belém –; abertura e asfaltamento da rodovia Augusto Montenegro (criada no mesmo trajeto do antigo ramal da estrada de ferro de Bragança); a implantação de conjuntos habitacionais e a ampliação do arruamento e das atividades de comércio, de serviços e de industrialização, tanto no núcleo central de Icoaraci como em seus espaços adjacentes.

As transformações do espaço de Icoaraci, a partir da segunda metade do século XX, provocaram uma reestruturação de sua formação socioespacial. Sua dinâmica produtiva foi marcada pela ampliação dos setores industrial, comercial e de serviços, atraindo um elevado efetivo populacional, ocasionando a ocupação desordenada de seu espaço urbano.

A organização socioespacial também foi alterada em virtude de um significativo crescimento populacional ocasionado principalmente por movimentos migratórios. A população passou de 23.474 habitantes, registrados no ano de 1960, para 280.591 habitantes, no início dos anos 1990 (COSTA, 2007).

De acordo com a análise de Souza (2003), na década de 1960, processos como: a valorização de algumas áreas de baixadas pela ação do poder público; a aceleração da

---

<sup>20</sup> Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará (SNAPP).

verticalização dos bairros centrais inicialmente e posteriormente a de algumas áreas baixas; a expansão da Primeira Léguas Patrimonial<sup>21</sup> a partir de novos eixos de ocupação e uma intensa mobilidade residencial dentro dos limites da Região Metropolitana de Belém, inicia alterações na metropolização e no padrão de segregação espacial de Belém. Esses processos de valorização das baixadas ocorrem num contexto de intenso crescimento populacional e de esgotamento da disponibilidade de terrenos “secos” nos principais bairros de Belém, pois durante séculos, a cidade cresceu formando um traçado irregular, ocupando terrenos de cotas mais altas. Porém o crescimento populacional e a imigração provocaram a ocupação de extensas áreas de baixadas.

A consolidação de novos eixos de crescimento e a expansão urbana da cidade em direção a periferias distantes também passam a modificar o padrão de metropolização de Belém. Este processo tem como base uma intensa mobilidade residencial intrametropolitana e a imigração do interior do estado. Processo este que está intimamente relacionado à valorização dos terrenos nas baixadas e ao processo de verticalização, assim como ao intenso crescimento populacional e à imigração para Belém.

Assim, a intensificação da dinâmica produtiva e socioespacial de Icoaraci estão inter-relacionadas com o processo de expansão/apropriação do espaço urbano de Belém, ocorrido entre os anos de 1960 e 1990, o que determinou a formação de três espaços claramente definidos na cidade: a área central, a área de transição e a área de expansão (SOUZA 2003; COSTA, 2007).

A área de expansão de Belém é formada principalmente pelo eixo da BR 316, em direção aos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara, que compõem a atual Região Metropolitana de Belém e, secundariamente, pelos eixos das rodovias Augusto Montenegro, Mário Covas e 40 Horas (SOUZA 2003; COSTA, 2007).

Concernente ao território de Belém a área de expansão urbana corresponde ao espaço localizado entre duas zonas urbanas: o núcleo urbano mais adensado e o núcleo central de Icoaraci (Figura 2).

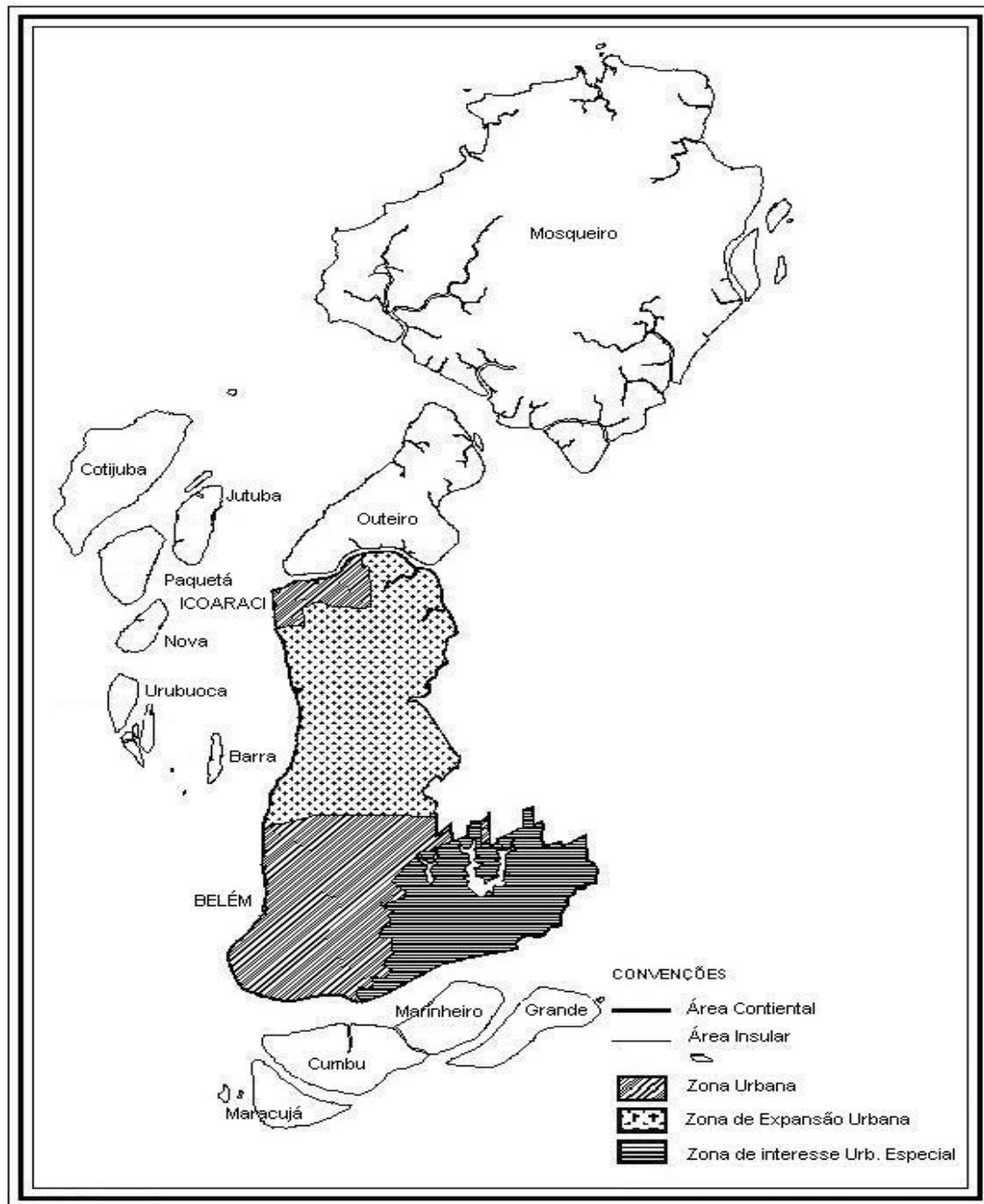
A inserção do distrito de Icoaraci no contexto da expansão urbana de Belém é identificada como um processo de conurbação e de suburbanização em relação à capital do estado (TRINDADE JR. 1998 apud COSTA, 2007). Diversos empreendimentos imobiliários têm surgido em Belém nos últimos anos localizados na área correspondente ao distrito de

---

<sup>21</sup> Segundo Souza (2003, p. 117), os seus limites alcançam um semi-círculo num raio de 6,6km partindo do Forte do Castelo até as avenidas Doutor Freitas e Perimetral, numa linha que definiu a fronteira da área de Belém no final do século XIX.

Icoaraci e no eixo de expansão em direção a ele, denotando a integração efetivada entre esses dois espaços (Figura 3).

Em conclusão, a formação socioespacial de Icoaraci na década de 1960 reafirmou sua condição de espaço periférico, ou suburbanizado, de Belém, que embora apresente certo dinamismo econômico, tem como características marcantes, o elevado crescimento populacional, a insuficiência de sua rede de infra-estrutura e o desencadeamento ou intensificação de problemas urbanos, tais como a elevação dos índices de desemprego/pobreza e a deficiência dos serviços de saúde, educação, transporte, saneamento e habitação.



**Figura 2 - Área de expansão urbana do município de Belém**

Fonte: Costa (2007) Adaptado de Prefeitura Municipal de Belém (1999)





Figura 3 – Bairros de Belém

Fonte: Costa (2007) Adaptado de [www.belem.pa.gov/planodiretor/paginas/brasao.php](http://www.belem.pa.gov/planodiretor/paginas/brasao.php).

## 5.2 A PESCA

O relativo isolamento a que esteve submetido o distrito de Icoaraci é intrínseco ao processo de produção capitalista que marca o espaço brasileiro e amazônico, até os anos 1960, resultante da excessiva concentração da atividade produtiva industrial na região Sudeste do país.

Segundo Costa (2007), o isolamento da Amazônia e de seus núcleos populacionais garantia menor acesso e exploração dos recursos naturais, possibilitando a constituição desta região como uma reserva de recursos, a ser futuramente disponibilizada ao capital nacional e internacional.

Na análise de Hurtienne (1994), a Amazônia é e sempre foi pensada como última fronteira da expansão do capitalismo mundial, numa história de conquista baseada no velho projeto de modernização, no mito da abundância vegetal que aparentemente seria capaz de transformá-la no celeiro do mundo, no mito do grande reservatório de recursos naturais que se pode valorizar facilmente.

Neste sentido, o subdesenvolvimento da Amazônia e seus problemas, segundo Penner (1984), como de outras áreas que possuem as mesmas condições de atraso socioeconômico, podem ser buscados nas relações da região com os centros de poder político e econômico ao longo de sua história. E para se compreender o processo de produção do espaço amazônico é preciso estudar a evolução e expansão do sistema capitalista em âmbito mundial.

Inicialmente a ocupação do espaço amazônico, por suas condições naturais, levou o homem a concentrar-se ao longo dos rios, tendo a circulação fluvial constituído o eixo central da articulação regional. A partir da década de 1960, começou uma nova fase na economia da Amazônia, quando a estratégia de “valorização da região”, inspirada pelos planos de desenvolvimento regional, cedeu lugar à estratégia de sua integração à economia nacional e à internacional. Com a nova política de desenvolvimento regional concebida e implantada pelos militares, as formas tradicionais de exploração econômica, até então pautadas no extrativismo vegetal, e animal, de base familiar, passaram por intensas mudanças induzidas pela política de transportes, centrada na abertura de estradas, e pela política de incentivos fiscais. Dentro dessa mesma estratégia, implantaram-se grandes projetos, como o da Zona Franca de Manaus, a construção da usina Hidrelétrica de Tucuruí e a implantação do setor industrial da pesca.

Como bem observa Costa (2007), é perceptível a relação entre os modos de produção e a construção espaço-territorial historicamente feita pela sociedade. E é neste contexto, que Icoaraci passa a se inserir na nova dinâmica socioespacial dada à intensificação da dinâmica

produtiva, por meio da ocupação do espaço pelas indústrias pesqueiras, que segundo Penner (1984, p. 114) é um “testemunho de um modo de produção”, uma vez que ao longo da rodovia Arthur Bernardes, passou a localizar-se o maior pólo de concentração de indústrias pesqueiras que utilizam as águas da baía do Guajará para se instalar e construir trapiches particulares que servem de portos para o escoamento da matéria-prima utilizada.

As empresas do Centro-Sul e estrangeiras não se instalaram em Icoaraci por acaso. Esta expansão capitalista no setor de pesca foi estimulada pela política de incentivos fiscais, como forma de desenvolver a região e retirar a Amazônia do “atraso” e da “estagnação” econômica em que se encontrava. Esta política e outros fatores como a abundância de mão-de-obra barata e a existência de vastos recursos naturais, trouxeram como consequência a abertura do espaço amazônico aos mercados nacional e internacional, como os de Estados Unidos e Japão.

Contudo, no setor de pesca apesar dos incentivos proporcionados às empresas industriais, é o segmento artesanal que vêm respondendo por uma produtividade maior, de pescado, abastecendo cerca de 90% o mercado interno/regional, absorvendo um grande número de pescadores e desembarcando sua produção no Ver-o-Peso, principal entreposto comercial da cidade de Belém (LOUREIRO, 1985, MANESCHY, 1990; AVIZ, 2006).

Já a modernização do setor de pesca industrial induzida pelo Estado, teve resultados modestos face às metas planejadas pelos órgãos indutores, decorrentes: a) da crise mundial do petróleo e do alto valor de preço do combustível em nível nacional, estabelecendo-se em pontos acima das expectativas dos empresários, fator que se conjugou à retração do consumo no mercado exterior nos últimos anos; b) da capacidade ociosa da frota e das instalações fabris e c) da falta de matéria-prima para colocar em funcionamento a capacidade instalada.

Violeta Loureiro (2001) mostra que o fato da região ter sido tomada como sistema natural único trouxe enorme impacto ambiental aos diversos ecossistemas e aos grupos étnicos que neles viviam, vistos pelas camadas dirigentes como grupos sociais “primitivos” e não “civilizados”, que nada teriam a acrescentar ao desenvolvimento, mesmo porque não estariam dispostos a se engajar no processo de desenvolvimento em curso na Amazônia, dado o seu modo de vida simples, baseado na pesca, na caça e na coleta. No setor pesqueiro a modernização, a tecnologia mais avançada não se propagou pelas unidades artesanais, ela aconteceu “por cima”, superpondo a elas uma classe de empresários até então estranha ao setor (LOUREIRO, 1985).

Na Amazônia, a importância social dos pescadores artesanais sempre foi muito importante, por garantir o desenvolvimento produtivo e cultural das populações que se

apropriam da diversidade de seus ambientes aquáticos – mar, rios, lagos, igapós, estuários de rios – e de seus recursos, imprimindo-lhes um significado que, dentro de uma lógica própria da sociedade cabocla, alicerça sua vida material e imaterial.

No entanto, ao se consultar atualmente o Histórico de Icoaraci ([www.icoaraci.com.br](http://www.icoaraci.com.br)), cedido pela Agência Distrital, não se percebe a pesca artesanal, entre as atividades econômicas principais, dando ênfase à indústria de pesca, e outras atividades como o artesanato, atividades moveleiras, madeireiras e restaurantes.

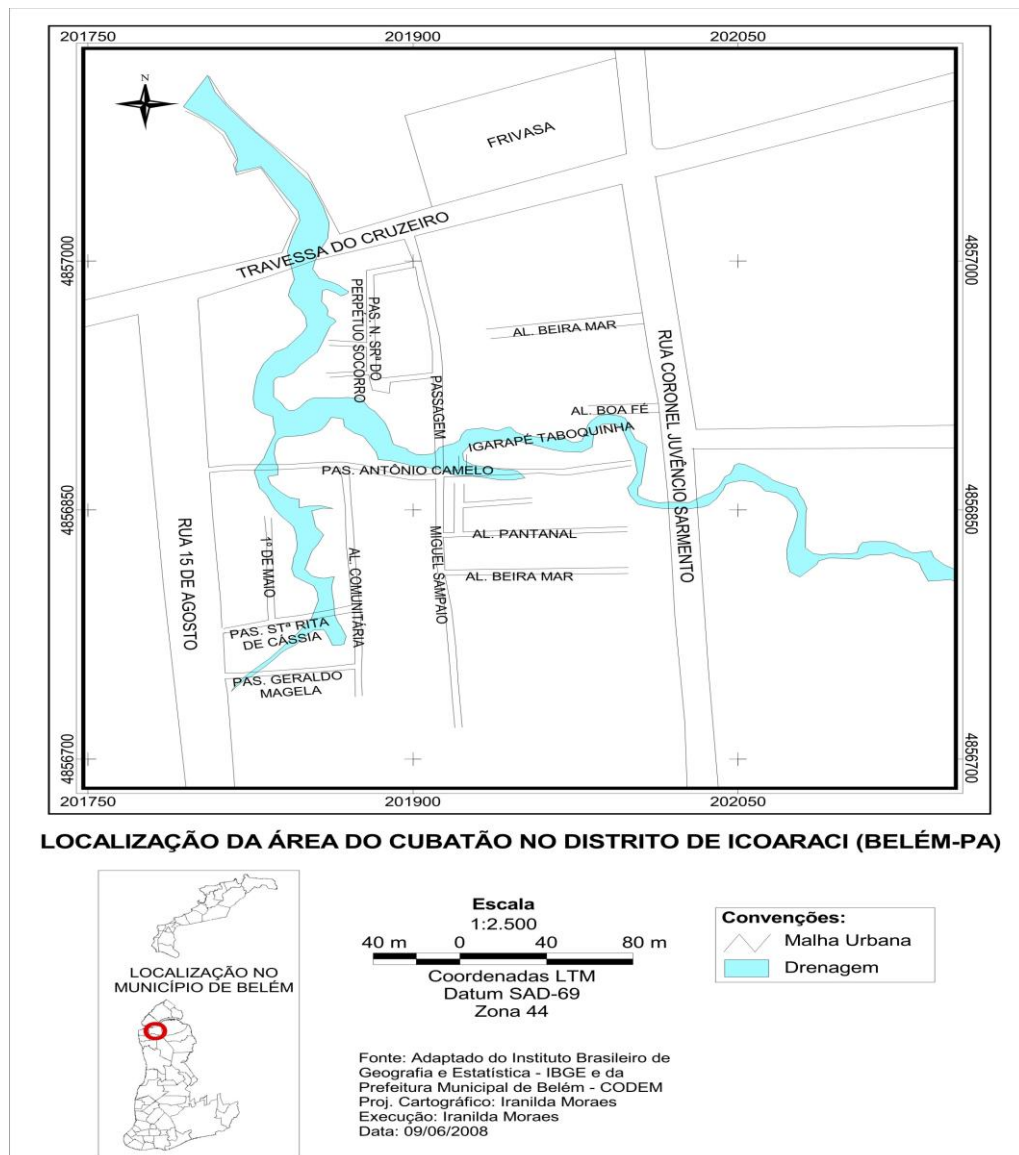
Segundo entrevista realizada com o Presidente da Colônia de Icoaraci – Z-10, Mateus B. de Souza, há cerca de 800 pescadores artesanais organizados nesta colônia. Dentre os benefícios garantidos pela colônia Z-10 aos pescadores estão a aposentadoria do pescador; auxílio doença; auxílio maternidade e educação. Este último benefício, segundo o presidente, teve um avanço, devido à parceria estabelecida com a prefeitura que ao criar a Escola de Pesca, inaugurada em 31.04.2008 possibilitou que os filhos de pescadores frequentassem cursos profissionalizantes fornecidos por ela.

O número de pescadores, segundo o Presidente da Colônia Z-10, poderia ser maior se não fosse a transferência de muitos pescadores para colônias que possuem o seguro do “defeso” como a colônia Z-26 de Anaraí no Marajó, a Z-13 em Baracarena e a Z-14 em Abaetetuba.

## 6 OS PESCADORES ARTESANAIS DA OCUPAÇÃO DE CUBATÃO

### 6.1 A OCUPAÇÃO DE CUBATÃO

Conforme o Mapa 2, a área de ocupação denominada de Cubatão-Taboquinha ocupada gradativamente há 21 anos, situa-se no distrito de Icoaraci, no bairro do Cruzeiro. É delimitada por um polígono formado pelas ruas 15 de Agosto, rua do Cruzeiro, rua Juvêncio Sarmiento e travessa Pimenta Bueno.



**Mapa 2 – Localização da área da comunidade de Cubatão no distrito de Icoaraci (Belém-PA)**

Fonte: Adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Prefeitura Municipal de Belém. (2006)

O bairro do Cruzeiro, onde está localizada a comunidade de Cubatão, compreende a parte central do Distrito de Icoaraci, a partir do Trapiche de onde mercadorias com peixe, farinha, e açaí são descarregadas para serem vendidas no Mercado Municipal de Icoaraci. É também no bairro do Cruzeiro que fica a sede da Agência Distrital de Icoaraci, entre outros órgãos administrativos e agências bancárias.

O bairro é demarcado pelas seguintes vias de acesso: no sentido da Rua Cristovão Colombo ao trapiche, tem-se as ruas: Dois de Dezembro (7ª rua), Santa Izabel (6ª rua), Coronel Juvêncio Sarmiento (5ª rua), 15 de Agosto (4ª rua), Padre Júlio Maria (3ª rua), Manuel Barata (2ª rua) e a Siqueira Mendes (1ª rua). O acesso fluvial ao bairro se dá por meio da baía do Guajará, que possibilita o acesso a Icoaraci e a sua área insular.

O bairro do Cruzeiro possui o mesmo modelo arquitetônico dos núcleos colônias da região Bragantina, sendo composto por quarteirões regulares, bem traçados, ruas e travessas, das quais algumas são repletas de mangueiras, guardando em seus chalés características das construções da primeira metade do século XX (GUIMARÃES, 1996).

O estudo de Andrade (2006) sobre o bairro do Cruzeiro demonstra que este bairro possui como uma de suas particularidades turísticas a avenida Beira-mar, também denominada de orla fluvial, cuja funcionalidade refere-se às atividades comerciais tanto de caráter formal quanto informal. A orla é banhada pelas águas do rio Maguari, onde foi construída uma praia artificial em 1931, durante o governo do Interventor Magalhães Barata, servindo como atrativo turístico e balneário à população de Icoaraci e localidades adjacentes, devido Salinas já ser na época o balneário mais próximo, dificultando o acesso da população local ao mesmo.

Na orla, por volta dos anos de 1950 havia poucas casas comerciais sobressaindo às casas de veraneio das famílias mais abastadas de Belém que se reuniam para passar férias, finais de semana e feriados. A mudança ocupacional deste padrão só passaria a ocorrer segundo Andrade (2006), a partir da década de 1980, passando a apresentar as características atuais: um número reduzido de residências com a introdução do comércio, sobretudo de restaurantes, a feira do artesanato, os bares, os quiosques de comidas típicas e de outros estabelecimentos. Este processo resulta das transformações espaciais que sofreu Icoaraci a partir da década de 1960 que levou à ampliação dos setores industrial, comercial e de serviços, o que atraiu um elevado contingente populacional à procura de alternativas de sobrevivência. Este fato repercutiu sobre a orla e em seu balneário, cada vez mais procurado por outros segmentos sociais, contribuindo não só para a saída da classe mais abastada, como para a diminuição das residências, assumindo este espaço uma função mais comercial.

Contudo parte da orla não sofreu urbanização, sendo palco de inúmeras ocupações, cenário em que se enquadram os pescadores em estudo, que residem na comunidade de Cubatão. Esta ocupação atualmente está sofrendo um processo de reorganização espacial que se faz por via de renovação urbana, com tendência a ampliação da orla do Cruzeiro. Para isso, o estado, por meio da Cohab, está viabilizando a re-alocação da população. Para agilizar este processo, foram feitas reuniões periódicas com a comunidade, sobre a elaboração, a execução do projeto e futura re-locação da população para mostrar transparência e seriedade, assegurando que a população residente em Cubatão não será prejudicada com esta prática.

Um percentual significativo dos habitantes de Cubatão ocupa a parte alagada da comunidade (terrenos de várzea). A única parte alta da travessa do Cruzeiro com a rua Coronel Juvêncio Sarmiento, encontra-se toda murada e ocupada com construções de boa qualidade, restando apenas uma área livre de aproximadamente 6.520m<sup>2</sup>, a qual poderá vir a ser uma das soluções complementares para a re-locação das famílias que estão inseridas na faixa de domínio do projeto.

As casas situadas nas ruas de contorno da área, asfaltadas ou aterradas, tem suas partes frontais assentadas em terreno firme e seus fundos em áreas alagadas.

Conforme o relatório da Cohab (2007), das 1.100 famílias residentes no local, cerca de 650 (seiscentos e cinquenta) ocupam parte do leito do igarapé Taboquinha e faixas de 33 (trinta e três) metros de largura, de terrenos de marinha, ao longo do mesmo. Segundo a Cohab estas famílias deverão ser retiradas desta faixa e re-aloçadas em terrenos mais elevados dentro da mesma área e/ou para a área livre mencionada anteriormente. Ação que objetiva proporcionar às famílias condições dignas de habitabilidade, com também proteger o Igarapé do Taboquinha que está seriamente comprometido pelo reflexo do adensamento as suas margens. É comum observar-se no local acúmulo de lixo doméstico, agravando-se a agressão ambiental com a canalização dos esgotos sanitários das residências para o seu curso.

Todas as casas localizadas no interior da área são palafitas, construídas com madeira branca e se apresentam em precárias condições de habitabilidade. São interligadas através de um sistema de passarelas ou estivas<sup>22</sup> de madeira, com cerca de um metro de largura e sem qualquer proteção lateral, significando constante risco de acidente, especialmente de crianças e idosos.

Das 384 famílias incluídas no relatório da Cohab, há predominância de mulheres (70%) em relação aos homens. Quanto à naturalidade prevalecem os que nasceram no próprio Estado (93%), seguidos do Estado do Maranhão com 4%. 53% atingiram ensino médio ou

---

<sup>22</sup> Lastro feito para passagem sobre o alagadiço, com varas ou toro atravessados, com ou sem amarrilho.

fundamental incompleto, enquanto somente 1% dos entrevistados tem carteira assinada. A taxa de desemprego dos chefes de família chega a 30% revelando a precariedade das condições de vida desta população, 55% da renda das famílias concentra-se entre 1 e 2 salários mínimos, provenientes, geralmente, do trabalho exercido por 1 ou 2 membros da família.

Os pescadores artesanais que residem na ocupação Cubatão convivem com a precariedade dos serviços urbanos, principalmente quanto ao fornecimento de água cujas instalações construídas e melhoradas pelos moradores não assegura a qualidade deste recurso para a higienização do corpo e consumo doméstico. Os moradores e os pescadores podem até ficar sem usufruir adequadamente os serviços urbanos, mas não ficam sem ocupar a terra urbana, bem essencial para se viver na cidade.

A luta pelo espaço onde morar é uma constante nesta ocupação dado o avanço permanente das casas sobre o igarapé Taboquinha, provocando o seu assoreamento e dificultando a mobilidade dos pescadores para sair para pescar e/ou atracar suas pequenas embarcações.

A apropriação de terras públicas da União se faz através da construção das casas, pela aquisição em sua maioria de recibos particulares, registrados ou não em cartório. Desta forma, os pescadores como os demais moradores, tornam-se *agentes modeladores* (CORREA, 1989), produzindo o seu próprio espaço, à medida que melhoram gradativamente a área ocupada através de aterramentos e instalações improvisadas de abastecimento de energia elétrica e de água encanada. Esta apropriação demonstra as dificuldades que têm essa população em conseguir habitação pelo elevado valor da terra urbana.

A centralidade do bairro do Cruzeiro favorece as práticas espaciais dos pescadores artesanais, essenciais para a sua sobrevivência, que vão desde o desembarque do pescado no Taboquinha, à venda do peixe nos restaurantes ao longo da orla e a realização de pequenas vendas (churrasco, bombom, artesanato) feitas por suas famílias na praia. Há uma preocupação latente entre a população e os pescadores quanto a esta re-locação, por um lado pela perda da proximidade do espaço de trabalho e lazer que se estende desde o igarapé Taboquinha à praia do Cruzeiro, e por outro, pelo temor de perceberem o estado por meio da Cohan como promotor imobiliário. Os pescadores temem que com esta re-locação venham pagar inúmeras taxas públicas e de habitação, que incidirão diretamente sobre os seus rendimentos, dificultando sua reprodução social. E de terem por fim que sair dos imóveis a eles destinados pelo projeto caso venham a se tornar inadimplentes, vindo a procurar e/ou



ocupar espontaneamente novas áreas no distrito de Icoaraci, dificultando mais sua situação na cidade, ficar sem moradia.

A presença da atividade pesqueira se evidencia pelas redes malhadeira, bóias, âncoras, e o peixe comercializado na casa de alguns pescadores (Figura 4). Contígua à área de Cubatão há uma fábrica de gelo, a Frivasa, que abastece os barcos da frota artesanal e industrial, o que favorece o trabalho destes pescadores.



**Figura 4 – Pescadores artesanais concertando redes malhadeiras em frente às suas casas na comunidade de Cubatão**

Foto: Lima (2008)

Como a comunidade de Cubatão está às margens do igarapé Taboquinha, este serve de escoamento de materiais como tijolo, madeiras e favorece os pescadores que através dele, ligam-se ao furo do Maguari chegando a baía do Guajará e outras localidades para realizar a pesca.

Conforme a Tabela 1, grande parte dos pescadores em estudo (75%) é oriunda dos povoados da parte oriental da ilha de Marajó; 21,15 % nasceram em Belém, inclusos os que nasceram em sua parte insular<sup>23</sup> (ilha de Paquetá, e Urubuoca). Outros (3,85%) são provenientes das ilhas de Barcarena e de Abaetetuba.

<sup>23</sup> O município de Belém mantém em sua organização administrativa oito distritos administrativos que em suas composições territoriais, envolvem bairros e ilhas. São assim denominados: Distrito Administrativo de Belém (DABEL), Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA), Distrito Administrativo da Sacramenta (DASAC), Distrito Administrativo do Entroncamento (DAENT), Distrito Administrativo do Benguí (DABEN), Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), Distrito Administrativo do Outeiro (DAOUT), Distrito Administrativo do Mosqueiro (DAMOS) (SILVA, 2003).

**Tabela 1. Distribuição da População de Pescadores Artesanais quanto ao local de origem pela faixa etária**

Origem	Idade					Total geral
	18 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	mais de 60	
Abaetetuba		1				1
Barcarena					1	1
Belém	3	1				4
DAICO	1	1				2
DAOUT*		2		3		5
Marajó	12	15	8	2	2	39
Total geral	16	20	8	5	3	52

Fonte: Pesquisa direta (2008)

\* O distrito do Outeiro concentra os pescadores provenientes das ilhas Paquetá e Urubuoca

Considerando a localização dos locais de procedência dos pescadores, são povoados que se encontram dispostos ao longo do Estuário Amazônico. As terras destes povoados são inundadas pelos movimentos diários da maré, caracterizando-se como ecossistema de várzea estuarina, que se alagam duas vezes por dia ao invés de uma vez por ano como ocorre nas várzeas do alto e médio Amazonas, no entanto possuem solos menos férteis que estas. Estes fatores limitam a produção agrícola e favorecem a extração de produtos florestais e recursos aquáticos.

As relações ecológicas da várzea estuarina possibilitavam ao pescador conciliar a pesca com a coleta e a pequena agricultura, assumindo neste contexto, a classificação de *polivalentes*. Na cidade, passam à condição de *pescadores citadinos ou monovalentes*, dedicados integralmente às atividades relacionadas com a pesca. Como sua ocupação se restringe à pesca, é comum encontrar os pescadores ocupando-se em manter o barco sempre em bom estado, verificando a aquisição de algum parafuso perdido, calafetando a embarcação no igarapé, ou concertando redes (Figura 5).



**Figura 05 - Pescador em uma de suas tarefas diárias, concertando rede no igarapé Taboquinha com a qual efetivará a próxima pescaria**

Foto: Lima (2007)

## 6.2 MOBILIDADE GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DOS PESCADORES DA COMUNIDADE DO CUBATÃO

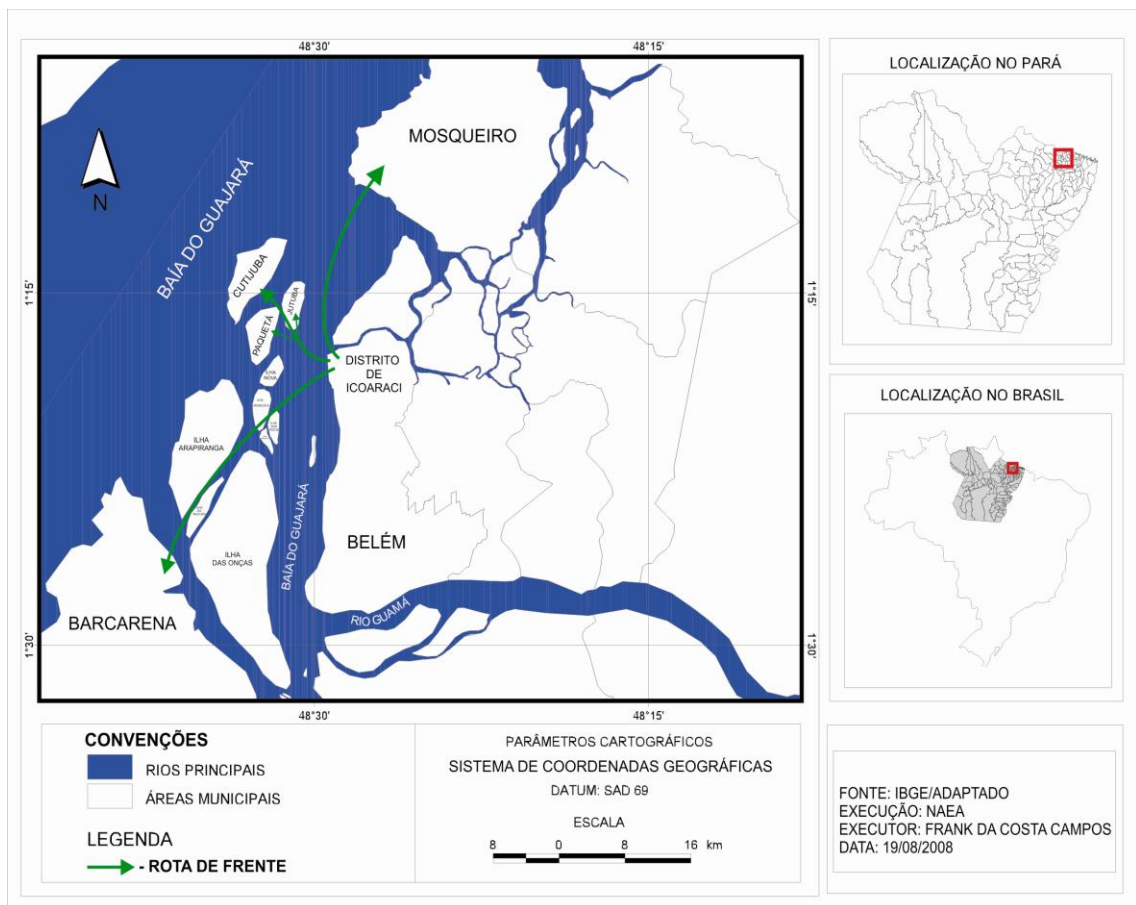
Os pescadores da comunidade de Cubatão realizam a pesca artesanal com a utilização de dois tipos de embarcações uma sem motor, canoa movido a remo, e outra motorizada cuja capacidade de armazenamento de peixe varia entre quinhentos quilos até no máximo quatro toneladas.

A mobilidade dos pescadores está relacionada diretamente ao tipo de embarcação que utilizam, fazendo com que seu espaço de atuação possa atingir longas distâncias ou não. A diferença dos tipos de embarcações motorizadas depende do poder aquisitivo de seus donos, isto é, da capacidade financeira de se adquirir uma embarcação, pois quanto maior a embarcação, maiores custos de manutenção e maior será a despesa durante a viagem para as pescarias. Porém, aumenta a capacidade de acúmulo de pescado, conservando-o e comercializando-o.

De acordo com o porte das embarcações, se identificaram as seguintes rotas de pesca: rota dos pescadores de frente (Mapa 3), rota de inverno dos pescadores de fora, (Mapa 4), rota de verão dos pescadores de fora (Mapa 5). Essas rotas de pesca são freqüentadas por dois tipos de pescadores artesanais em Cubatão: (1) pescadores de frente e (2) pescadores de fora.

### 6.2.1 Pescadores da frente

Corresponde ao pescador artesanal que possui casquinho; daí atuar nas águas próximas ao distrito de Icoaraci, realizando pescarias de curta duração, aproveitando-se dos movimentos de marés (enchente e vazante) e retornando diariamente à localidade em que mora, a comunidade de Cubatão. Esta jornada de trabalho diária se faz com o objetivo da venda do peixe fresco.



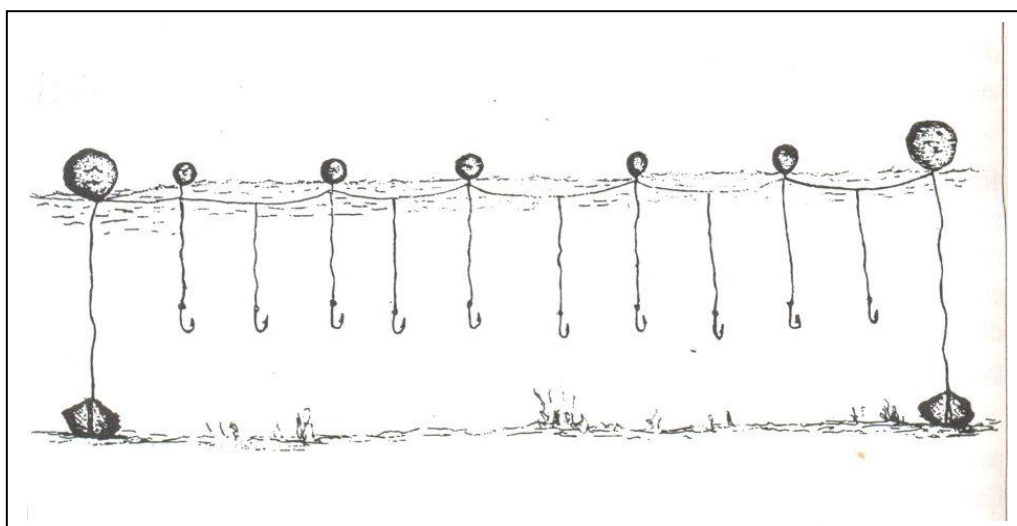
**Mapa 3 – Rota dos pescadores da frente**

Fonte: Adaptado de IBGE (2008)

Estes pescadores utilizam a rota de frente, assim denominada por que, quando são inquiridos sobre seus locais de atuação pesqueira, afirmam que *pescam na frente de Icoaraci*. *Frente* corresponde às áreas das ilhas de Cotijuba, Paquetá, Caratateua, às proximidades de Mosqueiro e da Beirada do Arrozal, pertencente ao município de Barcarena. Este município, vizinho à cidade de Belém, situado na foz do rio Pará, embora não seja considerada uma área nobre de pesca, nele se pratica a atividade pesqueira desde tempos seculares e ainda hoje permanece como fonte de produção de pescadores ribeirinhos (FURTADO, 2002).

A pequena distância percorrida por pescadores da frente acontece pela escassa tecnologia das embarcações e o pequeno investimento empregado, ao contrário do elevado esforço físico investido na pescaria. Estes pescadores pescam de uma a três vezes por semana, ou todos os dias, *conforme a maré*, que pode ocorrer entre o horário das duas ou três da madrugada, pela manhã ou à tarde, durante todo o ano.

Pescam sozinhos, e utilizam como armadilha de pesca o espinhel<sup>24</sup> (Figura 6). Esta é uma armadilha encontrada tanto na região do Salgado como na área estuarina (FURTADO; NASCIMENTO, 1982; MOREIRA; ROCHA, 1995). A confecção desta armadilha é quase totalmente feita pelo pescador, pois alguns acessórios, como a corda os anzóis, são materiais industrializados e comprados nas casas comerciais de Belém.



**Figura 06 - Espinhel**

Fonte: Moreira e Rocha (1995, Desenho de Elielson Rocha)

Com este instrumento capturam o mandii (*Pimelodus spp*), que é vendido diretamente ao consumidor, na própria comunidade do Cubatão ou adjacências, por meio de cambadas que chegam a ter de 15 a 20 peixes, pesando de 5 a 6 kg, podendo ser vendidas por dia até seis cambadas, vendidas cada uma pelo valor de até R\$ 5,00 (cinco reais).

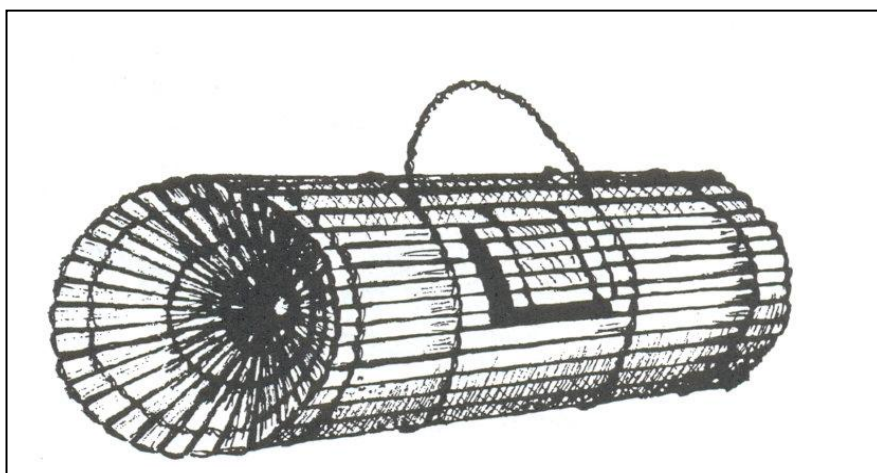
A captura da dourada e da prateira é feita por um dos pescadores entrevistados com rede de 500 m, de 20 a 25 cm de malha. Essa prática é recriminada nos relatos dos pescadores da comunidade, porque este tipo de malha captura peixes muito pequenos. Ao ser perguntado se o peixe estava desaparecendo ele respondeu que *peixe é que nem gente, hoje tá aqui,*

<sup>24</sup> Para saber mais sobre esta armadilha ler: *Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia – zona do Salgado – Pará*. Nery, (1995).



*amanhã tá ali*. Esta resposta demonstra aparente ausência de preocupação com a finitude do recurso pesqueiro, no entanto, mediante as exigências da cidade, as quais ao aumentarem suas necessidades, fazem que se pesque mais, mesmo utilizando mecanismos predatórios.

Captura-se ainda com matapi o camarão (Figura 07), prática herdada da cultura indígena e que segundo Moreira e Rocha (1995), é bastante desenvolvida no estuário amazônico. Em campo se observou que embora os instrumentos dessa pescaria sejam confeccionados pelos próprios pescadores, eles já estão perdendo as características tradicionais, porque estão deixando de fazê-los somente com talas de palmeiras e com o uso de outros recursos da mata, para confeccioná-los de garrafa de plástico (garrafa de refrigerante), por ser mais barato e ter maior durabilidade.



**Figura 07 - Matapi utilizado para a captura do camarão**  
Fonte: Moreira e Rocha (1995, Desenho de Elielson Rocha)

Essa pescaria é desenvolvida durante o ano todo em diversos ambientes aquáticos. O saber empírico dos pescadores determina os locais para essa pesca, por saberem a importância o ciclo das marés, e o comportamento reprodutivo das espécies para uma boa produção de camarão. Vejamos o trecho de uma entrevista:

Quando vende? Quando sobra. Um litro é dois reais. Onde vende? Lá mesmo na Vila do Conde. Qual é o material do seu matapi? O meu é de tala. A tala é tirada na mata, a gente vai tirar ela e tece. Quanto tempo dura? O de tala só tem quatro meses, tá estragadíssimo. Como o senhor vai para Barcarena? Eu vou de ônibus, lá já tem canoa, é dum vizinho de lá. Ele me empresta. Quando é a safra do camarão? Abril, maio, junho. Tá na entressafra dá, mas não é muito. Como é a pesca? A gente coloca ele quatro horas na praia, só amanhã 4 horas é que vai pescar de novo. E no igarapé é rápido, porque o camarão de igarapé é muito consumidor da isca. Às vezes pesco no igarapé, agora quero ir pra praia. É mais graúdo. Ele vai pro

igarapé por causa da reprodução, quando ele sai é porque ele já tá graúdo, ele sai pra praia (I. M. S., 2008).

É no período de safra do camarão (abril a junho) que os pescadores intensificam as pescarias, e este pode ser capturado no igarapé Uruquerau em Outeiro, na frente da praia do Cruzeiro em Icoaraci e em Barcarena.

No caso do pescador que realiza a pesca do camarão em Barcarena, é necessário esclarecer que este já tem mais de sessenta anos e não possui embarcação. Como estratégia para se deslocar até este município, utiliza ônibus com saída do Terminal Roviário ou toma embarcação no porto localizado na Praça do Pescador em Belém. Ao chegar ao município pode realizar a pesca, utilizando ainda a canoa emprestada de um amigo.

O camarão é vendido cozido na praia do Cruzeiro e em Outeiro. Como mecanismo para suprir a ausência do camarão, alguns pescadores compram o crustáceo no Ver-o-Peso, para ter renda contínua com a sua venda na praia.

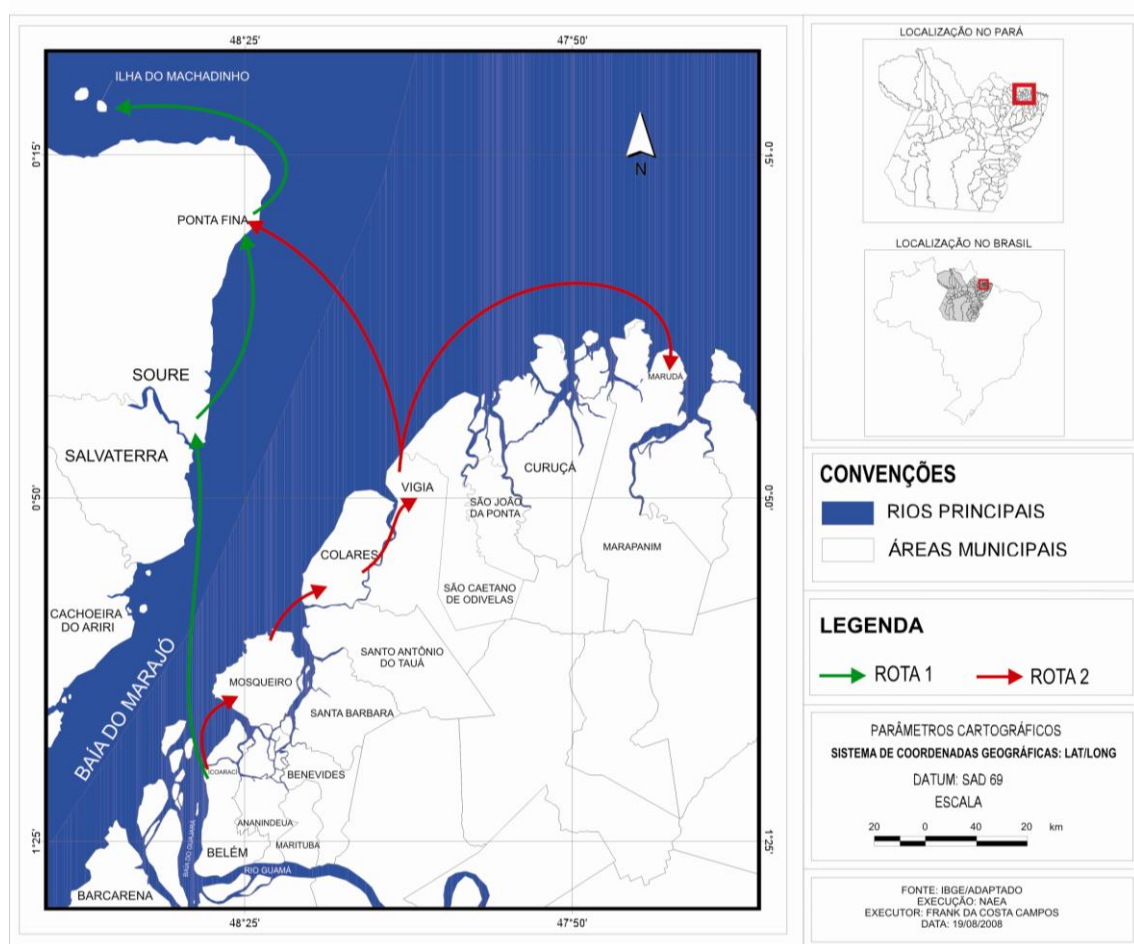
O circuito de pesca dos pescadores que possuem casco é feito próximo às suas áreas de origem, ou seja, as mesmas áreas em que pescavam antes de vir para Icoaraci. Como estratégia para aumentar o rendimento mensal, os pescadores contam ainda com o apoio da família, onde as mulheres vendem bombons e churrasco na praia do Cruzeiro, durante os finais de semana.

### **6.2.2 Pescadores de fora**

Corresponde ao pescador artesanal cujas embarcações conjugam vela e motor, que vão de quinhentos quilos a quatro toneladas. Atuam nas águas próximas dos municípios de Colares, Vigia, São Caetano de Odivelas, Marudá e Soure. Na realização das pescarias se aproveita os movimentos de marés (enchente e vazante), e retornam entre 15 dias a três meses. Esta jornada de trabalho se faz com o objetivo de vender o peixe fresco e congelado dependendo do percurso que fazem e a época do ano.

O percurso dos “pescadores de fora” está condicionado pela mudança sazonal que ocorre no estuário amazônico, devido à oscilação do nível das águas dos rios e o ciclo das chuvas, o que ocasiona a mudança da fauna aquática. As espécies capturadas se deslocam seguindo o ritmo das águas do estuário, descrevendo rotas de pesca que se repetem a cada ano.

A zona do estuário em que os pescadores de fora realizam suas atividades compreende as regiões do Salgado e da baía e da ilha do Marajó. Esta última é uma área importante para a pesca artesanal, porque abastece os mercados de Belém, além de fornecer alimento e emprego à população das diversas vilas e povoados da ilha de Marajó e adjacências. De acordo com Isaac e Barthem (1985) a região do Salgado se situa a leste do farol de São Caetano de Odivelas e margeia a costa paraense até quase a baía de São Marcos, no Maranhão. É rica em pesqueiros, onde as pescarias ocorrem nas duas estações do ano, segundo os circuitos dos pescadores regionais que se intensifica no inverno, favorecida pela forte descarga do Amazonas que empurra a água salobra para leste do Pará (FURTADO, 2002).



O inverno ou estação das chuvas (janeiro a junho) é caracterizado pelo aumento da descarga dos rios. Quando ocorre o afastamento da água salgada (marinha), da costa, está ocorrendo a safra do peixe de água doce e é quando os pescadores utilizam duas rotas de pesca. A rota 1 se inicia em Icoaraci deslocando-se para Soure *mais abaixo*, chegando até os



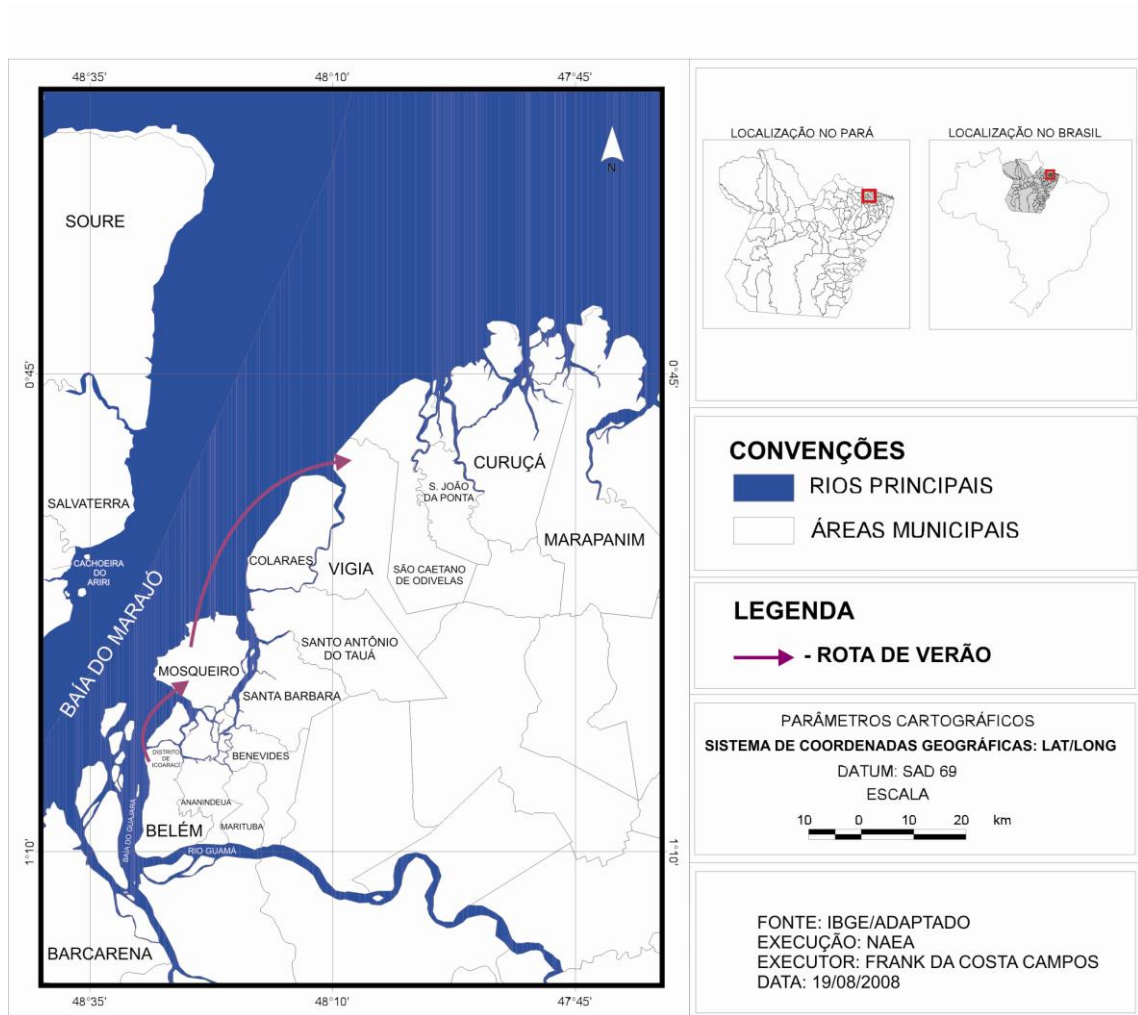
pesqueiros de Ponta Fina e contra-costa do Marajó, onde as espécies mais capturadas são: pescada branca (*Plagioscion squamosissimus*), dourada (*B. Flavicans*) e filhote (*B. Filamentosum*).

Ainda no inverno se utiliza a rota 2, que se inicia em Icoaraci, deslocando-se para Mosqueiro, Furo da Laura, municípios de Colares, Vigia, Marudá e Soure. Conforme informação dos pesadores, Mosqueiro, Furo da Laura, Colares tornam-se nesta época apenas pontos de passagem. Eles só vão encontrar peixe a partir de Vigia, onde o pescador pode continuar mais abaixo, seguindo para Marudá ou se dirigir para Soure.

No “verão” (julho a dezembro), com a diminuição de chuvas, as águas salgadas penetram na baía de Marajó, aproximando-se da desembocadura do rio Amazonas (mas sem chegar a penetrar no rio). Nesse período, os pescadores tomam rota de verão, onde passam a pescar às proximidades de Mosqueiro, Cajueiro, Furo da Laura, e Colares até às proximidades de Vigia. Esse período caracteriza a safra do peixe de água salgada. Entre as espécies de maior poder comercial classificados e capturados pelos pescadores encontram-se a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), pescada branca (*Plagioscion squamosissimus*), Bagre (*bagre*) e a dourada (*Brachyplastyoma flavicans*).

O processo de trabalho envolve uma tripulação composta por 3 membros ou 4 companheiros. A organização da tripulação dos pescadores de fora, como é observado em várias comunidades pesqueiras (LOUREIRO, 1985; FURTADO, 1987), põe em destaque a posição hierárquica ocupada pelo encarregado em relação aos demais companheiros. O encarregado, figura central na composição e articulação das tripulações, é ou representa junto a ela o proprietário dos meios de produção, quando este não integra a tripulação.

O recrutamento da tripulação se faz através de contrato verbal pelo encarregado e/ou pelo próprio dono dos aparelhos de pesca. Cabe ao encarregado avaliar o pescador para tripulação, pois dada sua qualificação e vivência na atividade já sabe aquele que tem “fama, se presta ou não”, se é “bom de serviço”. O encarregado, ainda gerencia os meios de produção, zela pela conservação e uso adequado dos mesmos, distribui as tarefas entre os companheiros e fiscaliza o seu cumprimento, decide o número de viagens a realizar, escolhe os locais onde pescar, os aparelhos a utilizar ou consertar. Segundo Loureiro (1985) é devido à experiência e domínio sobre o processo de trabalho, liderança com relação à tripulação e responsabilidade em manter e/ou aumentar o nível de produção da embarcação que o proprietário dá ao encarregado plena autonomia para a entrega do peixe aos intermediários da comercialização e repartir entre os membros da tripulação o produto final das pescarias. Este conjunto de atribuições lhe reveste de autoridade e poder na tripulação que deve lhe obedecer.



**Mapa 5 – Rota de verão dos pescadores de fora**  
 Fonte: Adaptado de IBGE (2008)

Devido ao porte das embarcações, estas chegam a comportar três a quatro companheiros. O excesso deste número compromete a partilha da produção, não compensando o trabalho dos pescadores, devido à divisão da produção ser feita em partes. Entre as funções da tripulação está o ato de jogar e puxar a rede no momento adequado, retirar o “bucho” do peixe, pilotar a embarcação, mas não há uma especialização destas tarefas, há uma espécie de “rodízio” entre os pescadores. Além de vigiar o barco de possíveis acidentes para evitar serem batidos por outras embarcações, e/ou serem alvo de possíveis ataques de piratas.

Foi observado no trabalho de campo, que a tarefa de arrumar os aparelhos de pesca (rede, bóias) e os acessórios da embarcação antecede à partida das pescarias. Estas tarefas são realizadas pelos companheiros da tripulação:

Lavar o barco, reparar o óleo do motor, se tá faltando louça pra comer, reparar rede na beira, porque lá fora não tem jeito, não tem que dê (J. C. O., 2008).

É imprescindível, portanto, verificar o bom estado da rede e da embarcação antecipadamente para o sucesso da pescaria, enquanto o encarregado providencia o rancho<sup>25</sup> para a tripulação junto ao comércio local ou ao seu patrão. Após estas ações, a tripulação está apta a partir e seguir em busca de um pesqueiro.

Um pesqueiro é uma área em que a abundância de peixes é maior, de forma a tornar as pescarias possíveis e mais rentáveis. Como os pescadores não dispõem de instrumental que os capacite a identificar a posição, o movimento e profundidade dos cardumes, buscam indícios visíveis na água para detectá-los orientando-se por sinais dados pelas espécies de peixe que circulam na área, como por exemplo, a presença de “cumidia” (cardumes de sardinhas que vez por outra passam saltitando fora d’água, tornando-se visíveis aos olhos dos pescadores e assim denominados por servirem de alimento a peixes maiores, que por isso se deslocam atrás dos primeiros); ou pela lizeira, aparência gordurosa e lisa que as águas assumem e segundo os pescadores são decorrentes do vômito de peixes. Os pesqueiros podem ser ainda identificados através de pontos de referência como ilhas ou bancos de areia (LOUREIRO, 1985; FURTADO, 1987). De acordo com os pescadores os locais que habitualmente pescam, se destacam os de areia (Mosqueiro); Canal do Maraú (Mosqueiro); Enseada da Laura (Igarapé da Laura); Moroçoca (Soure); areia (Vigia); e Baixo do Teçado (Marudá).

Ao alcançar um pesqueiro, os utensílios utilizados nas pescarias são as redes de malha de 0,50 mm e de 0,60 mm. A técnica empregada é a pesca de rede de emalhar à deriva em que a rede é colocada na água perpendicular ao movimento da correnteza. A rede é usada de forma a tocar levemente o fundo. Enquanto a rede está na água, o barco permanece com o motor desligado, momento em que os pescadores deixam o barco à deriva acompanhando a rede a favor da maré, que vai sendo desfraldada até estar esticada, sendo sua extremidade final presa à embarcação por um cabo (raçoeira).

As redes têm um comprimento que varia entre 800 e 1.000 braças, recebe um entralhe (cabos) na parte superior e inferior, chumbos na inferior e bóias na parte superior, e a cada 10 braças uma bóia. A última bóia, que indica o final da rede é chamada de estaca. Após a colocação da rede, aguardam de duas a seis horas com a rede n’água antes de recolhê-la. Os peixes então são retirados da rede, eviscerados e colocados na caixa com o gelo.

---

<sup>25</sup> Refere-se às despesas ou compra de mercadorias de uma pescaria como o óleo, a alimentação da tripulação e o gelo.

Nas pescarias são utilizadas redes de plástico e de nylon. Elas são misturadas dado o valor das mesmas. Embora haja preferência pelas redes de nylon, compram-se redes de plástico devido o preço ser inferior. A compra das redes é feita em lojas especializadas em artigos de pesca no centro comercial de Belém, localizadas no Ver-o-Peso. Nestas, geralmente compram a prestação e salvo à vista quando possuem dinheiro e podem obtê-las a um preço mais barato.

Alguns pescadores mandam tecer rede porque se torna mais barato, ou faz do malheiro o que a gente quer. Uma rede de nylon 18 com 60 mm de malha, a firma não faz e a gente faz. A gente trabalha mais com plástica, não é por opção, ela é mais barata. O pescador não tem mais condição de comprar rede de nylon. A rede de plástico, você usa três anos e a de nylon 5 anos (J. C. O., 2008).

Os pescadores utilizam o conhecimento das espécies que capturam para determinar o tamanho e a espessura das redes. A distinção das redes está na densidade dos fios com os quais é confeccionada. Como as redes são empregadas tocando levemente o fundo, as de nylon são mais resistentes que as de plástico, porque estas se prendem facilmente em galhos ou pedras no fundo, arrebentando-se com mais facilidade.

É constante o relato dos pescadores sobre a perda da rede quando há muitos barcos próximos uns dos outros ao emaranharem-se havendo perda parcial ou até total do material e comprometendo a atividade, fazendo com que o pescador afetado permaneça parado por semanas e/ou meses até a reposição do material perdido.

Em decorrência da alta incidência de roubos noturnos, a pescaria à noite nos diversos pontos de pesca em que ficam os pescadores, torna-se cada vez menos freqüente. Por esta razão preferem sair para pescar no começo do dia para lançarem suas redes em locais onde haja vários pescadores.

Entre os pescadores de Cubatão, a utilização das relações de parentesco e o convívio na pesca estabelecem mecanismos afetivos e sociais que minimizam os riscos e conflitos em suas relações de trabalho, na organização da produção, na obtenção de informações sobre pontos de pescas assegurando ainda, vias de comercialização do produto. É comum observar vários grupos saírem juntos para a pescaria, informando-se com antecedência sobre a qualidade do tempo, onde está ocorrendo peixe, e a melhor hora para sair, para não serem alvos de assaltos no momento das pescarias.

Após as pescarias a venda é efetivada. A competência da venda do peixe aos intermediários é do encarregado:

Acabou o rancho, terminou aquela viagem. Vende o peixe pro atravessador e lava o barco. Lá na Vigia eles tiram um real por kg e aqui no Ver-o-Peso eles tiram do total 6%. Na Vigia eles não pagam logo, porque os marreteiros não têm capital, e não tem gente pra comprar. A população lá de Vigia vive da pesca e os marreteiros vendem pro pessoal de fora (J. C. O., 2008).

Aí vai direto pro Ver-o-Peso. Aí dá a venda lá. Cada pescador tem um balanceiro, esse ganha a comissão dele. O peixe vai saindo do barco e vai pesando e ele vai recebendo. Ele pesa e anota e eu anoto também e depois eu volto pra casa, depois ele vem trazer o dinheiro, mesmo porque a gente não traz pra não ser roubado (O. S., 2008).

A venda pode ser realizada a dinheiro, na hora, ou por meio de anotação feita pelo marreteiro em um caderno, da quantidade de peixe que lhe foi entregue por cada tripulação, para acerto de contas no final do dia.

Segundo Barthem (2004), a importância da localização geográfica dos portos de desembarque de pescado do município de Belém está por um lado, em sua proximidade das áreas de pesca da costa, estuário e rios da Amazônia e, por outro, em estar interligada por estradas com as principais capitais do país.

Belém recebe pescado de pescadores que buscam portos que sejam acessíveis às suas embarcações e que sejam integrados comercialmente com os maiores centros consumidores do país para facilitar o escoamento de sua produção. Considerando a população da Região Metropolitana de Belém (quase dois milhões de habitantes), esta concentração de consumidores a mais alta da Amazônia, forma um importante mercado consumidor que necessita de um abastecimento regular.

Dentre os portos públicos do município de Belém que recebem pescado fresco encontram-se os de Icoaraci, do igarapé do Cajueiro, localizado no distrito de Mosqueiro, e o do Ver-o-Peso, o principal porto público, onde desembarca principalmente a produção artesanal.

Embora todos estes portos sejam freqüentados pelos pescadores, há preferência em venderem o peixe no Ver-o-Peso, porque sua produção pode ser convertida em dinheiro na hora ou no final de um dia devido ao maior fluxo de compradores de peixe que por ali transitam. Na Vigia o preço é mais barato. E em Icoaraci ao entregarem sua produção aos marreteiros, os pescadores precisam esperar para receberem entre dois a quatro dias. Segundo Loureiro (1985), a maioria dos pescadores ao repassar a sua produção aos proprietários ou aos marreteiros antecipam a força de trabalho deles, cedendo aos proprietários e marreteiros por igual valor de tempo, o que aumenta o grau de sua dependência a estes, pois são obrigados a

recorrer a créditos junto aos intermediários para realizar suas compras para o consumo familiar.

Quanto ao ato de lavar a embarcação, ainda nas observações de Loureiro (1985), não é um ato opcional do pescador, pois é necessário livrá-la de ataques constantes de moluscos e crustáceos que prejudicam o bom estado de conservação e a aquadinâmica da embarcação. O ato de lavar a canoa é obrigatório, integrando-se ao processo de trabalho, após cada viagem. Pequenos consertos na rede são efetuados ao regressar a terra. Por isso, a jornada de trabalho não se encerra com o fim da pescaria.

No inverno, a duração média das viagens das diversas tripulações dos pescadores de fora varia em média entre 10 a 15 dias e/ou até três meses dependendo da rota tomada pelo pescador. Nas pescarias mais prolongadas a conservação do pescado se faz por meio do gelo, cujo fim determina o término das pescarias.

Um importante lugar de pesca é o município de Vigia. Segundo Mello (1985), Vigia configura-se como um dos mais antigos e importantes centros pesqueiros do estado do Pará. Localizado na Zona do Salgado, na costa paraense, a população masculina desse município se dedica quase que exclusivamente à pesca. Em 1968, Vigia já era apontada como o 5º maior produtor de pescado do Pará e em 2º na Zona do Salgado (MELLO, 1985). Tais cifras, entretanto, conforme Furtado (1990), podem estar superestimadas. No litoral e no Baixo Amazonas, a inexistência de estatística ou de qualquer controle de saída de peixes nos centros produtores para outros mercados, subestimam a produtividade desses centros, ao mesmo tempo em que favorece outros municípios, que muitas vezes funcionam como entreposto comercial, como é o caso de Vigia que produz peixe, porém o volume da produção pode na realidade ser aumentado pela produção de outros municípios circunvizinhos como: Curuçá, São Caetano de Odivelas e Marapanim:

O movimento de pescadores acompanhando o regime das águas provoca constantes deslocamentos dos seus pescadores para pescarias nas cercanias da Vigia. E o resultado da produção é comercializado através da Vigia. Fica então o município de Marapanim sem controlar estatisticamente a produção dos seus pescadores e sem receber as divisas que merece. Em contrapartida, a Vigia, que aparece como centro catalizador dessa produção, fica com todas as vantagens: maior produtividade; município “mais importante” em termos de pesca na região do Salgado (FURTADO, 1990, p. 71).

Os pescadores de fora no inverno se deslocam mais para as proximidades de Vigia devido à safra do peixe. Por ser este facilmente encontrado ficam num período de 15 a 20 dias, ou até um mês pescando. Alguns pescadores abastecem o barco de peixe e o

descarregam no próprio município. Descansam na beira, ou seja, em vilas próximas à Vigia, perto do igarapé Tupinambá. Embora o peixe vendido em Vigia seja mais barato, muitas vezes, compensa vendê-lo neste lugar:

A compensação de vender em Vigia é o tempo de empate<sup>26</sup>. Eu vendo minha caixa em dois dias. O peixe dá na frente da cidade, eu dou uma redada e vou chegar duas a três horas da tarde, descarrego e to lá pescando (J. C. O., 2008).

Os pescadores que possuem embarcações de 500 kg. preferem ficar pescando em Vigia até o desaparecimento do peixe, por isso não retornam a Icoaraci, para vender a produção no Ver-o-Peso, onde o preço do peixe é superior a deste município. Apesar do preço inferior, como a produção é constante fica mais fácil para o pescador obter um rendimento maior: “Até eu voltar, o peixe não tá dando mais, o peixe segura até cinco dias”<sup>27</sup> (J. C. O., 2008).

Conseqüentemente sem peixe não há produção. Nota-se que alguns pescadores de Icoaraci também passam a integrar sua produção nas estatísticas pesqueiras de Vigia, uma vez que passam a vendê-la no município. Os que possuem embarcações entre duas e quatro toneladas, quando estão carregadas com gelo, após 15 dias pescando em Vigia retornam para vender o peixe no Ver-o-Peso, por ser mais rentável, já que suas embarcações podem comportar mais gelo e conseqüentemente mais peixe. Quando estas não utilizam gelo, a produção é vendida em Vigia em razão do perecimento rápido do produto.

Vigia passa a ser, portanto, um ponto estratégico na rota dos pescadores, que podem prosseguir em busca do peixe, dirigindo-se para dois importantes pontos de pesca: Marudá e Soure.

Quando se dirigem para Soure e proximidades pode se permanecer até 15 dias. A distância e o capital empregado na pescaria com o rancho, faz com que permaneçam até terem abastecido de peixe o barco para regressarem e vender a produção preferencialmente em Belém. O peixe pode ser também vendido em Icoaraci, e, somente quando a produção é muito pequena – menos que 500 kg, no porto do Taboquinha.

Soure figura entre as mais antigas comunidades de pesca a qual tem sido a sua principal zona de pesca, situada no estuário amazônico. Sua ocupação está ligada a esta atividade, responsável pelo povoamento e surgimento de várias vilas e povoados deste município, como as comunidades do Céu, Cajuúna, Pesqueiro, entre outras, todas localizadas

<sup>26</sup> O pescador se refere ao menor tempo gasto na realização de sua atividade, favorecendo o seguimento imediato desta.

<sup>27</sup> Devido à concentração de pescadores numa mesma área de pesca, a presença do peixe pode permanecer até menos dias.

à margem da baía do Marajo. Como a pesca é a base econômica do município de Soure este possui um número expressivo de pescadores profissionais que produzem grande quantidade de pescado. É também um dos municípios paraenses que tem a maior produção mensal de peixes capturados, destacando a exploração artesanal como responsável por estas capturas (LOUREIRO, 1985; GUEDES, 2006).

Por esta razão os pescadores de fora ao se deslocarem para as proximidades do município de Soure e/ou pontos de pesca como Ponta Fina, Machado, não entram na cidade, apenas dormem à frente destas ou nas comunidades do Cajúuna e Pesqueiro. Estas duas comunidades são paradas dos pescadores que não precisam se afastar de suas atividades podendo nelas descansar, ao final de um dia de pescaria. Também não comercializam o peixe aí mesmo, por ser a pesca a principal atividade do município, faz com que o preço do peixe fique muito barato.

Marudá é um distrito do município de Marapanim situado na zona do Salgado, no litoral do estado do Pará. É uma região praiana, onde a agricultura é praticamente inexistente; dada a impropriedade do solo, ainda que se pratiquem pequenos roçados para o consumo doméstico. A pesca pela variedade e abundância da fauna marinha e pela cotação da variedade ictiológica no mercado extra-local, é a principal atividade da população local (FURTADO, 1987).

Em Marudá, por sua costa pouco recortada, com extensa área de pesca e formações de bancos de areia, tem-se favorecido a prática de pesca costeira com curral<sup>28</sup> e com uso da rede.

Esta área é um dos pontos de pesca dos pescadores de Icoaraci que se deslocam para aproveitar a safra de inverno, onde a espécie mais capturada é a dourada. Nas pescarias não é necessário o uso do gelo, pois devido ao menor tempo investido na captura do peixe, retorna-se a Marudá onde é possível ter a venda imediata da produção.

Lá tem duas pescarias, de dia e de noite. Porque sai três horas da tarde até às sete horas da noite. Retorna às três horas da madrugada e retorna às sete horas da manhã. Lá não precisa estar com gelo. Tem vários compradores esperando, qualquer hora. Lá o balanceiro é o marreteiro. Pra gente é melhor pois não paga a porcentagem (N. N. S., 2008).

Só que em Marudá, pesca pouco com gelo pra vender mesmo na cidade. Vende pro atravessador que traz a produção de caminhão pra Belém (J. C. O., 2008).

---

<sup>28</sup> Curral consiste numa grande armadilha fixa, com várias peças formando compartimentos específicos com textura formada por varas, toras de madeiras, cipós vegetais e esteiras tecidas preferencialmente com talas de marajó (*Bactris major jacq.*), ou varas de mangueiro de pequena espessura (FURTADO, 1987, p. 181).



As distâncias percorridas e a intensidade da mobilidade geográfica são condicionadas pela localização dos cardumes e do pescador, mas é o capital incorporado pelos proprietários que influencia principalmente o deslocamento. Por exemplo, pequenas embarcações limitam o raio de ação, restringindo o retorno quinzenal do pescador a Icoaraci. Primeiro porque os donos das embarcações temem forçar o motor, deslocando-se a distâncias mais longas, aumentando assim os custos de manutenção e rancho. Para outros pescadores é mais fácil e produtivo ficar em Marudá por todo o período da safra do peixe que dura em torno de três meses (fevereiro, março, abril). Esta estratégia reduz os custos com o deslocamento, uma vez que o retorno quinzenal se torna dispendioso, além de poupar o motor das embarcações, o que poderia levar a sua perda dada a distância percorrida. Esses pescadores retornam de ônibus à Icoaraci num intervalo de 15 dias para rever a família, deixar algum dinheiro e voltam novamente para Marudá onde deixaram a embarcação com parte da tripulação para continuarem a pesca. Estes deslocamentos se repetem até o final da safra.

No verão, os pescadores passam a pescar em áreas mais próximas à Icoaraci, com Cotijuba, Mosqueiro, furo da Laura, Colares e próximo à Vigia. Esta é uma das melhores épocas para os pescadores. Existindo peixe em abundância nas proximidades de Icoaraci eles realizam a pesca do *vai e vem* devido à influência da água salgada nestas localidades. Neste momento os pescadores como não se distanciam muito, economizam com o rancho e vendem mais rapidamente o produto.

Sai de madrugada e retorna à tarde, essa não tem despesa, porque geralmente a gente só merenda lá e janta em casa. A despesa é só o óleo, e quando chega vende o peixe na beira. E no outro dia é a mesma coisa (O. S., 2008).

A gente pescando aqui, pra ir todo dia lá, tanto na embarcação como na casa da gente é melhor. Tanto a pessoa ganha dinheiro como traz a despesa (J. C. O., 2008).

Os pescadores gastam menos nestas pescarias, por estarem próximos de suas residências. Uma das vantagens deste tipo de pesca é que podem além de comercializar o peixe fresco, sem comprar gelo, podem ainda abastecer a dispensa da casa diariamente. O peixe passa a ser a dieta principal neste período, diminuindo também as despesas do pescador para provisão da família.

A mobilidade feita entre as zonas de pesca no estuário é uma estratégia útil que faz com estes pescadores superem a mudança da salinidade da água, o desaparecimento

temporário do peixe garantindo sua produtividade e renda mensal. Contudo, de maio a agosto é um período difícil para os pescadores, pois a safra da pescada gó *Macrodon ancylodo*, aproveitada pelas indústrias de pesca nessa época, diminui a sua renda. Essa espécie pescada em grande quantidade pela indústria pesqueira, não deixa margem para o pescador artesanal competir. No mercado de peixe do Ver-o-Peso e em Icoaraci, a indústria pesqueira consegue colocar esse pescado entre R\$ 0,50 (cinquenta centavos) e R\$ 2,00 (dois reais) o quilo, dependendo do tamanho da espécie (Tabelas 2 e 3).

**Tabela 2 – Valor comercial das espécies – janeiro a maio/setembro a dezembro**

<b>Peixes capturados</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Venda da espécie por kg, aos marreteiros de Icoaraci e no mercado do Ver-o-Peso</b>
Pescada branca	<i>Plagioscion squamosissimus</i>	R\$4,00
Pescada amarela	<i>Cynoscion acoupa</i>	R\$7,00
Dourada	<i>Brachyplastytoma flavicans</i>	R\$6,00
Bagre	<i>Bagre</i>	R\$2,00
Filhote	<i>B. filamentosum</i>	R\$7,00

Fonte: Pesquisa direta (2008)

**Tabela 3 – Valor comercial das espécies – maio a agosto**

<b>Peixes capturados</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Venda da espécie R\$ por kg, aos marreteiros de Icoaraci e no mercado do Ver-o-Peso</b>
Pescada branca	<i>Plagioscion squamosissimus</i>	R\$1,50
Pescada amarela	<i>Cynoscion acoupa</i>	R\$3,50
Dourada	<i>Brachyplastytoma flavicans</i>	R\$2,50
Bagre	<i>Ariuns couma</i>	R\$1,00
Filhote	<i>B. filamentosum</i>	R\$5,00

Fonte: Pesquisa direta (2008).

Nem todos os pescadores detêm os meios de produção (barco e rede); existe diferença quanto à distribuição do produto do trabalho, por exemplo, os pescadores donos dos meios de produção ficam com 50% da produção; e os despossuídos dos meios de produção, os parceiros, ficam com os 50% restantes. Com a queda do preço dos peixes por eles capturados em razão da concorrência da pescada gó; são os pescadores parceiros que ficam com o saldo negativo da produção, pois com o aumento dos custos da mobilidade, que se eleva por terem que capturar mais peixes e cada vez mais distante, os pescadores dos meios de produção retiram a maior parte do produto do trabalho para pagar as despesas para manutenção do

barco e o rancho dos pescadores parceiros. Assim, alguns pescadores parceiros não querem pescar neste período, pelo baixo rendimento da pesca, retornando ao final da safra da gó, no mês de agosto, quando os preços dos peixes voltam a elevar-se.

Depois de julho melhora a vida de pesca, sumindo a gó retorno porque dá mais, o cara com a casa cheia de filho e não trazer nada, antes tirar esses bicos por aqui mesmo (E.P.L., 2008).

Os pequenos produtores dependem do peixe para sua sobrevivência e a competição desigual no mercado com as empresas de pesca agrava sua situação, comprometendo seriamente sua reprodução social e a de seu grupo familiar.

Como alternativa, os pescadores que ficam em terra, parados, tem como principal estratégia para obter renda, tecer, consertar e entralhar redes de pesca, entre outras atividades eventuais e sem vínculo empregatício<sup>29</sup>. O serviço de um pano tecido de rede rende em média R\$ 30,00 (trinta reais), podendo aumentar, dependendo da disposição para este serviço e habilidade. O entalhamento de uma rede rende R\$ 8,00 (oito reais), e a diária por conserto das redes chega a R\$ 15,00 (quinze reais). É comum ver pescadores consertando redes na comunidade. Isso reflete também uma estratégia dos donos dos meios de produção, em razão dos altos custos das redes novas, principalmente as de nylon.

### 6.3 O PROCESSO DE TRABALHO

Os pescadores de frente geralmente trabalham sozinhos, enfrentando longas horas de sol, chuva e uma jornada de trabalho que varia entre seis e oito horas diárias.

Esta pesca é praticada priorizando a subsistência, para produzir a satisfação das necessidades de sua família.

Conforme diversos depoimentos os “pescadores de fora” apresentam maior desgaste físico e mental que os “pescadores de frente”, dada à extensão e continuidade da jornada de trabalho, sob intempéries, poucas horas de sono, acidentes de trabalho expostos a doenças crônicas (reumatismo) e ferradas de peixes.

A jornada de trabalho dos pescadores de fora no mar é de 12 horas diárias em média, à qual se somam mais três ou quatro horas relativas à lavagem da canoa e reparos dos aparelhos (horas estas não pagas), totalizando entre 15 a 18 horas de trabalho contínuo.

---

<sup>29</sup> Os trabalhos realizados comumente pelos pescadores parceiros são ajudante de marceneiro ou pedreiro.

Não é difícil perceber a diferença da atividade de um pescador dono dos meios de produção e um pescador parceiro. O primeiro permite-se deixar de trabalhar alguns dias na semana, ou não realizar tarefas como a lavagem da embarcação. O segundo muitas vezes é obrigado a enfrentar jornadas corridas de trabalho e a cuidar dos apetrechos de pesca, para produzir o mínimo para o sustento (já que a maior parte do valor do produto vai para o dono dos meios de produção).

Mello (1985) aponta duas diferenças importantes entre a pesca praticada pelo pescador empregado e pelo pescador embarcado.

1) Conteúdo: a pesca se torna processo de valorização do capital. Meio de exploração do trabalho do pescador em vista da acumulação do dono dos meios de produção, do patrão. Neste sentido, pescador e patrão se defrontam dentro do processo de produção como agentes personificados dos fatores que intervêm nesse processo: o *capitalista*, como capital; e o produtor direto como *trabalho*, e sua relação está determinada pelo trabalho como simples fator do capital que se autovaloriza.

2) Escala: a pescaria praticada pelo patrão vai apresentar, além da maior quantidade de meios de produção e pescadores empregados pelo proprietário, o prolongamento do tempo de trabalho.

Desta forma, a exploração do pescador despossuído dos meios de produção, far-se-á a partir do prolongamento de trabalho imposto pelo pescador dono dos meios de produção. Mello (1985) continua argumentando, na base de Marx que há uma relação econômica de superioridade e subordinação entre o proprietário dos meios de produção e o trabalhador livre, posto que o capitalista que consome, vigia e dirige a capacidade de trabalho daquele, resultando em grande continuidade e intensidade de trabalho.

#### 6.4 A PARCERIA

A parceria é uma relação de trabalho muito comum no setor da pesca artesanal (PENNER, 1984; LOUREIRO, 1985; FURTADO, 1987; MANESCHY, 1990). Normalmente o pescador que trabalha sob este regime não possui vínculo empregatício. O recrutamento da tripulação se faz através de contrato verbal, havendo a partilha do resultado da venda, de acordo com o grau de participação de cada um na propriedade do material de pesca e no trabalho. Mello (1985) alerta sobre a necessidade de distinguir *o conteúdo da forma de sua*

*existência (da parceria)*. A parceria implica numa relação de produção entre patrão e empregado.

Estudando o caso de Itapuá (a poucos quilômetros de Vigia), o autor faz uma comparação entre o conteúdo da “parceria” praticada nessa mesma localidade com a de Vigia, e percebe uma diferença qualitativa na maneira como se processam as relações de produção.

No caso itapuense, verifica que o proprietário dos meios de produção é ele mesmo pescador. Trabalha como pescador igualmente como os demais parceiros; e ele não usa a parte que lhe cabe da produção com fins de acumulação. Já em Vigia, o proprietário dos meios de produção, geralmente não trabalham diretamente na produção (captura) do pescado e, espera que os pescadores que emprega produzam uma quantidade de pescado suficiente para que se reproduzam enquanto força-de-trabalho e ainda criem um valor excedente (não pago) que se destinará ao seu sustento e de sua família e ainda à acumulação do capital.

Para Mello (1985) há, portanto dois tipos de parceria. Em Itapuá há produtores diretos se interrelacionando, enquanto que em Vigia já se bipolarizam as figuras do não-trabalhador (o capitalista) e o do trabalhador (o pescador artesanal), representadas no patrão e no empregado. Dessa forma, o autor caracteriza o sistema de parceria utilizado em Vigia, numa modalidade de relação que se estabelece em moldes capitalistas entre os proprietários e não proprietários dos meios de produção. Dessa forma não se pode generalizar o sistema de parceria, pois os proprietários e não proprietários dos meios de produção podem ou não travar relações de conteúdo capitalistas.

Com base neste raciocínio, o conteúdo da parceria entre os pescadores de Icoaraci é capitalista, porque nem sempre os donos dos meios de produção trabalham diretamente com os outros parceiros, além de não pagarem pelas horas prolongadas de trabalho ao realizarem concerto das redes e reparos constantes nas embarcações.

Dada a natureza exclusivista da propriedade dos meios de produção e a diferenciação que é observada no interior da tripulação, refletem-se na distribuição do produto do trabalho entre os componentes, logo a apropriação do produto do trabalho não é feita de forma igualitária.

Verificou-se que do total dos 41 pescadores de fora, apenas 12 destes pescadores possuem barco e rede, materiais essenciais para a realização da pesca. Desses, três detêm mais de uma embarcação. Portanto, os 29 (71%) restantes são parceiros. Em se tratando dos pescadores de frente que não se enquadram neste sistema, quatro dos que realizam a pesca de frente, apenas um não possui canoa. Logo, devido ao pequeno porte da embarcação estes

pescadores realizam a pesca sem a necessidade de tripulação; por isso trabalham sozinhos (Tabela 4).

**Tabela 4 – Frota pesqueira da comunidade do Cubatão**

<b>Quantidade de embarcação por proprietário</b>	<b>Tipo</b>	<b>Capacidade total tonelada</b>
1	Canoa	
1	Canoa	
1	Canoa	
2	Barco	2 ½ t. – 4 t.
1	Barco	2 ½ t.
1	Barco	2 ½ t.
1	Barco	2 ½ t.
1	Barco	2 t.
2	Barco	2 t. – 4 t.
1	Barco	3 t.
2	Barco	1 ½ t. – 2 ½ t.
1	Barco	500 kg
1	Barco	500kg.
1	Barco	2 t.
1	Barco	3 t.

Fonte: Pesquisa direta (2008)

Os pescadores que não possuem instrumentos de pesca são parceiros ou companheiros, são trabalhadores não assalariados e não proprietários dos meios de produção com que trabalham. Estes pescadores não se restringem a pescar somente em embarcações dos pescadores da comunidade de Cubatão, é comum pescarem também em embarcações de pescadores de outras localidades do distrito de Icoaraci, de Belém e até do Marajó. Isto ocorre, quando um barco fica parado para o conserto muito tempo e devido à constituição da tripulação ser feita por meio de contrato verbal, o pescador fica livre para continuar a pescar se houver vaga em outra embarcação, estratégia útil para continuar pescando.

Como a maioria dos “pescadores de fora” não têm acesso aos meios de produção, são os proprietários das embarcações que asseguram a maior parte da produção em relação aos não-proprietários:

Se eu faço R\$ 2.000,00, o balanceiro ganha R\$ 140,00, eu fico com R\$ 1.860,00, tiro da despesa, uma base de R\$ 400,00, aí eu dou no meio, metade pro barco e metade pra tripulação. Se eu tiver na viagem, eu ganho, eu sou um tripulante também (N. N. S., 2008).

A renda líquida quinzenal, não incluindo as despesas (do rancho e do balanceiro, 6%), é repartida da seguinte forma:

a) 50% (1/2) compete ao proprietário dos meios de produção:

$$\text{R\$ } 1.460,00 \div 2 = \text{R\$ } 730,00$$

b) Os 50% (1/2) restantes constituem a remuneração do trabalho dos três pescadores tripulantes:  $\text{R\$ } 731,00 \div 3 = \text{R\$ } 243,33$

c) caso o proprietário seja tripulante:  $\text{R\$ } 730,00 + \text{R\$ } 243,33 = \text{R\$ } 973,33$

Esta divisão assegura a maior parte da remuneração ao proprietário dos meios de produção, uma vez que além de sua parte como tripulante, ela ainda inclui a remuneração do seu trabalho e dos meios de produção. Mesmo que o proprietário não participe da pescaria, este ainda recebe, em razão do barco *representar uma pessoa*, recebendo a metade da produção, a outra metade seria para a tripulação, sendo que o encarregado ganha uma parte e meia pelo trabalho que executa e pela responsabilidade que lhe corresponde.

Em ambos os casos os proprietários dos meios de produção recebem a maior parte do produto do trabalho. Segundo Loureiro (1985), isto ocorre porque os pescadores parceiros dividem com o proprietário dos meios de produção o produto de seu trabalho na pesca; ou seja, destinam parte de sua produção ao proprietário como pagamento pela utilização na pescaria, dos aparelhos que não lhes pertencem, ou como remuneração do capital do proprietário.

Segundo Mello (1985) a propriedade dos meios de produção pode pertencer a um ou mais indivíduos. No primeiro caso, ele receberá 50% do ganho líquido da pescaria; se houver dois proprietários, um da embarcação e outro da rede, cada um então receberá 25% desse mesmo ganho. Um pescador de Cubatão ilustra como se dá na prática este sistema:

Eu tenho uma rede e faço R\$ 250,00, R\$ 125,00 é para a rede e R\$ 125,00 é para o barco. Se o barco faz 1.500 soma aos 125 reais e soma R\$ 1.650,00 aí tira o da despesa R\$ 200,00 (mantimento que deve ser comprado para alimento dos pescadores ao realizar a pesca). E fica R\$ 1.450,00 e divide por dois: dono do barco e os companheiros. O dono do barco fica com R\$ 725,00 e R\$ 725,00 é para os companheiros,  $\text{R\$ } 725,00 : 3 = \text{R\$ } 241,50$  (R. M. P., 2007).

Embora os pescadores que não possuem os meios de produção fiquem com a menor parte do produto social, eles têm consciência deste fato, mas é por meio deste sistema que

garantem sua mobilidade geográfica e sua participação na unidade produtiva, sem as quais não poderiam realizar a pesca, nem garantir sua reprodução social.

Esse sistema de trabalho não obriga o pescador a ter que realizar as próximas pescarias com os instrumentos do mesmo proprietário. Essa livre associação responde pela mobilidade dos pescadores de uma unidade produtiva a outra, principalmente em casos em que as embarcações ficam paradas para conserto, seguindo viagem em outras unidades como estratégia para participar constantemente da pesca.

As unidades produtivas se ligam ao mercado local por meio dos marreteiros da comunidade de Cubatão, que por sua vez colocam o pescado nas feiras 8 de Maio e Campina em Icoaraci, além de venderem o peixe na própria comunidade: “A gente vende o peixe pela beirada. Vem gente aqui pra comprar, a gente vai vendendo” (C.V. S. ,2008).

É comum o pescado ser transportado para dentro do igarapé Taboquinha, onde passam os peixes aos marreteiros na *beira*. A produção dos pescadores se liga ao mercado por meio da rede de intermediários ou marreteiros, que também são feirantes e cujo fluxo de dinheiro origina o pagamento aos produtores. O transporte do peixe é feito de bicicleta, de carrinho de mão ou de carroça (paga). O peixe pode ser vendido também durante o trajeto da feira.

O encarregado, ao chegar na beira do Taboquinha, vende a produção aos marreteiros. Numa dessas transações se registraram os seguintes valores (Tabela 5).

**Tabela 5 - Preços do peixe comprado pelo marreteiro no igarapé Taboquinha**

<b>Preço de compra do peixe pelo marreteiro</b>	<b>Preço do peixe vendido pelo marreteiro ao consumidor direto e feiras de Icoaraci</b>
Pesca graúda – 21 kg a R\$ 2,00 = R\$-42,00	Pescada graúda 1kg = – R\$ 3,50
Sarda miúda – 25 kg a R\$ 1,00 = R\$-25,00	Pescada miúda 1kg = R\$ 3,00
Sarda miúda – 25 kg a R\$ 1,00 = R\$-25,00	Sarda miúda 1kg = R\$ 3,00
Pescada miúda – 14 kg a R\$ 1,50 = R\$-21,00	
Pescada miúda – 4 kg a R\$ 1,50 = R\$-6,00	
Total da produção – 87 kg = R\$ 119,00	

Fone: Pesquisa direta (2008)

Geralmente os marreteiros pagam a produção para o encarregado no outro dia, após a venda do peixe na feira; ou depois de vendido o peixe durante uma semana inteira, quando o pagamento será efetivado ao final dela, como ilustra alguns trechos de entrevista:

Amanhã quando vim da feira a gente paga (R. M. P.).



Às vezes pago na hora, às vezes não, deixo pra pagar só no final de semana. Às vezes, pego peixe segunda, quarta, sexta e pago no sábado. Alguns querem receber na hora mais é desvantagem pra mim (R. M. P., 2008)

Os marreteiros também consideram os meses de maio e junho os piores para vender o peixe devido à safra da gó:

Porque dá muito peixe, fica barato o peixe. Uma pescadinha chamada gó se mete aí fica muito barato (C. V. S., 2008).

A diferença que tá na gó. Quando ela dá de curral daqui (Bragança, Salinas), ela baixa muito o preço. A indústria pega graúda ela não quebra o preço. A indústria outros anos parava. E agora ela não parou. Porque só camoroieira é que trazia gó. Agora tem pescadores só de gó (industrial) A gó é tipo de venda que mata qualquer peixe. Ela só não mexe na venda da dourada. Dourada quando ela dá muito abaixo aí pro Amazonas, mas ela não deu mais esses tempos (R. M. P., 2008).

Os pescadores e os marreteiros percebem o esforço de captura sobre a pescada gó. Isto demonstra um alto poder de competição dos recursos pesqueiros no estuário amazônico, o que demanda um reordenamento pesqueiro que garanta a sustentabilidade das espécies e dos próprios pescadores.

Neste sentido, estudos demonstram que a pressão sobre os recursos pesqueiros pela frota industrial tem afetado o equilíbrio das populações ictiológicas comprometendo os recursos (BARTHEM, 1990; ISAAC; BARTHEM, 1995). A realização desordenada desta atividade, sem o controle do poder público agrava ainda mais esta questão. Processo que vem provocando nas últimas décadas uma crise de sustentabilidade, caracterizada pela acentuada queda da produção total, decorrente do sobredimensionamento dos meios de produção e sobre exploração destes recursos (GUEDES, 2006).

A este respeito, Isaac-Nahum (2006), ao estudar a pesca no litoral amazônico, demonstra ser um desafio para o futuro a exploração e o manejo dos recursos pesqueiros, considerando o aumento das unidades produtivas, o aumento do esforço dos incrementos tecnológicos introduzidos na Amazônia nas últimas três décadas que exerceu uma reconhecida influência na diminuição da abundância dos estoques pesqueiros. Ao mesmo tempo, o crescimento demográfico dos grandes centros urbanos amazônicos aumentou a demanda de pescado, contribuindo também para a intensificação da exploração dos principais estoques.

A autora mostra que poucas são as informações científicas sobre o estudo de exploração dos estoques mais intensamente explorados pelas pescarias comerciais do litoral norte do país. Porém, estudos sobre a pescada-gó indicam que esta já tem sido pescada no

limite da sustentabilidade, entre outras espécies como a gurijuba, a piramutaba, o pargo, o bandeirado e o camarão-rosa.

Para Isaac-Nahum (2006), as medidas governamentais, sejam de ordenamento ou fomento, têm privilegiado o setor industrial, marginalizando ainda mais o setor artesanal que por suas características próprias, tem maiores dificuldades para reivindicar políticas específicas. A ausência de representações de classe fortes e legítimas dificulta muito o diálogo entre os pescadores, o Estado e as entidades financeiras.

Por outro lado, a desorganização da pesca é outro fator limitante para a implantação de qualquer ordenamento pesqueiro, particularmente o que congrega os trabalhadores do mar. As Colônias de Pesca instituídas pelo Estado, criadas no início do século XX, raramente estiveram direcionadas à defesa dos interesses dos pescadores no que diz respeito ao controle e fiscalização ambiental, à concorrência, à captura intensiva, ao aviltamento do preço da venda do pescado, dentre outras perdas e exploração a que são submetidos. Historicamente, objetivavam conseguir mais o controle dos pescadores por parte do Estado, do que uma representação da classe. Fato que aliado à utilização das colônias como instrumento de poder político ou de benefício econômico por parte de seus dirigentes, vêm desacreditando essas entidades (MELLO, 1995; LEITÃO; 1996; ISAAC-NAHUM, 2006).

Realidade não muito diferente em relação aos pescadores em estudo, quanto à atuação das colônias. Como reflexo de sua atuação, 51,92% não são matriculados, e somente 17,30% estão inscritos na Colônia de Icoaraci Z-10, a qual segundo a opinião da maioria dos pescadores (mesmo pelos não matriculados), não vem desenvolvendo uma política voltada para os interesses da categoria, além de não ter um acompanhamento junto aos pescadores, restringindo-se à cobrança de taxa mensal, motivos pelos quais muitos deixaram de pagar a mensalidade. A colônia Z-10, contudo, para os que ainda estão nela matriculados, só é lembrada para o alcance da aposentadoria. Considerando ainda, que não há nesta colônia o recebimento pelo seguro do defeso, os pescadores inscrevem-se em outras para recebê-lo, ou mantêm-se nas colônias em que eram anteriormente inscritos não solicitando transferência para Icoaraci, como a Colônia Z-26 (5,76%) e a Z-40 (23,07%), localizadas no Marajó. Somente dois pescadores buscaram e conseguiram apoio na colônia Z-10 para obtenção de crédito, como o Financiamento do Fundo Nacional do Norte (FNO) na década de 1990 para aquisição de embarcações e instrumentos de pesca.

Como alguns pescadores já tiveram insucesso e frustração de tentar formar uma cooperativa, os demais pescadores em estudo desconfiam das intenções apresentadas por outros grupos de pescadores, em se promover associações e cooperativas em suas categorias,

pela suspeita de corrupção nestas entidades. Tendência que leva esta classe mais à dispersão do que à coesão, dificultando a implementação de programas que visem difundir conhecimento para aperfeiçoar ou ordenar a pesca.

Para agravar mais o quadro sobre o manejo dos recursos pesqueiros, de acordo com Isaac-Nahum (2006), este segue um modelo centralizado, cuja competência pela implementação de qualquer medida de ordenamento cabe às instituições governamentais. Esse modelo faz com que as normas em vigor não sejam sempre ajustadas aos anseios dos pescadores, que teoricamente, devem cumprir as disposições. Levando em consideração a falta de fiscalização e a grande extensão geográfica dos pesqueiros, esse modelo de gerenciamento leva a um sistema de manejo desordenado e sem regras. Somando, os conflitos entre as diversas instituições<sup>30</sup> para delimitação de competências sobre a gestão dos recursos, acabam por impedir a identificação clara de objetivos dificultando a integração dos planos a serem executados.

## 6.5 MIGRAÇÃO PARA ICOARACI

### 6.5.1 A saída

Em suas pescarias os pescadores observam diferentes paisagens litorâneas e toda a movimentação das atividades pesqueiras nos pequenos portos, nos rios, nas baías e nos estuários onde passam. É através da mobilidade geográfica que os pescadores entram em contato com a sede municipal, cidades vizinhas e a capital do estado, com maior ou menor frequência, onde podem encontrar o peixe, vendê-lo, fazer compras, entre outras atividades, inclusive estabelecer suas residências.

A maioria dos pescadores em estudo é oriunda dos povoados da parte leste da ilha de Marajó; e os demais nasceram em Belém, incluso os que nasceram em sua parte insular, e outros são provenientes das ilhas de Barcarena e Abaetetuba.

As razões que levaram os pescadores a efetivar mudança permanente de residência são de diversa natureza. A carência permanente de infra-estrutura, de emprego, a falta de material de pesca, a forma de acesso restrito à terra são apontadas como dificuldades a serem superadas com a vinda para Icoaraci:

---

<sup>30</sup> Ibama, Sectam, Sagri etc.

Era melhor pra comprar alimento e vender o peixe (F. B., 2008).

Às vezes, o cara tem dinheiro lá, mas não tem uma carne, um frango, e aqui não (F. R., 2008).

Porque o trabalho em Abaeté é muito ruim. Atravessava duas baías para chegar em Ponta de Pedras para colocar espinhel. Era no remo e vela. Dava uma mixaria pro cara (E. P. L., 2008).

Queria continuar a estudar. Passava o tempo todo na baía pescando (C. M., 2008).

O terreno não era nosso e o dono precisou e nós tivemos que mudar (E. S., 2008).

Foi o estudo das crianças, pois a escola ficava distante e estavam se criando todos burros, para que eles não ficassem sem direito a nada, queria que eles progredissem através dos estudos procurando ‘melhora de vida’ através de emprego (S. P. S., 2007).

A carência e precariedade de objetos e serviços urbanos como praças, comércio especializado e prestação de serviços bancários e de assistência médico-hospitalar, são fatores freqüentes mencionados como atrativos para o pescador de Icoaraci. A escola é um dos objetos urbanos mais atraentes para o pescador, geralmente para os mais jovens que mudam para a cidade para continuar os estudos. A escola aparece com pano de fundo para a inserção do pescador em uma atividade produtiva diferente da pesca. Embora os filhos ajudem no processo produtivo, em muitos casos são os pais que tomam a iniciativa de mandá-los para a cidade, com o intuito de ver seus filhos inseridos no mercado formal de trabalho. Estar empregado significa para o pescador acesso a dinheiro e melhora de seu padrão de vida. Por esta razão, o emprego é tão almejado pelos pescadores que não têm o reconhecimento do valor de seu trabalho na pesca e vêm na cidade a possibilidade de mudar sua condição social.

As dificuldades de aquisição de embarcação e rede, essenciais para o trabalho pesqueiro é outra razão freqüentemente mencionada para migrar. Esses materiais, em geral não estão ao alcance econômico dos pescadores artesanais. Este fato não atinge somente os pescadores de Icoaraci, ele é reportado em outras áreas de pesca, como observado por Furtado (1993a) em *Pescadores do rio Amazonas*. A autora registra que a mobilidade espacial de pescadores artesanais, residentes em Óbidos, se dá em decorrência da falta de recursos financeiros para a reposição de material de pesca.

Um outro fator que impele à migração é a forma de acesso à terra. No Marajó é difícil dispor livremente deste bem: a terra é acessível apenas por “empréstimo”. Dessa forma a ocupação temporária da terra pelo pescador pode ser interrompida a qualquer momento,

inviabilizando a fixação permanente e facilitando deslocamento espacial como uma alternativa para melhorar de vida.

Segundo Loureiro (1987, p. 16):

A estrutura produtiva do Marajó esteve historicamente condicionada aos interesses das classes dominantes, à limitações impostas aos pequenos produtores pela criação extensiva do gado solto nos campos e às conseqüências dessa atividade, como a concentração da propriedade fundiária. No processo histórico de ocupação da ilha estiveram sempre presentes, como vigorosos elementos definidores da estrutura fundiária, as alianças entre às classes dominantes e o Estado, favorecendo-as na apropriação das terras disponíveis. Até os fins do século XVII predominavam em toda a região de campos de marajó as grandes propriedades e, secularmente, de outros fazendeiros. Após a expulsão dos religiosos, e o confisco de suas terras pelo Marquês de Pombal, essas foram distribuídas entre os 'contemplados' (figuras destacadas politicamente, a quem o Marquês incumbiu de dirigir e dinamizar os negócios das ordens religiosas) ou vendidas a pessoas influentes, do que resultou a manutenção da concentração fundiária.

Assim, consolidou-se no Marajó uma estrutura fundiária concentrada e rígida com pouquíssimas possibilidades de acesso à propriedade e posse da terra por outros segmentos da população como pequenos produtores agrícolas e pescadores artesanais. Estes últimos se instalaram nas faixas costeiras, áreas onde os não proprietários de terra se fixaram e cuidaram da sobrevivência de suas famílias.

Atualmente, segundo Loureiro (1987), a pecuária e a pesca persistem como a base da estrutura produtiva do Marajó, assim com uma estrutura fundiária ainda mais concentrada, afetando diretamente as populações locais. As terras continuam a ser ocupadas pela pecuária extensiva, deixando grande parte da população local sem acesso às terras.

Muitos dos pescadores de Icoaraci, como identificado acima vem das ilhas de Belém. Segundo Guerra (2003) desde a época colonial essas ilhas receberam durante muitos governos, o tratamento de periferias onde podiam isolar-se populações consideradas perigosas, possíveis portadoras de doenças infecciosas ou de comportamento marginal. Também tiveram papel estratégico em momentos de conflitos armados como a Cabanagem e estiveram sob o domínio e controle das Forças Armadas e da União. Contudo, embora lhes seja reconhecido o potencial produtivo, essas ilhas ainda hoje funcionam como uma espécie de reserva de terras urbanas ou de fornecimento de produtos primários.

Outro lugar de origem dos pescadores de Icoaraci são as ilhas de Abaetetuba e Barcarena. Essas ilhas localizadas na área estuarina, destacam-se pelas intensas relações de trocas econômicas com a cidade de Belém, por meio de produtos florestais e ictiológicos que datam desde a época colonial (GUERRA, 2003; HIRAOKA, 1993; MEGAM, 2005).

### 6.5.2 A chegada

Belém é no momento a segunda maior cidade da Amazônia, superada somente por Manaus, concentrando indústrias<sup>31</sup>, serviços, comércios em geral, com sistemas de transporte, de portos e de comunicação complexos. Dezenas de cidades, vilas e povoados situados nas áreas estuarinas mantêm intensas redes de trocas econômicas, culturais e sociais com a capital do estado do Pará, participam assim da história de Belém, personagens que a religam a cidade a uma diversidade de espaços onde vivem, trabalham e produzem. Entre a cidade e essas unidades espaciais do interior, nexos sociais e simbólicos são responsáveis pelas relações sociais que fazem seu tecido social. Não há somente trocas comerciais. Através das relações de parentesco se unem a capital e o interior, por exemplo, nas festas religiosas, cívicas e populares.

De acordo com Veiga (2003) qualquer cidade<sup>32</sup> seja qual for sua dimensão, oferece equipamentos e serviços que facilitam a vida cotidiana das pessoas: transporte, telecomunicações, serviços de saneamento, energia, educação e coleta de lixo, tornando evidente a superioridade da infra-estrutura urbana da rural<sup>33</sup> fatores esses que atraem as populações das áreas rurais, como o caso dos pescadores de Icoaraci.

A maioria dos pescadores entrevistados escolheu o distrito de Icoaraci, para residir por ser este um dos pontos onde podem comercializar o peixe e ter parentes residindo no local.

As intensas idas e vindas de suas pequenas vilas para a comercialização do pescado em Icoaraci e no Ver-o-Peso, afeta a mobilidade dos pescadores devido aos custos com o deslocamento. O que leva os pescadores a residir no distrito de Icoaraci é a diminuição da distância do local de habitação do local de trabalho, principalmente daqueles não possuem embarcação.

É comum observar pescadores não residentes de Icoaraci utilizar casas de parentes e companheiros de pesca, para descansar e/ou realizar compra de materiais de consumo, entre o

---

<sup>31</sup> Madeira, pescado, minério, alimentos, entre outros.

<sup>32</sup> Veiga (2003) abre um amplo debate sobre o que se afirma ser urbano e rural no Brasil. Para ele, o país é mais rural do se imagina ou em suas palavras “é menos urbano do que se calcula”, devido às falhas no nosso recorte ao identificar como urbanas as sedes dos municípios e dos distritos, como “cidades”, derivando daí “cidades imaginárias”, de tamanho irrisório com uma população ocupada em atividades diretamente relacionadas com atividades primárias.

<sup>33</sup> Silêncio, ar puro, belas paisagens ou contato com os animais (VEIGA, 2003).

intervalo de uma e outra pescaria. Essa situação pode também levar esses pescadores a fixar residência nesse distrito.

Visitas de ex-residentes bem sucedidas contribuem para encorajar a migração. É no período de férias que os pescadores já residentes na capital aproveitam para estar em contato mais prolongado com seus parentes que ficaram no interior, comprometendo-se com eles com apoio de moradia e indicação de emprego, caso queiram migrar. Frequentemente parentes em Belém, fornecem suas habitações para eventuais visitas ou realizar compras, ou em casos de cuidados médicos, entre outras situações. Por sua vez, os parentes do interior enviam açaí, camarão e outros produtos naturais criando assim um campo de mobilidade espacial permanente e ajuda mútua entre esses lugares.

O sucesso da fixação do pescador na cidade depende, portanto, em grande medida do auxílio de parentes desde o momento de saída inclusive utilizando as embarcações. O auxílio de parentes e amigos residentes no local de destino, além de diminuir as despesas com o deslocamento garante a permanência dos pescadores na cidade. Parentes indicam meios e documentação necessária para o ingresso no mercado de trabalho. Aqueles que não conseguem esse apoio dificilmente se fixarão na cidade.

Embora, alguns pescadores venham sozinhos, a migração não é realizada de maneira isolada do grupo familiar. É certo que os grupos familiares se fragmentam no deslocamento, porém vão se recompondo aos poucos na cidade, a partir da aquisição de emprego e moradia. Passada esta fase e depois de estabelecidos, servem de ponte de contato com os que ainda não saíram.

A insistência de alguns pescadores em chamar seus parentes para a capital obedece à expectativa de ascensão social, que segundo eles, poderá ser conseguida na cidade por meio de emprego, mesmo que seja no setor informal.

Conforme Aragon (1986), vários estudos demonstraram a importância das redes de parentesco utilizadas como estratégia de sobrevivência no processo migratório, na América Latina. Essas redes dão suporte para a utilização das residências de parentes, permitem uma identificação psicológica e servem como refúgio em eventuais dificuldades econômicas. A esta rede de parentesco se agregam amigos, conterrâneos e conhecidos.

No caso de Icoaraci, a maioria de pescadores transferiu-se diretamente de suas pequenas vilas por já terem assegurado em Icoaraci lugar onde residir e trabalhar. Mas a partir daqui, continuam vivendo em constante mobilidade dada a sazonalidade da atividade pesqueira. A mobilidade segue as rotas de pesca, originando, inclusive, migrações temporárias. Mas esses deslocamentos podem, também, ter outros motivos como o casamento.

Dois exemplos:

Era encarregado de um barco e através da pesca, eu já conheci ela e tamo até hoje, graças a Deus. Eu trabalhando lá eu economizava bastante. E pra vir pra cá, pra ficar na casa da mãe, era pequena. A gente resolveu fica lá, economizar a madeira pra retornar pra lá. A safra toda é três meses, quando a safra é boa. Quando começa a força do peixe é fevereiro. Fica até maio quando a safra boa se estende. Ela (esposa) leva as crianças e fica na casa do tio. Quando fica fraco aqui, dezembro, janeiro, o peixe falha e eu pesco lá. Minha pesca pra lá é de rede grossa, é de pescada amarela (S. S. S., 2008).

Este informante nascido no Marajó, residente em Icoaraci, assumiu uma união estável com 21 anos e passou a morar três anos em casa cedida pelo tio da esposa no bairro do Alegre, em Marudá. O tio da esposa é pescador, e passaram a trabalhar juntos, retornando com 24 anos para residir em Icoaraci. Há dois fatores que fixaram temporariamente este pescador, o fato de contrair matrimônio, e economizar com as despesas da mobilidade. Em Marudá permaneceu tempo suficiente para construir sua casa de madeira na comunidade de Cubatão.

Embora residindo novamente em Icoaraci à mobilidade geográfica à Marudá acontece sempre no período da safra do peixe no inverno. A possibilidade de permanecer na casa do tio da esposa, por todo este período, é uma estratégia para diminuir os custos com o deslocamento quinzenal ou mensal caso não tivesse onde ficar.

Este caso revela que a mobilidade se deu entre área intra-pesqueira, mas não favoreceu a mudança permanente de residência. No entanto, Furtado (1987) demonstra essa possibilidade ao retratar a ocupação de Marudá:

Em 1931, vieram de Soure os curralistas Antonio Marques de Pinho, Zezinho, João Izidoro e Benedito Brandão (Quixi). Antonio Marques de Pinho só trouxe a família para Marudá em 1945. Mais tarde, vieram outros pescadores entre os quais, o Sr. Cibica para gerenciar o barracão da companhia, construído na ponta da praia de Marudá com a foz do igarapé homônimo (FURTADO, 1987, p. 101).

O estudo de Potiguar Jr. (2002) afirma que os primeiros migrantes de Marudá se deslocaram do município de Soure, e reforça ainda mais a ocupação de pescadores entre as áreas tradicionais de pesca, ao constatar nos últimos anos a forte presença de pescadores do município de Bragança. Já a pesquisa de Guedes (2006) revela que a mobilidade geográfica levou a ocupação do município de Soure por migrantes das cidades de Vigia, Curuçá, Abade, todos atraídos pela fartura do peixe chegando a fixar residência neste município.



A mobilidade geográfica, portanto, não favorece somente a ocupação de uma determinada comunidade, é útil também para livrar-se da competição do peixe por outros pescadores, e de impactos de grandes projetos, como ocorreu com alguns pescadores de Abaetetuba e Barcarena que fixaram residência na comunidade do Cajueiro, no distrito de Mosqueiro para continuar como pescadores (SILVA, 1996).

Potiguar Jr. (2002) observou ainda que a presença do peixe e a proximidade do local de trabalho foram motivos decisivos para os pescadores bragantinos se deslocar definitivamente para Marudá.

Ressalta-se que os motivos para migrar, não se detém às características do local, mas também às condições precárias que se encontravam, na régia distância da área de trabalho – geralmente a do pescado somada ao roçado – motivavam a abandonar seu local de origem, pois diariamente tinham de percorrer cerca de 4 quilômetros para realizar sua tarefas e garantir sua subsistência diária (POTIGUAR JR., 2002, p. 100).

O outro caso emblemático é o de Célio que está com 31 anos. Um pescador que vindo estudar com 15 anos em Icoaraci, após ter concluído a 5ª série, num período de quatro anos, retornou para sua vila no Marajó para pescar. Como vendia o peixe em Icoaraci conheceu a esposa com quem foi morar no Marajó, pois para ele *a pescaria era melhor porque ficava perto de casa*. Morou por mais quatro anos no Marajó, aonde chegou a fazer uma casa, mas a esposa não se *acostumou* a viver no interior. Esta afirmava que o *estudo era fraco* e trouxeram as crianças para viver em Icoaraci definitivamente.

Neste caso, vários fatores levaram este pescador a mobilizar-se mais de uma vez. Primeiro veio para Icoaraci por causa da carência de infra-estrutura no seu pequeno povoado, mas sem a intenção de estabelecer residência permanente em Icoaraci. Ao contrair matrimônio pela insistência de seu cônjuge, residente em Icoaraci, decide migrar por causa dos estudos, só que agora com os filhos, mesmo assim, sem intenção de mudar sua atividade econômica principal, a pesca.

Outro pescador entrevistado em Icoaraci em 2008, mencionou que freqüentemente fazia viagens para pescar em Vigia e que decidira migrar definitivamente para esse município. Como não foi mais encontrado em Icoaraci, sugere que a casa em Cubatão servia mais para descanso entre uma e outra pescaria e para hospedar parentes, que realmente morar.

Outro pescador retornou para Outeiro, seu local de origem. Procurado na comunidade de Cubatão, a esposa informou que a casa que tinha comprado na ilha do Outeiro já estava vendendo para se mudar para Mosqueiro.

Essas histórias revelam a grande mobilidade dos pescadores artesanais de Icoaraci.

É comum observar pescadores que *de vez em quando* voltam para o interior porque alguns têm terreno adquirido por herança, mas segundo eles *terreno no interior não tem valor*. Voltam por que *dá saudade da fartura do camarão, das frutas, do açaí, da goiaba*.

Outros não deixam de ir a festas de santos, principalmente a festa de São Pedro que ocorre em suas comunidades. Por ocasião das festas de julho, há certo alvoroço no igarapé Taboquinha. O contato social com os lugares de origem, portanto, não se dissolve com o deslocamento. São os amigos e parentes que lá ficaram que cuidam, muitas vezes, dos seus terrenos, olham a maturação do açaí para não haver desperdício etc.

Para os pescadores da comunidade do Cubatão, a proximidade dos locais de comercialização do peixe e as condições ecológicas semelhantes ao de seus locais de origem (residindo próximo ao igarapé), a facilidade para atracação de suas pequenas embarcações, com a possibilidade de continuar a pesca, foram fatores decisivos para fixarem residência nesse lugar.

A amostra de pessoas pesquisadas revela que a maioria: (1) ocupa a faixa etária de 18 a 40 anos, (2) tem ensino fundamental incompleto, (3) continua exercendo a atividade anterior, a pesca; (4) possui documentação, mas sem qualificação necessária ao ingresso no mercado de trabalho (Tabelas 06, 07 e 08).

Os trabalhos iniciais realizados pelos pescadores geralmente são informais, e apenas dois destes foram admitidos em empresa de pesca industrial com vínculo empregatício, sendo que um retornou à pesca artesanal, ao rejeitar o ritmo de trabalho imposto pelo rigor da disciplina da fábrica.

**Tabela 06 - Distribuição da população de pescadores artesanais da comunidade do Cubatão de acordo com a faixa etária pela escolaridade. Icoaraci, 2008**

Faixa etária	Escolaridade*						Total geral
	NA	FI	FC	MI	MC	NR	
18 a 30		10	5	1	1		17
31 a 40		17	2			1	20
41 a 50	1	7					8
51 a 60	1	4					5
Mais de 60		2					2
Total geral	2	40	7	1	1	1	52

Fonte: Pesquisa direta (2008)

\*NA = Não alfabetizado; FI = Fundamental Incompleto; FC = Fundamental Completo; MI = Médio Incompleto; MC = Médio Completo; SC = Superior Completo

**Tabela 07 - Distribuição da população de entrevistados da comunidade de Cubatão de acordo com a atividade atual pela atividade anterior**

Atividade atual	Atividade anterior Pescador artesanal	Total geral
Aposentado	3	3
Estivador	1	1
Feirante	3	3
Pescador artesanal	44	44
Vendedor	1	1
Total geral	52	52

Fonte: Pesquisa direta (2008)

**Tabela 8 - Distribuição da população de pescadores artesanais da comunidade de Cubatão de acordo com a faixa etária pela documentação exigida pelo mercado de trabalho**

Faixa etária	Possui documentos		Total geral
	Não	Sim	
18 a 30		16	16
31 a 40	1	19	20
41 a 50		8	8
51 a 60	3	2	5
Mais de 60		3	3
Total geral	4	48	52

Fonte: Pesquisa Direta (2008)

\* Documentação: Carteira de Identidade, CPF; Carteira de Trabalho

O outro pescador para aumentar sua renda mensal não somente trabalha na empresa de pesca como concilia esta atividade ao do setor artesanal. Este pescador iniciou a pesca com 11 anos de idade, *mas ora pescava, ora parava*. Ele estudava e trabalhava. Com 21 anos começou a trabalhar no setor industrial, paralelo à pesca artesanal:

A pesca nem sempre dá, um dia dá, um dia não dá. Em média se faz R\$ 100,00, R\$ 150,00, R\$ 250,00, às vezes dá R\$ 10,00 a R\$ 20,00. E dias sem ganhar R\$ 30,00, dentro da água, de um lado pra outro, não achava nada. A minha opção de mudança é a carteira assinada, porque a artesanal não dá vantagem quando para de pescar. A minha opção é a industrial por causa da minha carteira. A pesca industrial é de fevereiro a outubro, de 15 de fevereiro e 15 de outubro, depois para o defeso do camarão (R. M. P., 2008).

De novembro a janeiro, nas regiões Norte e Nordeste, é a época do defeso quando se dá a desova do camarão rosa. Período em que a captura é proibida pelo Ibama (SANTANA, 2002). Como a cada ano, a pesca de camarão é liberada no período de fevereiro a outubro. Este pescador ocupa-se, nesse período, no setor industrial, e nos meses do defeso no setor

artesanal. Essa estratégia de reversamento entre um e outro setor garante sua a aposentadoria, que lhe representa um ganho adicional em relação a outros pescadores. Na pesca industrial chega a fazer até mil e quinhentos reais por viagem, com uma duração média de 20 a 45 dias, *conforme o patrão manda*.

Os pescadores de frente têm a menor renda de todos os pescadores, gira em torno de um salário mínimo. Os pescadores de fora ainda enfrentam a intermediação da produção e da partilha. Nestas condições os pescadores donos dos meios de produção chegam a fazer cerca de quatro salários mínimos enquanto os pescadores parceiros se mantêm com dois salários ou até menos.

Os marreteiros são geralmente ex-pescadores chegando a faturar de três a quatro salários mínimos, valor equivalente aos ingressos dos pescadores proprietários de barco e rede, mas mais inconstante e impreciso:

Às vezes 30 reais por dia. Nossa marretagem de peixe tem um detalhe, que a gente vai comprando muito peixe e vai pagando os caras do barco e vai colocando o peixe na caixa (geladeiras que ficam perto da casa) E quando paga todos os pescadores o peixe da caixa é todo nosso. A gente compra 500 kg, sobra uma margem de lucro de 200 kg! É a nossa margem de lucro. Vai pagando os caras e armazenando, quando paga os caras, na feira tudo é nosso. Sai cedo uma base de seis horas pra vender o peixe e volto uma hora. Meio dia termina a feira (C. V. S., 2008).

Eu tenho 600 reais na mão de pescador, tenho dez, trinta na mão de um, na mão de outro, não tem como parar (R. M. P., 2008).

A renda dos marreteiros também é muito oscilante já que dependem da produção do pescador e devido aos vários empréstimos para garantir a fidelidade na venda do peixe acabam não dispendo de um montante mensal do que realmente recebem.

Dados os baixos rendimentos da pesca artesanal e a difícil concorrência com pesca industrial, o pescador artesanal busca alternativas para aumentar sua renda, elevando, muitas vezes, a deixar a pesca de vez:

Porque eu comecei na pesca com 20 anos e aí eu achava que na pesca a gente ganhava mais, mas ficava muito tempo, 10 dias em pesca pro alto mar. E aí chegou, trazia o dinheiro ficava 10 dias. Não ganhava de parte nenhum aqui em terra. (Agora) eu fico mais ganho pouco, vinte, trinta reais, mais ganho todo dia. É pouco, mais é certo. Trabalhei em firma, fazia cabo de vassoura, tinha carteira assinada. Era amigos que eu tinha e me meteram lá. Trabalhei na Frivasa, um rapaz lá de dentro. Gostava de trabalhar aqui. Porque a gente trabalha o dia e dorme em casa. Saí da Frivasa porque não deu certo. Na Frivasa tava enjoado de trabalhar com peixe velho de barca (C. V. S., 2008).

Com 15 anos até 20 anos ainda pesquei, desbandado, tempo tava, tempo não tava. Era companheiro. Só puxava rede. Tinham pena de mim e eu fazia serviço leve. Era muito fraquinho. Eu era só uma metade agora tô inteiro (R. M. P., 2008).

Os que não estão mais na pesca e nem têm mais nenhuma relação com ela, tornam-se estivadores e outros vendedores de picolé na praia, entre muitas outras atividades. Dois informantes revelaram que as dificuldades em realizar a pesca motivaram a deixá-la para se engajar em uma atividade melhor remunerada e sem tantos riscos da atividade pesqueira. Fazem um salário mínimo por mês.

A renda mensal que chegam a fazer os pescadores derivada da atividade pesqueira não é suficiente para atender às suas necessidades básicas e às de suas famílias. Esta realidade se evidencia pelos trabalhos eventuais que comumente realizam, como de pedreiro, vender churrasquinho na praia, atividade que envolve aos finais de semana toda a família. E algumas esposas dos pescadores trabalham como domésticas e/ou diaristas, ou realizam pequenas vendas de cosméticos e roupas entre outras mercadorias.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade geográfica ocupa lugar relevante na Geografia Humana, pois nela se encontram as discussões sobre raça, miscigenações, etnia, questões de povoamento e sobrevivência do homem.

Os estudos sobre mobilidade na geografia fundamentam-se numa análise histórica dos deslocamentos das populações e suas conseqüências, ultrapassando a imagem estática dos efetivos populacionais retratados em mapas, contando para isso com a ajuda significativa da demografia.

Desta forma, a imagem da população não é somente quantitativa, mas qualitativa, ao se considerar a formação histórica e econômica, a origem, a composição, as identidades e alteridades dos grupos em análise. Esses fatores constituem certamente motivações fortes nas estratégias de reprodução e no processo de deslocamento espacial.

A mobilidade espacial ocorre por vários fatores ambientais, mas recentemente, este último fator ganha relevância nos estudos sobre população, onde a mobilidade surge como importante estratégia para a preservação dos recursos naturais.

Considerando a imprevisibilidade da mobilidade espacial, esta se torna um fator crucial para a sustentabilidade. E os limites ambientais apontam para a necessidade de conciliá-los com a distribuição das atividades humanas no espaço.

Neste contexto, procurou-se analisar como a mobilidade geográfica atua como estratégia de sobrevivência para os pescadores artesanais de Icoaraci. Identificou-se que esta se dá, sobretudo, pela necessidade do pescador mover-se para capturar o peixe. O sucesso desta mobilidade está ligada profundamente ao conhecimento que tem o pescador do comportamento biológico das espécies e dos diversos ambientes em que vivem.

Nessa busca incessante do peixe que se desloca conforme a mudanças das águas do estuário amazônico, o pescador percorre rotas de pesca. Estas ao serem construídas pelo circuito de sua ação, o colocam em contato com áreas intra-pesqueiras, onde pode comercializar o peixe, e realizar inúmeras atividades, até fixar residência.

Enquanto o pescador pode mover-se ele garante a sua sobrevivência, pois transforma o peixe em bens mercantilizáveis, para prover suas necessidades e de seu grupo doméstico. Mas esta mobilidade não depende só de fatores físicos, depende também de fatores econômicos. O pescador precisa de certo acúmulo de capital para adquirir barco e rede, instrumentos

essenciais para realizar as pescarias. Dadas as incertezas da produção, o baixo excedente econômico, o pescador artesanal possui embarcações de baixo nível tecnológico.

A mobilidade geográfica sofre influência direta devido aos instrumentos tecnológicos aplicados a embarcações, em relação as distâncias que chegam a alcançar, em geral de pequena escala.

A questão tecnológica tem intermediado o acesso dos pescadores artesanais ao espaço haliêutico, a qual está acima da capacidade econômica da maioria dos pescadores de Icoaraci. Sem dispor de elevada sofisticação técnica sua mobilidade limita-se à área próxima a sua comunidade, embora cheguem a alcançar distâncias maiores entre a ilha de Marajó e a região do Salgado, esses pescadores rompem a barreira imposta pela baixa incorporação de capital, mas precisam aumentar a jornada de trabalho e a duração de viagens para garantir maior produtividade, preocupando-se constantemente em não inviabilizar o principal instrumento de sua mobilidade, as embarcações. Com restrita sofisticação tecnológica, são incapazes de competir com as empresas de pesca, que dotadas de tecnologia industrial mecanizada operam em larga escala, distantes do litoral. As embarcações industriais pela forma da tecnologia empregada na captura têm se mostrado altamente predatória. Considerando que nos últimos anos, sua atuação tem se dado cada vez mais próximas da costa tem resultado em freqüentes quedas de produtividade, atingindo diretamente os pescadores de Icoaraci que percebem a diminuição dos estoques de peixe, em razão de maior permanência no mar para as capturas.

A presença marcante das empresas de pesca dificulta a produção dos pescadores, acentuando suas limitações em garantir a sobrevivência.

A pesca industrial presente em todo o estuário amazônico tem feito os pescadores se distanciarem cada vez mais de suas áreas originais de atuação para a captura do peixe, exigindo maior esforço de pesca e gerando conflitos entre pescadores pela competição de recursos, sendo a mobilidade geográfica cada vez mais útil para garantir a existência do pescador.

Quando o pescador não dispõe de mecanismos que assegurem sua reprodução, a exemplo do que ocorre com diminuição do estoque de peixe, resulta daí uma situação de crise que tenta superar através da migração, a qual não se dá de maneira imediata. Antes o pescador procura áreas mais piscosas para aumentar sua produção e, conseqüentemente, a satisfação de suas necessidades. Por não alcançar este objetivo, adota o processo migratório.

A falta do peixe, os problemas infra-estruturais e a concorrência do setor industrial são fatores que aparecem interligados e influenciam na decisão de migrar, mas mesmo após a migração, estes fatores continuam para a maioria que ainda pratica a pesca artesanal. A infraestrutura atrai o pescador, mas não é motivo relevante para migrar. Mas pelo fato de poderem exercer atividades produtivas em outras localidades, que lhes propiciem melhores condições de vida, mesmo que não seja um emprego urbano.

A tendência do pescador em não se engajar no mercado de trabalho, por não ter escolaridade exigida, não ter experiência, é o retorno à atividade anterior. Após o retorno, pode ainda efetivar quantas mobilidades lhe convier até alcançar suas expectativas iniciais. E estas, geralmente não chegam porque não muda suas relações de trabalho e suas condições sociais.

Os que estão como marreteiros e aqueles que estão fora da atividade pesqueira ganham o mínimo para sobreviverem. A reprodução da pobreza é permanente, encontra-se disfarçada na aquisição de alguns eletrodomésticos e da construção de suas casas na ocupação de Cubatão, que não possibilita acesso a alguns serviços e equipamentos urbanos. Contudo, os pescadores afirmam estar em melhores condições de vida vivendo em Icoaraci.

A família é essencial nesse processo por ser o elo com seus locais de origem e pela permanência da rede de relações de parentesco que orientam idas e vindas, dos que ainda desejam migrar ou não, porque a migração é integrante da família com um todo e não pode ser considerada como uma decisão única e definitiva. A mobilidade da força-de-trabalho não dá conta de responder este deslocamento, porque este processo não se faz de maneira individual, determinado simplesmente por mudanças estruturais na economia. O que justificaria que todos os pescadores poderiam migrar aleatoriamente, mas os pescadores em estudo realizam o deslocamento integrado à família como unidade do processo decisório, e como estratégia de fixar-se ou não possibilitando novas mobilidades, pois esta pode se combinar com a atividade de pesca, assegurando renda para o grupo doméstico.

Enquanto não houver políticas claras entre os dois setores de pesca na Amazônia, a tendência é a empresa de pesca subtrair gradativamente o espaço do pescador no mar, levando à destruição de seus instrumentos de trabalho pelo esforço de pesca, longas jornadas de trabalho que conseqüentemente levarão à perda da mobilidade. Por fim poderá ainda ocorrer no futuro a absorção da mão-de-obra barata do pescador, cujo saber não é valorizado na pesca industrial, passando de produtor direto, a um simples trabalhador no mar (assalariado).



Se somarmos a falta de investimento para aquisição de equipamentos de pesca e de organização política dos pescadores, esta população em pouco ou quase nada consegue melhorar suas condições de vida. Se a alternativa encontrada é a migração, valendo-se de seu modo tradicional de manejar o meio natural, através da pesca artesanal que está baseada num sistema desigual de partilha, recriam-se as mesmas condições anteriores. Muda-se então de lugar, mas não de condições sociais. É necessário, portanto ampliar os sistemas de crédito para estes pescadores, desenvolver pesquisas que levem em consideração o saber tradicional sobre o uso e manejo dos recursos aquáticos e fiscalizar melhor a atuação da pesca industrial.

Com isto a possibilidade de bons rendimentos é assegurada, assim como a melhoria das condições de vida destes pescadores. Sem a atenção devida a estas considerações, a evasão das áreas tradicionais de pesca para a capital do estado como constatado será contínua e o exercício da pesca realizada com precariedade não proporcionando a qualidade de vida almejada pelos pescadores da comunidade de Cubatão.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. C. S. **Condições de vida e distribuição sócio-espacial na orla fluvial do bairro do Cruzeiro distrito de Icoaraci – Belém – Pará**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- ARAGON, L. E. (org.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA. 2005. p. 161-175.
- \_\_\_\_\_. Uso potencial das redes de parentesco como alternativa metodológica para o estudo da migração. In: ARAGÓN, Luís E.; MOUGEOUT, Luc J. A. **Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas**. Belém: UFPA, 1986. p. ...-...
- \_\_\_\_\_. Redes familiares e migração na Região Amazônica brasileira. In: \_\_\_\_\_. **Desarrollo amazónico: una perspectiva latinoamericana**. 1986, p. 281-318.
- \_\_\_\_\_. **Consideraciones teórico-metodológicas sobre el estudio de la migración en América Latina**. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Estudios de Postgrado em Geografia. Bogotá, Colômbia. 1983. p. 12-26.
- \_\_\_\_\_. Mobilidade geográfica e ocupacional no norte de Goiás: um exemplo de migração por sobrevivência: In: ARAGÓN, Luís E.; MOUGEOUT, Luc J. (orgs.). **O despovoamento do território amazônico: Contribuições para sua interpretação**. Belém: UFPA, 1983. p. ...-...
- AUGÉ, Marc. **Os domínios do parentesco (filiação, aliança matrimonial, residência)**. Ed. Perspectivas do Homem, 1975.
- AVIZ, A. As empresas pesqueiras de Icoaraci – Pará: Algumas considerações. **Amazônia: CI & Desenvolvi.**, Belém, v. 2, n. 3, jul./dez. 2006.
- BARTHEM, R. B.; FABRÉ, N. N. Biología e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M. L. (Coord). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: IBAMA/PROVARZEA, 2004. p. 17-62
- BARTHEM, R. B. O desembarque na região de Belém e a pesca na foz amazônica. In: RUFFINO, M. L. (Coord). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: IBAMA/PROVARZEA, 2004. p. 153-183.
- \_\_\_\_\_. Descrição da pesca da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillanti-pemelodidade*) no estuário do rio Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, v. 6, n. 1, p. 117-130, 1990. (Série Antropologia)
- BRASIL, M. C. As estratégias de sobrevivência da população ribeirinha da ilha de Marajó. In: TORRES, H.; COSTA, H. **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo, SENAC, 2000. p. 107-132.
- BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. Caxambu, 2006. **Anais...** ABEP, 2006.

CARDOSO, S. M.; REIS, M. S. Conhecimentos da pesca artesanal na Amazônia brasileira contribuindo para educação ambiental. Disponível em: <http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:yEw7DIBISv0J:www.6iberoea.ambiente.gov.ar/files/> Acesso em: .....

CASTRO, E. Populações quilombolas na Amazônia: Um olhar sobre o Brasil. In: ARAGON, L. E. **Populações da Pan-Amazônia**. Belém UFPA/NAEA. 2005. p. ....

\_\_\_\_\_. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém, Cejup: UFPA/NAEA, 1997. p. 221-242

COHAB. **Relatório da pesquisa de amostragem sócio-econômica comunidade Cubatão – Taboquinha**. Belém, jun. 2007.

COSTA, L. M. G. **Icoaraci: formação sócio-espacial, tentativas de afirmação e de emancipação territorial**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In: CASTRO, E.; PINTON, F. **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup, UFPA-NAEA, 1997. p. 243-261.

DIAS, M. B. **Industrialização e a produção do espaço urbano em icoaraci – Belém /Pará**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - DG/FFLCH, São Paulo, 1996

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP; UFPA-NAEA, 1997. p. 315-350.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento In: SACHS, W. **Dicionário para o desenvolvimento: guia para o conhecimento como pode**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83

FURTADO, L. G.; NASCIMENTO, I. H. Pescadores-de-linha no litoral paraense: uma contribuição aos estudos de campesinato na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 82, v. 20, p. 1-49, abr. 1982. Série Antropologia

FURTADO, L. G. Pesqueiros reais e pontos de pesca. Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 18, v. 1, p. 3-26, 2002. Série Antropologia

FURTADO, L. G. Comunidades tradicionais, sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (orgs.). **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 67-74. (Coleção Eduardo Galvão)

\_\_\_\_\_. **Os pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: MPEG, 1993a. p.489. (Coleção Eduardo Galvão)

\_\_\_\_\_. “Reservas Pesqueiras”, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas. In: FURTADO, L. G;

LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (orgs.). **Povos das Águas: realidade e perspectiva na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p.243. 1993b.

\_\_\_\_\_. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 6, v. 1, p. 41-93, 1990. Série Antropologia

\_\_\_\_\_. **Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. Belém: MPEG, 1987.

\_\_\_\_\_. Onde os pescadores estão pendurando suas redes. In: SEMINÁRIO SOBRE A PESCA ARTESANAL, 1, Belém, 1983. **Anais...** Belém: IDESP, 1984.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa. Ed. Estampa. 1997.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GUEDES, E. B. **Economia da pesca no município de Soure, Marajó – Pará**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

GUIMARÃES, Jr. **Icoaraci: a monografia do Megadistrito**. Belém: Delta, 1996.

GUERRA, G. A. D. A expansão do território de Belém para as ilhas. In: SIMPÓSIO “AMAZÔNIA, CIDADES E GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS”. Belém, 2003. **Anais...** Belém: NAEA/UFPA, 2003, p. 157-159.

HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário Amazônico. In: FURTADO, L, G; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (orgs). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: MPEG, 1993. p.133-157 (Coleção Eduardo Galvão)

HOGAN, D. J. Mobilidade populacional e meio ambiente. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO ABEP. **Anais...** Curitiba: IPARDES/FNUAP. 1998. p. 479-489.

\_\_\_\_\_. População, pobreza e poluição em Cubatão, São Paulo. In: MARTINE, G. (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 101-131.

HURTIENNE, T. P. O que significa a Amazônia para a sociedade global? In: D’INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M. (Orgs). **A Amazônia e a crise da modernidade**. Belém: MPEG, 1994. p. 155-158.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000.

ISAAC-NAHUM, V. J. Exploração e Manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. **Revista Ciência Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 3, p. ...-..., jul./set. 2006.

ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros da Amazônia Brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 11, n. 2, p. 295-339, 1995. Série Antropologia.

LEITÃO, M.; THOMÉ, D. Filhos do Baby -Boom. **O Liberal**, Belém, 08 out. 2006, p. 18 (Poder).

LEITÃO, W. M. Organização e movimentos sociais dos trabalhadores da pesca. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 12, n. 2, p. 183, 1996. (Série Antropologia)

\_\_\_\_\_. Pesca e Políticas Públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 11. n. 2, p. 185-198, 1995. (Série Antropologia)

LIMA, M. G. M. Migração: uma estratégia de sobrevivência para o pescador artesanal? In: FURTADO, L. G.; QUARESMA, H. D. A. B. **Gente e ambiente no mundo da pesca**. Belém: MPEG, 2002. p. 109-128. (Coleção Eduardo Galvão)

\_\_\_\_\_. **Estratégias de sobrevivência de pescadores do estuário do Amazonas**. 1998. Monografia (Especialização em Populações Tradicionais da Pan-Amazônia) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1998.

\_\_\_\_\_. **Estratégias de sobrevivência de famílias de pescadores imigrantes num centro urbano da Amazônia**: um estudo de caso. Relatório de Pesquisa. Belém: MPEG, 1997. Não publicado

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, n. 322, p. 1-32, 2002.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Pressupostos do modelo de integração da Amazônia brasileira aos mercados nacional e internacional em vigência nas últimas décadas: a modernização às avessas. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). **Sociologia na Amazônia**: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: UFPA, 2001. p. 31-37.

LOUREIRO, V. R. Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém: CNPq; MPEG, 1985.

MCGRATH, D. G. Manejo Comunitário da pesca nos lagos de várzea do Baixo Amazonas. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (orgs.). **Povos das Águas**: realidade e perspectiva na Amazônia. Belém: MPEG, 1993. p. 213-229.

MANESCHY, M.C. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: UFPA/CFCH, 1993.

\_\_\_\_\_. Notícia sobre conflitos na apropriação do mar paraense. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, n. 1, p. 19-27, 1990. Série Antropologia

MAUÉS, R. H.; MAUÉS, M. A. Pesca e agricultura na Amazônia: a integração de uma comunidade rural ao modo de produção capitalista. **Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, n. 1, p. 29-40, 1990. (Série Antropologia)

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MEGAM. Relatório do Projeto: Estudo das Mudanças Sócio-ambientais no Estuário Amazônico. Belém: NAEA, 2005.

MÉRONA, B. Pesca e ecologia dos recursos aquáticos na Amazônia. In: FURTADO, L. G; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (orgs.). **Povos das águas**: realidade e perspectiva na Amazônia. Belém: MPEG, 1993. p. 159-185.

MÉRONA, B.; SANTOS, G MENDES. Impactos imediatos da UHE Tucuruí sobre as comunidades de peixes e a pesca. In: MAGALHÃES, S.; BRITO, R. C.; CASTRO; E. R. (orgs.): **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG; UFPA; UNAMAZ, 1996. P, 251-258. v. 1

MELLO, A. F. Movimentos sociais na pesca: breve balanço bibliográfico: novos desafios teóricos. **Bol. Mus. Paraense Emilio Goeldi**, Belém, v. 11, n. 1, p. 19-39, 1995. (Série Antropologia)

\_\_\_\_\_. Pescadores da indústria: o complexo de Icoaraci. In: FURTADO, L. G; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (orgs.). **Povos das águas**: realidade e perspectiva na Amazônia. Belém: MPEG, 1993. p. 83-100. (Coleção Eduardo Galvão)

\_\_\_\_\_. **A pesca sob o capital**: a tecnologia a serviço da dominação. Belém: UFPA, 1985.

MOREIRA, E. S.; ROCHA, R. M. Pesca estuarina: Uma contribuição ao estudo da organização social da pesca no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, v. 11, n.1, p. 57-86, 1995. Série Antropologia

MOUGEOUT, L. J. A retenção migratória das cidades pequenas, nas frentes amazônicas de expansão: um modelo interpretativo. In: MOUGEOUT, L.; ARAGON, L. (orgs.). **O despovoamento do território amazônico**: contribuições para sua interpretação. Belém:UFPA/NAEA, 1983. p. 123-146.

MURRIETA, R. S. S.; BRONDÍZIO, E.; SIQUEIRA. A. A estratégia de subsistência de uma população ribeirinha do rio Marajó Açu, ilha de Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, v. 5, n. 2, p. 147-163, 1989. Série Antropologia.

NERY, A. C. Traços da Tecnologia Pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia\_Zona do Salgado\_ Pará. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, v. 11, n. 2, p. 199-293, 1995. Série Antropologia

NASCIMENTO, Ivete. Tempo da natureza e tempo do relógio – Tradição e Mudança em uma comunidade pesqueira. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**. Belém, v. 11, n. 1, p. 5-18, 1995. Série Antropologia. 1995.

\_\_\_\_\_. Êxodo populacional em uma comunidade pesqueira - Tamaruteua. In: SEMINÁRIO SOBRE A PESCA ARTESANAL, 1. Belém, 1983. **Anais...** Belém: IDESP, 1984.

OLIVEIRA, M. F.; RIBEIRO NETO, F. B. **Estratégias de sobrevivência de comunidade litorâneas em regiões ecologicamente degradadas**: o caso da Baixada Santista. Programa de Pesquisa e Conservação de áreas úmidas no Brasil. São Paulo: Ford; UICN; IOUSP, 1989. p. 1-12.

OLIVEIRA, A. T. R. Dos movimentos populacionais à pendularidade: Uma revisão do fenômeno migratório no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. Caxambu, 2006. **Anais...** ABEP, 2006. Não paginado.

PAIOLA, L. M.; TOMANIK, E. A. Populações tradicionais, representações sociais preservação ambiental: Um estudo sobre as perspectivas da comunidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do Rio Paranoá. **Acta Scientia Rum**, Maringá, v. 24, n. 1, p. 175-180, 2002.

PENNER, M. E. S. **A dialética pesqueira no nordeste amazônico**. Belém: UFPA, 1984.

POTIGUAR JUNIOR, L. P. T. Um exercício etnográfico sobre migração de pescadores no Nordeste do Pará. In: FURTADO, L. G.; QUARESMA, H. D. A. B. (orgs.). **Gente e ambiente no mundo da pesca**. Belém: MPEG, 2002. p. 91-108. (Coleção Eduardo Galvão)

PROST, G. **História do Pará**: das primeiras populações à Cabanagem. Belém: SEDUC. 1997.

QUARESMA, H. D. A. B. **O desencanto da princesa** – Pescadores tradicionais e turismo na Área de Proteção Ambiental de Algodão/Maiandeuá. 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

RENNER, C. H.; PATARRA, N. L. Migrações. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (orgs.). **Dinâmica da população**: teorias, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz Ltda, 1991. p. 237-260.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas agrários, recursos e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: TORRES, H.; COSTA, H. (orgs.). **População e meio ambiente**: debates e desafios. São Paulo, SENAC. 2000. p. 163-190.

RUFINO, G. N. S. **Tutela jurídica dos recursos pesqueiros**: a pesca artesanal. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova** – da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

SMITH, Neigel. **A pesca no rio Amazonas**. Manaus: CNPq; INPA, 1979.

SOUZA, A. L. F. **Mobilidade residencial intra-urbana e periferização na região metropolitana de Belém**: um estudo do conjunto habitacional Cidade Nova e da área de ocupação do PAAR. 2003, 211f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

SANTANA, G. Pesca industrial: um problema socioambiental. In: FURTADO, L. G.; QUARESMA, H. D. A. B. (orgs.) **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: MPEG, 2000. p. 173-190. (Coleção Eduardo Galvão)

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8. Brasília, 1992. **Anais...** ABEP, 1992.

SILVA, C. N. S. **Territorialidade e modo de vida de pescadores do rio Ituquara, Breves -**

**Pará.** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SILVA, M. D. T. **Estudos amazônicos.** O Pará em questão. Belém: Pará. Ed. Ltda., 2003.

SILVA, A. L. **Cajueiro:** pressões e mudanças no modo de vida de pescadores. 1996. Monografia (Curso de Especialização em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas FIPAM XI) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1996.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. (org.). **Migração interna.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 211-244. (Textos Seleccionados)

SIMONIAN, L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. FENZL, N. **Estado e políticas públicas na Amazônia:** gestão de recursos naturais. Belém: CEJUP; NAEA/UFPA, 2000. p. 9-53.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.